

Banco Santander (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas
Consolidadas Preparadas de Acordo com o IAS 34

30 de junho de 2019

Simple | Pessoal | Justo



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS CONSOLIDADAS

ÍNDICE

Pág

• Relatório de Revisão sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas	1
• Balanço Patrimonial Consolidado.....	5
• Demonstração Consolidada do Resultado.....	7
• Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente.....	8
• Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido.....	9
• Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa.....	11
• Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas	
1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e outras informações.....	14
2. Base para consolidação.....	28
3. Ativos financeiros.....	32
4. Ativos não correntes mantidos para venda.....	35
5. Participações em coligadas e empreendimentos conjuntos	35
6. Ativo tangível	38
7. Ativo intangível	38
8. Passivos financeiros	40
9. Provisões	44
10. Patrimônio líquido.....	47
11. Impostos sobre a renda.....	49
12. Detalhamento de contas de resultado	50
13. Remuneração com base em ações	50
14. Segmentos operacionais	52
15. Transações com partes relacionadas.....	54
16. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	61
17. Outras divulgações.....	65
18. Evento Subsequente	73
ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO	74
Comentário de Desempenho.....	75
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas	
Declaração dos Diretores sobre o Relatório de Revisão dos Auditores Independentes	

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Banco") em 30 de junho de 2019, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos também a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, incluída no Anexo I, preparada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de julho de 2019



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

ATIVO	Nota Explicativa	30/6/2019	31/12/2018
Disponibilidades		15.828.098	19.502.656
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	3-a	33.784.406	43.711.800
Instrumentos de Dívida		3.756.249	3.171.746
Reservas no Banco Central do Brasil		30.028.157	40.540.054
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	3-a	61.126.830	68.852.314
Instrumentos de dívida		38.797.489	50.066.469
Instrumentos de patrimônio		1.365.356	766.333
Derivativos	17-a	20.963.985	18.019.512
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	3-a	290.893	917.477
Instrumentos de patrimônio		290.893	298.297
Empréstimos e adiantamentos a clientes		-	619.180
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	3-a	91.256.372	85.436.677
Instrumentos de Dívida		91.207.030	85.395.691
Instrumentos de Patrimônio		49.342	40.986
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	3-a	456.342.533	429.692.406
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito		115.199.677	91.820.690
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes		295.034.613	301.072.207
Instrumentos de Dívida		46.108.243	36.799.509
Derivativos Utilizados como Hedge	17-a	279.646	343.934
Ativos não Correntes Mantidos para Venda	4	1.277.883	1.380.231
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	5	1.031.166	1.053.315
Ativos Fiscais		31.910.672	31.565.767
Correntes		4.131.419	3.885.189
Diferidos		27.779.253	27.680.578
Outros Ativos		4.883.971	4.800.467
Ativo Tangível	6	9.403.036	6.588.975
Ativo Intangível		30.187.095	30.018.988
Ágio	7-a	28.375.004	28.378.288
Outros Ativos Intangíveis	7-b	1.812.091	1.640.700
Total do Ativo		737.602.601	723.865.007

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	30/6/2019	31/12/2018
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	8-a	47.644.377	50.938.992
Derivativos	17-a	21.877.496	18.243.315
Posições Vendidas	17-a.7	25.766.881	32.695.677
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	8-a	2.214.397	1.946.056
Outros passivos financeiros		2.214.397	1.946.056
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	8-a	554.148.727	547.295.169
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito		90.821.992	99.022.806
Depósitos de Clientes		326.213.309	304.197.800
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários		78.216.953	74.626.232
Dívidas subordinadas		-	9.885.608
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		9.672.288	9.779.943
Outros Passivos Financeiros		49.224.185	49.782.780
Derivativos Utilizados como Hedge	17-a	251.664	223.520
Provisões	9-a	16.061.752	14.695.898
Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares		4.816.901	3.357.654
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos, Compromissos e Outras Provisões		11.244.851	11.338.244
Passivos Fiscais		11.208.552	8.074.764
Correntes		6.978.184	5.043.375
Diferidos		4.230.368	3.031.389
Outras Obrigações		9.492.759	9.095.148
Total do Passivo		641.022.228	632.269.547
Patrimônio Líquido	10	96.765.854	91.881.738
Capital social		57.000.000	57.000.000
Reservas		35.402.036	30.377.693
Ações em Tesouraria		(614.808)	(461.432)
Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio		(67.000)	(1.017.000)
Lucro do Período Atribuível à Controladora		7.045.626	12.582.477
Menos: dividendos e remuneração		(2.000.000)	(6.600.000)
Outros Resultados Abrangentes		(748.188)	(878.863)
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador		96.017.666	91.002.875
Participações Não-Controladoras		562.707	592.585
Total do Patrimônio Líquido		96.580.373	91.595.460
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		737.602.601	723.865.007

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/04 a 30/6/2019	01/04 a 30/6/2018	01/01 a 30/6/2019	01/01 a 30/6/2018
Receitas com juros e similares		18.360.977	18.387.613	36.692.182	35.428.651
Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes		832.011	596.655	1.608.411	782.886
Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		15.051.068	14.636.389	29.736.155	28.445.622
Outros		2.477.898	3.154.569	5.347.616	6.200.143
Despesas com juros e similares		(7.052.822)	(8.066.446)	(14.916.575)	(15.288.024)
Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes		(77.569)	(93.870)	(158.069)	(187.807)
Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(6.948.942)	(7.964.523)	(14.716.770)	(15.080.403)
Outros		(26.311)	(8.053)	(41.736)	(19.814)
Receita Líquida com Juros		11.308.155	10.321.167	21.775.607	20.140.627
Receitas de instrumentos de patrimônio		5.626	8.218	7.697	21.730
Resultado de equivalência patrimonial	5-a	31.428	29.585	60.462	32.962
Receitas de tarifas e comissões		4.701.203	4.401.441	9.383.945	8.651.485
Despesas de tarifas e comissões		(878.753)	(883.720)	(1.796.791)	(1.678.515)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		(206.732)	(2.496.808)	(1.024.142)	(2.479.354)
Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado		67.022	(34.205)	84.958	(227.141)
Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		(249.399)	(2.415.989)	(1.042.793)	(2.121.314)
Instrumentos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado		(37.620)	-	4.925	-
Outros instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		-	(191.757)	-	(194.008)
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(24.761)	10.021	(44.009)	26.415
Outros		38.026	135.122	(27.223)	36.694
Variações cambiais (líquidas)		960.288	(3.232.829)	1.819.607	(3.180.805)
Outras despesas operacionais		(359.465)	(217.650)	(609.789)	(389.525)
Total de Receitas		15.561.750	7.929.404	29.616.596	21.118.605
Despesas administrativas		(4.144.812)	(4.129.705)	(8.221.060)	(8.194.616)
Despesas com pessoal	12-a	(2.285.809)	(2.260.969)	(4.589.989)	(4.545.744)
Outras despesas administrativas	12-b	(1.859.003)	(1.868.736)	(3.631.071)	(3.648.872)
Depreciação e amortização		(584.079)	(431.140)	(1.156.906)	(863.129)
Ativo tangível	6-a	(452.893)	(302.087)	(898.886)	(604.182)
Ativo intangível	7-b	(131.186)	(129.053)	(258.020)	(258.947)
Provisões (líquidas)	9	(826.014)	5.848	(1.271.991)	(734.944)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(3.371.119)	(3.158.372)	(6.476.863)	(6.179.179)
Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	3-b.2	(3.371.045)	(3.158.519)	(6.476.863)	(6.179.002)
Lucros/perdas líquidas no desreconhecimento de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		(74)	147	-	(177)
Perdas com outros ativos (líquidas)		(12.334)	(351.318)	(10.782)	(413.518)
Outros ativos intangíveis	7-b	(4.963)	(305.864)	(1.393)	(305.864)
Outros ativos		(7.371)	(45.454)	(9.389)	(107.654)
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda		8.999	(4.899)	8.827	(11.533)
Resultado na alienação e despesas com ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas		(114.678)	24.792	(131.630)	28.526
Resultado Operacional Antes da Tributação		6.517.713	(115.390)	12.356.191	4.750.212
Impostos sobre a renda	11	(3.029.819)	3.036.904	(5.194.708)	1.042.978
Lucro Líquido Consolidado do Período		3.487.894	2.921.514	7.161.483	5.793.190
Lucro atribuível à Controladora		3.436.136	2.875.750	7.045.626	5.702.052
Lucro atribuível às participações não-controladoras		51.758	45.764	115.857	91.138
Lucro por Ação (em Reais)					
Lucro básico por 1.000 ações (em Reais - R\$)					
Ações ordinárias		438,47	365,98	899,00	724,96
Ações preferenciais		482,31	402,58	988,90	797,45
Lucro diluído por 1.000 ações (em Reais - R\$)					
Ações ordinárias		438,46	365,97	898,98	724,94
Ações preferenciais		482,31	402,57	988,88	797,44
Lucro líquido atribuído - Básico (em Reais - R\$)					
Ações ordinárias		1.668.147	1.396.228	3.420.449	2.767.993
Ações preferenciais		1.767.989	1.479.522	3.625.177	2.934.059
Lucro líquido atribuído - Diluído (em Reais - R\$)					
Ações ordinárias		1.668.147	1.396.227	3.420.448	2.767.992

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Ações preferenciais	1.767.989	1.479.523	3.625.178	2.934.060
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - básico				
Ações ordinárias	3.804.493	3.815.038	3.804.745	3.818.148
Ações preferenciais	3.665.634	3.675.119	3.665.886	3.679.289
Média Ponderada das ações em circulação (em milhares) - diluído				
Ações ordinárias	3.804.561	3.815.105	3.804.813	3.818.215
Ações preferenciais	3.665.702	3.675.186	3.665.954	3.679.356

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/04 a 30/6/2019	01/04 a 30/6/2018	01/01 a 30/6/2019	01/01 a 30/6/2018
Lucro Líquido Consolidado do Período		3.487.894	2.921.514	7.161.483	5.793.190
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:		781.595	(1.559.015)	934.774	(1.050.854)
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - Ganhos / (Perdas)		-	-	-	-
Valores transferidos para a conta de resultado		-	-	-	-
Impostos sobre a renda		-	-	-	-
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		682.457	(1.336.095)	912.922	(997.936)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		1.226.001	(2.266.521)	1.647.558	(2.054.213)
Lucro líquido em ativos financeiros anteriormente classificados como disponíveis para venda reclassificados para resultado		-	(28.557)	-	(30.808)
Lucro líquido em ativos financeiros anteriormente classificados como mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes reclassificados para reservas		-	-	-	296.802
Impostos sobre a renda		(543.544)	958.983	(734.636)	790.283
Hedges de fluxo de caixa		99.138	(222.920)	21.852	(52.918)
Ajuste ao valor justo		180.027	(372.350)	56.359	(61.138)
Valores transferidos para a conta de resultado		(5.088)	-	13.392	-
Impostos sobre a renda		(75.801)	149.430	(47.899)	8.220
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:		(787.521)	342.087	(804.099)	336.495
Planos de Benefícios Definidos		(787.521)	342.087	(804.099)	336.495
Planos de Benefícios Definidos		(1.298.191)	574.260	(1.305.936)	574.210
Impostos sobre a renda		510.670	(232.173)	501.837	(237.715)
Total do Resultado Abrangente		3.481.968	1.704.586	7.292.158	5.078.831
Atribuível à controladora		3.430.210	1.658.822	7.176.301	4.987.693
Atribuível às participações não-controladoras		51.758	45.764	115.857	91.138
Total		3.481.968	1.704.586	7.292.158	5.078.831

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Patrimônio líquido atribuível à Controladora

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas	Ações em tesouraria	Opção de Aquisição de Instrumento de Capital Próprio	Lucro do Período atribuído à controladora	Dividendos e remuneração	Patrimônio líquido	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Planos de Benefícios Definidos	Ajustes de conversão de investimento no exterior	Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento	Participações não-controladoras	Total patrimônio líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		57.000.000	28.966.451	(148.440)	(1.017.000)	8.924.064	(6.300.000)	87.425.075	1.813.574	(2.704.380)	859.370	(742.932)	86.650.707	436.894	87.087.601
Mudança na adoção inicial do IFRS 9	1-c	-	(1.245.023)	-	-	-	-	(1.245.023)	(296.802)	-	-	-	(1.541.825)	-	(1,541.825)
Saldos em 1 de janeiro de 2018	1- c.1.iii	57.000.000	27.721.428	(148.440)	(1.017.000)	8.924.064	(6.300.000)	86.180.052	1.516.772	(2.704.380)	859.370	(742.932)	85.108.882	436.894	85.545.776
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	5.702.052	-	5.702.052	(997.936)	336.495	-	(52.918)	4.987.693	91.138	5.078.831
Lucro líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	5.702.052	-	5.702.052	-	-	-	-	5.702.052	91.138	5.793.190
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(997.936)	336.495	-	(52.918)	(714.359)	-	(714.359)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(997.936)	-	-	-	(997.936)	-	(997.936)
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	-	336.495	-	-	336.495	-	336.495
Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.918)	(52.918)	-	(52.918)
Apropriação do lucro líquido de exercícios anteriores		-	8.924.064	-	-	(8.924.064)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opção de Aquisição de Instrumento Próprio		-	106.440	-	-	-	-	106.440	-	-	-	-	106.440	(106.440)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	10-b	-	(6.300.000)	-	-	-	5.100.000	(1.200.000)	-	-	-	-	(1.200.000)	-	(1,200.000)
Remuneração baseada em ações		-	(69.667)	-	-	-	-	(69.667)	-	-	-	-	(69.667)	-	(69,667)
Ações em tesouraria	10-c	-	-	(208.426)	-	-	-	(208.426)	-	-	-	-	(208.426)	-	(208,426)
Resultados de ações em tesouraria	10-c	-	-	(25)	-	-	-	(25)	-	-	-	-	(25)	-	(25)
Reestruturação do Capital	10-c	-	(8.112)	-	-	-	-	(8.112)	-	-	-	-	(8.112)	-	(8,112)
Outros		-	(11.824)	-	-	-	-	(11.824)	-	-	-	-	(11.824)	147.010	135.186
Saldos em 30 de junho de 2018		57.000.000	30.362.329	(356.891)	(1.017.000)	5.702.052	(1.200.000)	90.490.490	518.836	(2.367.885)	859.370	(795.850)	88.704.961	568.602	89.273.563
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1- c.1.iii	57.000.000	30.377.693	(461.432)	(1.017.000)	12.582.477	(6.600.000)	91.881.738	1.992.581	(3.071.040)	859.370	(659.774)	91.002.875	592.585	91.595.460
Total do resultado abrangente		-	-	-	-	7.045.626	-	7.045.626	912.922	(804.099)	-	21.852	7.176.301	115.857	7.292.158
Lucro líquido Atribuível à Controladora		-	-	-	-	7.045.626	-	7.045.626	-	-	-	-	7.045.626	115.857	7.161.483
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	912.922	(804.099)	-	21.852	130.675	-	130.675
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	912.922	-	-	-	912.922	-	912.922
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	-	-	(804.099)	-	-	(804.099)	-	(804,099)
Ganhos e perdas-Hedge de fluxo de caixa e de investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.852	21.852	-	21,852
Apropriação do lucro líquido de exercícios anteriores		-	12.582.477	-	-	(12.582.477)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opção de Aquisição de Instrumento Próprio		-	(950.000)	-	950.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	10-b	-	(6.600.000)	-	-	-	4.600.000	(2.000.000)	-	-	-	-	(2.000.000)	-	(2,000.000)
Remuneração baseada em ações		-	(30.874)	-	-	-	-	(30.874)	-	-	-	-	(30.874)	-	(30,874)



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Ações em tesouraria	10-c	-	-	(151.848)	-	-	-	(151.848)	-	-	-	-	(151.848)	-	(151.848)
Reestruturação do Capital	10-c	-	-	(1.528)	-	-	-	(1.528)	-	-	-	-	(1.528)	-	(1.528)
Resultados de ações em tesouraria	10-c	-	3.898	-	-	-	-	3.898	-	-	-	-	3.898	-	3.898
Outros		-	18.842	-	-	-	-	18.842	-	-	-	-	18.842	(145.735)	(126.893)
Saldos em 30 de junho de 2019		57.000.000	35.402.036	(614.808)	(67.000)	7.045.626	(2.000.000)	96.765.854	2.905.503	(3.875.139)	859.370	(637.922)	96.017.666	562.707	96.580.373

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/01 a 30/6/2019	01/01 a 30/6/2018
1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido Consolidado do Período		7.161.483	5.793.190
Ajustes ao Lucro		8.510.999	7.310.362
Depreciação do Ativo Tangível	6-a	898.886	604.182
Amortização do Ativo Intangível	7-b	258.020	258.947
Perdas com Outros Ativos (Líquidas)		10.782	413.518
Provisões e Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)		7.748.854	6.914.123
Ganhos Líquidos na Alienação do Ativo Tangível, Investimentos e Ativos não Correntes Mantidos para Venda		122.803	(16.993)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5-a	(60.462)	(32.962)
Ativos e Passivos Fiscais Diferidos	11	498.703	(2.492.997)
Atualização de Depósitos Judiciais		(326.046)	(330.518)
Atualização de Impostos a Compensar		(51.152)	(112.242)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		7.952	(1.068)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(704.062)	2.119.334
Outros		106.721	(12.962)
(Aumento) Decréscimo Líquido nos Ativos Operacionais		(21.838.956)	(51.504.966)
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil		39.069	(12.224.455)
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		9.929.773	(1.491.649)
Outros Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		-	72.032
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		7.725.484	-
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente ao Valor Justo no Resultado		626.584	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(5.076.745)	(7.176.406)
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(34.501.007)	(36.674.263)
Outros Ativos		(582.114)	5.989.775
Aumento (Decréscimo) Líquido nos Passivos Operacionais		20.258.770	52.798.226
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		(3.294.615)	-
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado		1.446.981	(12.427.465)
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		16.768.849	63.828.276
Outros Passivos		5.337.555	1.397.415
Impostos Pagos		(2.983.355)	(2.360.132)
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (1)		11.108.941	12.036.680
2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Investimentos		(2.935.950)	(369.593)
Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada		(1.291.630)	-
Aquisição de Controlada, menos Caixa Líquido na Aquisição		-	(111.224)
Ativo Tangível	6-a	(1.329.541)	(585.733)
Ativo Intangível	7-b	(314.799)	327.362
Reestruturação Societária		20	2
Alienação		535.221	404.559
Ativo Tangível	6-a	142.733	104.714
Ativos não Correntes Mantidos para Venda		302.250	204.898
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		90.238	94.947
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (2)		(2.400.729)	34.966
3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aquisição de Ações Próprias		(182.722)	(208.426)
Emissão de Outros Passivos Exigíveis a Longo Prazo	8-b.3	29.246.867	35.259.838
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos		(5.260.904)	(4.965.148)
Pagamentos de Outros Passivos Exigíveis a Longo Prazo	8-b.3	(27.941.187)	(40.764.759)
Pagamentos de Dívidas Subordinadas	8-b.4	(9.924.747)	(544.566)
Pagamentos de Juros dos Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	8-b.5	(328.892)	(318.659)
Aumento em Participações não-controladoras		(918)	(28)
Aumento de Capital em Sociedades Controladas realizadas por Participações não-controladoras		100.000	98.000
Total do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (3)		(14.292.503)	(11.443.748)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa (4)		(7.952)	1.068
Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa (1+2+3+4)		(5.592.243)	628.966
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		25.285.160	22.670.902
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		19.692.917	23.299.868

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/01 a 30/6/2019	01/01 a 30/6/2018
Componentes do Caixa e Equivalentes de Caixa			
Disponibilidades		15.828.098	5.202.843
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito		3.864.819	18.097.025
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		19.692.917	23.299.868
Transações não Monetárias			
Execuções de Empréstimos e Outros Ativos Transferidos para Ativos não Correntes Mantidos para Venda		319.962	328.269
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Declarados mas não Pagos	10-b	1.000.000	600.000
Informações Complementares			
Juros Recebidos		35.405.636	35.616.783
Juros Pagos		(13.973.268)	(16.159.018)

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas.

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, crédito consignado, plataformas digitais, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas para o semestre findo em 30 de junho de 2019, na reunião realizada em 22 de julho de 2019.

b) Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas foram elaboradas de acordo com o IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias oriundas das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações de IFRS (Atual denominação do IFRIC) (IFRS).

De acordo com o IAS 34, as informações financeiras intermediárias condensadas consolidadas destinam-se somente a fornecer atualização do conteúdo das últimas demonstrações financeiras consolidadas autorizadas para emissão, com foco em novas atividades, eventos e circunstâncias ocorridas no período, ao invés de duplicar informações relatadas nas demonstrações financeiras consolidadas anteriormente apresentadas. Conseqüentemente, essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas não incluem todas as informações exigidas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o IFRS, conforme emitido pelo IASB, assim sendo para obter o devido entendimento das informações incluídas nessas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, as mesmas devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. As mesmas políticas e os métodos de cálculo são seguidos nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas quando comparadas às demonstrações financeiras anuais mais recentes, exceto para o IFRS 16, onde as novas políticas e métodos de mensuração estão descritos abaixo.

Adoção de novas normas e interpretações

- **IFRS 16** - a partir de 01 de janeiro de 2019, o Banco adotou a norma IFRS 16, que substitui o IAS 17.

I. Transição

Conforme permitido pelas disposições específicas de transição, o Banco Santander optou por aplicar o normativo de maneira retrospectiva modificada, cujos efeitos foram aplicados em 1 de janeiro de 2019.

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 16 foram aplicadas aos ativos de direito de uso como parte do ativo tangível e os passivos de arrendamento como outros passivos no balanço patrimonial.

II. Identificação de Arrendamento

Na adoção do IFRS 16, o Banco reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos mercantil" seguindo os princípios do IAS 17 - Arrendamentos.

Para a aplicação inicial da norma, o Banco utilizou os seguintes expedientes práticos permitidos:

- A exclusão dos custos diretos iniciais para a mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial;
- Optou-se por não efetuar a separação do componente de prestação de serviços embutidos em contratos de arrendamento mercantil; e
- O Banco também decidiu não aplicar o IFRS 16 a contratos que não eram identificados como contendo um arrendamento segundo o IAS 17 e o IFRIC 4 - Determinação sobre se um Contrato contém um Arrendamento.

Adicionalmente, estão sendo utilizadas também as seguintes isenções de reconhecimento:

- A contabilização de arrendamentos operacionais com um prazo remanescente de menos de 12 meses em 1 de janeiro de 2019 como arrendamentos de curto prazo;
- A contabilização de arrendamentos operacionais cujo o ativo subjacente seja de baixo valor;
- Até 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos de ativos imobilizados, nos quais o Banco, como arrendatário, detinha, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade eram classificados como arrendamentos financeiros. Os saldos

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

apresentados são imateriais.

O Banco arrenda vários imóveis e equipamentos. Predominantemente, os ativos objetos dos contratos de arrendamento são negócios imobiliário referente às agências.

O Banco Santander não possui ativos de direito de uso que se enquadram na definição de propriedades para investimento.

III. Prazo do arrendamento

Os contratos de arrendamentos são formalizados, analisados e renegociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições distintas. O Banco avalia o prazo de contrato, bem como a intenção de permanência nos imóveis. Assim, as estimativas de prazos podem variar de acordo com as condições contratuais, considerando opções de extensão, e também de acordo com disposições legais.

O Banco assume que as multas por rescisão contratual cobradas antes do prazo de vencimento não compõem uma parcela significativa.

Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, mas os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

IV. Mensuração Inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário. Não há nenhum contrato oneroso que requereu um ajuste nos direitos de uso a serem registrados como ativos na data da adoção inicial.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento mercantil;
- Qualquer pagamento de leasing feito antes ou na data de início reduzidos de qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo inicial diretamente atribuído; e
- Custos de restauração, caso os requisitos do IAS 37 sejam atendidos para o registro de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os ativos de direito de uso reconhecidos, relacionados a cada tipo de ativo são conforme abaixo:

	31/12/2018	Efeitos da Adoção - IFRS 16	01/01/2019
Terrenos e Edificações	-	2.373.959	2.373.959
Sistemas de processamento de dados	-	91.791	91.791
Total	-	2.465.750	2.465.750

O Grupo Santander utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para a obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no Santander Brasil, pela curva de custo de financiamento (funding) de um ativo livre, aplicada individualmente a cada contrato de acordo as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de leasing:

- Pagamentos fixos reduzidos de qualquer incentivo;
- Pagamentos variáveis que são baseados em uma taxa ou indexador;
- Valores esperados para serem pagos pelo arrendatário com base no valor residual de garantias;
- O preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tem certeza razoável sobre o exercício da opção; e
- Pagamentos de penalidades pelo encerramento do leasing se o prazo da operação reflete o exercício da opção pelo arrendatário.

Na análise dos contratos do Grupo Santander, somente foram identificados contratos com pagamentos fixos e sem incentivos ou valores por garantia residual serem pagos ou opção de compra embutida, assim, os efeitos na contabilização dos passivos oriundos da adoção inicial:

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Contratos de Arrendamento em 31 de dezembro de 2018	-
Contratos de arrendamento operacional descontados pela taxa de juros incremental	2.203.382
(-) Arrendamentos de curto prazo reconhecidos diretamente como despesas	(19.252)
(+)/(-) Ajustes como resultado de um tratamento diferente das datas de término do contrato	281.620
Saldo em 1 de janeiro de 2019	2.465.750
Passivos reconhecidos em 1 de janeiro de 2019 - Outros Passivos Financeiros	2.465.750

Efeitos na contabilização no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2019 em função da adoção inicial (não houve impactos nos resultados dos períodos comparativos gerados pela adoção inicial):

	01/01 a 30/6/2019
Efeitos em resultado decorrentes da adoção do IFRS 16	207
Despesas de amortização dos ativos - Ativo tangível	(265.048)
Despesas de juros dos passivos - Despesas com juros e similares	(99.094)

V. Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do CPC 27 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido qualquer remensuração do passivo de arrendamento quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Os efeitos da adoção do IFRS 16 terão impacto exclusivamente no segmento operacional – Banco Comercial.

• **IFRIC 23** – Publicada em junho de 2017 pelo IASB, a IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro tem aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2019 e visa esclarecer os procedimentos de aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração disposto no IAS 12 de Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre os tratamentos a serem adotados para os Tributos sobre o Lucro.

O Banco efetuou análises sobre os procedimentos já adotados para contabilização e apresentação dos Impostos sobre o Lucro em relação ao conteúdo da IFRIC 23 e foi possível concluir que não há impactos significativos nas divulgações efetuadas até 31 de dezembro de 2018, bem como a partir da adoção da nova norma em 01 de janeiro de 2019.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 30 de junho de 2019

Na data de preparação destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, as seguintes normas e interpretações que possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2018 e ainda não foram adotadas pelo Banco são:

• **IFRS 17** - Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1 de janeiro de 2021, com proposta do órgão para prorrogação até 2022, ainda a ser aprovada em consulta pública. Esta norma tem a objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, afim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Banco Santander está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

c) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados e a apuração do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas. O Banco faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas intermediárias condensadas consolidadas, as estimativas são feitas pela Administração do Banco e das entidades consolidadas em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

c.1) Estimativas críticas

As principais estimativas foram discutidas detalhadamente com vista à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018. No período findo em 30 de junho de 2019, não ocorreram mudanças significativas nas estimativas efetuadas no final do exercício de 2018, além daquelas indicadas nessas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, especialmente decorrentes da aplicação do IFRS 16.

As estimativas e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos saldos contábeis de certos ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritas abaixo:

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

A despesa de imposto sobre a renda é obtida mediante a soma do Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e Cofins. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente decorrem da aplicação das respectivas alíquotas sobre o lucro real, e as alíquotas de PIS e Cofins aplicadas sobre a respectiva base de cálculo prevista na legislação específica, somada também com as mutações de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais e a base negativa da CSLL acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real para fins tributários nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial, realizando-se os ajustes apropriados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos do Banco está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Detalhes adicionais, estão nas notas 2.aa das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2018.

ii. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos da transação.

Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O Banco Santander classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, segregando os instrumentos financeiros entre os Níveis I, II ou III.

Detalhes adicionais estão nas notas 2.e e 47.c8 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2018, que apresentam a análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros.

iii. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: emitido em seu formato final em julho de 2014, o *International Accounting Standards Board* (IASB) aprovou o IFRS 9, que substituiu o IAS 39 Instrumentos Financeiros, de acordo com as diretrizes definidas pelo G-20 (grupo composto pelos ministros de finanças das 20 maiores economias do mundo) em abril de 2009, estabelecendo os requerimentos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros.

Provisões para perdas sobre créditos

O valor contábil de ativos financeiros não recuperáveis é ajustado por meio do registro de uma provisão para perda a débito de "Perdas com ativos financeiros (Líquidas) – Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado" na demonstração consolidada do resultado. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

Para determinar o saldo de "Provisão para perdas por não recuperação ("impairment")", o Banco Santander avalia primeiro se existe evidência objetiva de perda no valor recuperável individualmente para ativos financeiros que sejam significativos, e individual ou coletivo para ativos financeiros que não sejam significativos.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Para medir individualmente a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados quanto a redução ao valor recuperável, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir a perda por redução ao valor recuperável de empréstimos avaliados coletivamente quanto a redução ao valor recuperável, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Detalhes adicionais estão na nota 2.i das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2018, que apresentam a análise de sensibilidade para os Instrumentos Financeiros.

Transição

Conforme permitido pelas disposições transitórias da IFRS 9, o Grupo optou por não reapresentar números comparativos. Quaisquer ajustes nas quantias escrituradas de ativos e passivos financeiros à data de transição foram reconhecidos nos lucros líquidos iniciais e outras reservas do período corrente. O Grupo também optou por continuar aplicando os requisitos de contabilização de hedge da IAS 39 na adoção da IFRS 9.

Consequentemente, para divulgações de notas, as consequentes alterações às divulgações da IFRS 7 também foram aplicadas apenas ao período atual. As divulgações das notas do período comparativo repetem as divulgações feitas no ano anterior.

Ativos e passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos da dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados.

Todos os outros instrumentos financeiros (inclusive compras e vendas regulares de ativos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que corresponde à data na qual o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo ou passivo financeiro é mensurado inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de item não designado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Classificação

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.

Um instrumento da dívida é mensurado ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, o Banco pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes. Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada pelo Banco.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado um ativo financeiro que, de outra forma, atenda às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, caso essa designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que poderia existir. Essa opção não foi utilizada pelo Banco.

Avaliação do modelo de negócio

O Banco avalia o objetivo de um modelo de negócio no qual um ativo é mantido em nível de portfólio, por melhor refletir como o negócio é administrado e que informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas compreendem:

- Políticas e objetivos definidos para a carteira e a aplicação dessas políticas na prática. Incluindo, se a estratégia da Administração está

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

focada em auferir receitas de juros contratuais, manter um perfil específico de taxa de juros, alinhar a duração dos ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Banco;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro daquele modelo de negócios) e como esses riscos são administrados;
- Como os gestores do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração se baseia no valor justo dos ativos administrados ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos;
- A frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre as vendas futuras. No entanto, as informações sobre a atividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação geral do objetivo definido pelo Banco para administrar os ativos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados, cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois (i) não são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais (ii) nem mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros.

Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros

Para os fins desta avaliação, define-se “principal” como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Define-se “Juros” como a contraprestação para o valor da moeda no tempo e para o risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um período específico e para outros riscos e custos básicos dos empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como para a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros, o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o prazo ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenderia esta condição. Ao realizar a avaliação, o Banco considera:

- eventos contingentes que alterariam o valor e prazo dos fluxos de caixa;
- alavancagem;
- prazos de pagamento antecipado e extensão;
- termos que limitem o direito do Banco aos fluxos de caixa de ativos; e
- recursos que modifiquem a contraprestação do valor da moeda no tempo, por exemplo, reajuste periódico das taxas de juros.

Reclassificações de categorias dos ativos financeiros

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no período após o Banco alterar seu modelo de negócios para administrar os ativos financeiros.

Baixa de Ativos financeiros

O Banco baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas em “Outros Resultados Abrangentes” é registrada no resultado.

A partir da data de abertura do IFRS, acima mencionada, eventuais ganhos/perdas acumulados e reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes” com relação aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes não são registrados no resultado mediante a baixa destes títulos.

O Banco realiza operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. Exemplos dessas operações incluem cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação.

Em operações nas quais o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, o Banco continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposto a alterações no valor do ativo transferido.

Baixa de Passivos financeiros

O Banco baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

Taxa de juros efetiva

A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exclusivamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros, estimados durante a vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou o custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera perdas de crédito esperadas e inclui custos de transação, prêmios ou descontos e taxas pagas ou recebidas que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.

Modificações nos ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

Caso os termos de um ativo financeiro sejam modificados, o Banco avalia se os fluxos de caixa do ativo modificado são substancialmente diferentes. Caso os fluxos de caixa sejam substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro original serão considerados vencidos. Neste caso, o ativo financeiro original é baixado e um novo ativo financeiro é reconhecido ao valor justo.

Caso os fluxos de caixa do ativo modificado mensurado ao custo amortizado não sejam substancialmente alterados, a modificação não resulta em baixa do ativo financeiro. Neste caso, o Banco recalcula o valor contábil bruto do ativo financeiro e reconhece o valor resultante dos ajustes ao valor contábil bruto como ganho ou perda de modificação no resultado. Caso uma modificação dessa natureza seja realizada devido às dificuldades financeiras do devedor, ganhos ou perdas são apresentados em conjunto com as perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*"). Em outros casos, são apresentados como receita de juros.

Receita de Juros

A receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto dos ativos financeiros, exceto:

- (a) Ativos financeiros adquiridos ou originados com *impairment* de crédito, para os quais a taxa de juros efetiva original ajustada ao crédito é aplicada ao custo amortizado do ativo financeiro.
- (b) Ativos financeiros que não são adquiridos ou originados com *impairment* de crédito, mas posteriormente apresentaram evento de default (ou "estágio 3"), para os quais a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao seu custo amortizado líquido da provisão.

Instrumentos de Patrimônio

Os instrumentos patrimoniais são aqueles que atendem à definição de patrimônio líquido do ponto de vista do emissor, ou seja, instrumentos que não contenham uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciem um interesse residual no patrimônio líquido do emissor. São exemplos os instrumentos de capital que incluem ações ordinárias.

Geralmente, todos os instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo através de resultados, exceto nos casos em que a Administração do Banco tenha eleito, no momento do reconhecimento inicial, a designação irrevogável de um investimento de patrimônio pelo justo valor por meio de Outros Resultados Abrangentes. A política do Banco condiz em designar investimentos de capital como mensurado ao valor justo contra Outros Resultados Abrangentes quando esses investimentos são mantidos para outros fins que não gerem retornos de investimento, nesse caso, os ganhos e perdas de valor justo são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes e não são reclassificados subsequentemente para o resultado, incluindo a venda do ativo. As perdas por redução ao valor recuperável (e a reversão de perdas por redução ao valor recuperável) não são contabilizadas separadamente de outras variações no valor justo. Com relação aos dividendos, quando representam um retorno sobre tais investimentos, continuam a ser reconhecidos no resultado como outros rendimentos quando o Banco possui o direito de receber pagamentos.

Os ganhos e perdas em participações mensurados ao valor justo no resultado são incluídos na rubrica "Ativos Financeiros mensurados a valor justo no resultado" na Demonstração do Resultado.

Passivos Financeiros

O Banco baixa um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro é reconhecido ao valor justo com base nos termos modificados. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e o novo passivo financeiro com termos modificados é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Banco atualmente tem um direito legalmente exequível de compensar os valores e a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Receitas e despesas são apresentadas em uma base líquida somente quando permitido pelos IFRSs ou para ganhos ou perdas resultantes de um grupo de operações semelhantes, como na atividade de negociação do Banco.

Mensuração ao valor justo

O "valor justo" corresponde ao preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data da mensuração no mercado principal ou, em sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Banco tenha acesso naquela data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de inadimplemento. Quando há um disponível, o Banco mensura o valor justo de um instrumento com base no preço cotado neste mercado para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo se as operações para o ativo ou passivo ocorrem com regularidade e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.

Caso não haja preço cotado em um mercado ativo, o Banco utiliza técnicas de avaliação para maximizar o uso das informações observáveis relevantes e minimizar o uso de informações não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que seriam considerados pelos participantes do mercado ativo na precificação de uma operação.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro, no reconhecimento inicial, corresponde normalmente ao preço da operação, ou seja, o valor justo da contraprestação paga ou recebida. Caso o Banco determine que o valor justo, no reconhecimento inicial, difere do preço da operação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, nem baseado em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer informações não observáveis são consideradas irrelevantes com relação à mensuração, o instrumento financeiro será inicialmente mensurado ao valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da operação. Essa diferença é posteriormente reconhecida no resultado de forma apropriada com base na vida do instrumento, mas até que a avaliação seja integralmente suportada por dados observáveis de mercado ou a operação seja encerrada.

Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tem um preço de compra e um preço de venda, o Banco mensura os ativos e as posições compradas a um preço de compra e os passivos e as posições vendidas a um preço de venda.

O valor justo de um passivo financeiro com um recurso à vista (por exemplo, um depósito à vista) não é inferior ao valor a pagar à vista, descontado a partir da primeira data na qual o pagamento do valor poderia ser exigido.

Redução ao valor recuperável (“impairment”)

O Banco reconhece ajustes para perdas de crédito esperadas com relação aos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- ativos financeiros que sejam instrumentos da dívida;
- valores a receber de arrendamento mercantil;
- contratos de garantia financeira emitidos; e
- compromissos de empréstimo emitidos.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) é reconhecida em instrumentos de capital.

O Banco mensura os ajustes para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos abaixo, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses:

- instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e
- outros instrumentos financeiros (exceto valores a receber de arrendamento mercantil) nos quais o risco de crédito não aumentou substancialmente desde seu reconhecimento inicial.

Os ajustes para perdas em valores a receber de arrendamento mercantil são sempre mensurados a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada por probabilidade das perdas de crédito. São mensuradas da seguinte forma:

- ativos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como o valor presente de todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como a diferença entre o valor contábil bruto e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- compromissos de empréstimo a liberar: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos ao Banco caso o compromisso seja utilizado na totalidade e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e
- contratos de garantia financeira: pagamentos esperados para reembolsar o titular, deduzidos de eventuais valores que o Banco espera recuperar.

Ativos modificados

Se os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados ou um ativo financeiro existente é substituído por um novo ativo devido a dificuldades financeiras do devedor, é necessário avaliar se o ativo financeiro deve ser baixado e as perdas de crédito esperadas são mensuradas da seguinte forma:

- Caso a reestruturação esperada não resulte em baixa do ativo existente, os fluxos de caixa esperados e advindos do ativo financeiro modificado são incluídos no cálculo das insuficiências de caixa do ativo existente.
- Caso a reestruturação esperada resulte em baixa do ativo existente, o valor justo esperado do novo ativo é tratado como fluxo de caixa final do ativo financeiro existente no momento de sua baixa.

Este valor é incluído no cálculo das insuficiências de caixa decorrentes do ativo financeiro existente descontadas a partir da data estimada de baixa até a data de encerramento, utilizando a taxa de juros efetiva original do ativo financeiro existente.

Determinação de aumentos significativos no risco de crédito

Em cada data de apuração de seus balanços patrimoniais, o Banco avalia se os ativos financeiros registrados ao custo amortizado e os instrumentos financeiros de dívida registrados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes estão sujeitos à redução ao valor recuperável, bem como outros instrumentos financeiros sujeitos a essa avaliação.

Um ativo financeiro está “sujeito à redução ao valor recuperável” quando um ou mais eventos que exerçam impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido.

As evidências de que um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem os seguintes dados observáveis:

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

- dificuldade financeira significativa do devedor ou emissor;
- atrasos de suas obrigações contratuais;
- quebra de contrato, como inadimplência ou atraso;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco em condições que o Banco não consideraria como interessantes para realizar;
- a probabilidade de que o devedor entre em falência ou outra reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de um mercado ativo para um título devido à dificuldades financeiras.

Um instrumento financeiro que tenha sido renegociado devido à deterioração na condição do mutuário, é geralmente considerado como sujeito à redução ao valor recuperável, a menos que haja evidência de que o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha sido reduzido significativamente e não há nenhum outro indicador de *impairment*.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas no balanço patrimonial da seguinte forma:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: como uma dedução do valor contábil bruto dos ativos;
- compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira: como uma provisão; e
- instrumentos da dívida mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: nenhuma provisão para perdas é reconhecida no balanço patrimonial, pois o valor contábil desses ativos corresponde ao valor justo.

Evidência objetiva de redução ao valor recuperável ("impairment")

Em cada data de encerramento, o Banco avalia a existência de evidência objetiva de que os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado tiveram redução no seu valor recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros apresenta redução no seu valor recuperável quando evidências objetivas que demonstraram que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do (s) ativo(s) e que o evento de perda exerceu um impacto sobre os fluxos de caixa futuros do(s) ativo(s) que poderia ser estimado com segurança.

Evidências objetivas de que os ativos financeiros tiveram redução no seu valor recuperável incluem:

- dificuldade financeira significativa de um devedor ou emissor;
- inadimplência ou mora por um devedor;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco em condições que o Banco não consideraria como interessantes para realizar;
- indicações de que um devedor ou emissor poderia entrar em falência;
- o desaparecimento de um mercado ativo para um título; ou
- dados observáveis relacionados a um grupo de ativos, tais como alterações adversas no status de pagamento de mutuários ou emissores no grupo, ou condições econômicas correlacionadas a inadimplência no grupo.

Empréstimos que tenham sido renegociados devido à deterioração na condição do devedor, são geralmente considerado como reduzido ao valor recuperável a menos que haja evidência, de que o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha sido reduzido significativamente e não houvesse nenhum outro indicador de *impairment*.

Todos os empréstimos e adiantamentos e títulos mensurados ao custo amortizado individualmente significativos foram submetidos a um teste específico de redução ao valor recuperável. Empréstimos e adiantamentos e títulos mensurados ao custo amortizado não considerados como individualmente significativos, foram coletivamente submetidos a teste de redução ao valor recuperável por meio do agrupamento de empréstimos e adiantamentos e títulos ao custo amortizado com características de risco de crédito semelhantes.

Avaliação individual ou coletiva

Uma mensuração individual de *impairment* se baseou na melhor estimativa da Administração do valor presente dos fluxos de caixa cujo recebimento era esperado. Ao estimar estes fluxos de caixa, a Administração exerceu julgamento quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente. Cada ativo reduzido ao valor recuperável foi avaliado com relação aos seus méritos, ao passo que a estratégia de teste e a estimativa dos fluxos de caixa considerados recuperáveis, foram aprovadas pelos responsáveis de risco de crédito do Banco.

Ao avaliar a necessidade de provisão coletiva para perdas, a Administração considerou fatores como qualidade de crédito, tamanho da carteira, concentrações e fatores econômicos. Para estimar a provisão necessária, foram estabelecidas premissas para definir como as perdas inerentes estavam modeladas e para determinar os parâmetros de dados necessários, com base na experiência histórica e nas condições econômicas atuais.

Mensuração da redução ao valor recuperável ("impairment")

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos mensurados ao custo amortizado foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados pela taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas por redução ao valor recuperável em ativos mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes foram calculadas como a diferença entre o valor contábil e o valor justo.

Reversão da redução ao valor recuperável ("impairment")

Para ativos mensurados ao custo amortizado: Caso um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável tenha causado a redução

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

no valor da perda por redução do valor recuperável, a redução na perda por redução do valor recuperável foi revertida por meio do resultado.

Para títulos da dívida mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: Se, em um período subsequente, o valor justo de um título da dívida reduzido ao valor recuperável tenha aumentado e esse aumento pôde ser objetivamente atrelado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável foi revertida por meio do resultado; caso contrário, qualquer aumento no valor justo foi reconhecido por meio de Outros Resultados Abrangentes.

Qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial mensurado ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e reduzido ao valor recuperável foi reconhecida a qualquer momento em Outros Resultados Abrangentes.

Segue abaixo a conciliação do patrimônio líquido decorrente da adoção inicial do IFRS 9:

Conciliação do Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido antes dos ajustes do IFRS 9 - 31/12/2017	87.087.601
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.149.051)
Provisão para compromissos contingentes	(674.513)
Remensuração de ativos decorrentes das novas categorias	17.806
Outros	237.867
Contribuição Social e Imposto sobre a renda diferidos	1.026.066
Patrimônio líquido após ajustes do IFRS 9 - 01/01/2018	85.545.776

Designação ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, o Banco designou determinados ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, pois esta designação elimina ou reduz significativamente um descasamento contábil que poderia surgir.

Valores de perdas de crédito esperada

Informações, premissas e técnicas utilizadas na estimativa da redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Classificação de instrumentos financeiros por estágios

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três níveis, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

- Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este Ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

- Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial; e

- Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Metodologia de estimativa de *impairment*

A mensuração da perda esperada se realiza mediante os seguintes fatores:

- Exposição à Inadimplência ou EAD: é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.

- Probabilidade de Inadimplência (PD): é definido como a probabilidade de que a contraparte possa cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos do IFRS 9, serão considerados ambos: PD - 12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD - tempo de vida, que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimativa desses parâmetros devem ser consideradas.

- Perda por Inadimplência (LGD): é a perda resultante no caso de incumprimento, ou seja, a porcentagem da exposição que não pode ser recuperado em caso de inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como fatores de mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem recuperados. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimativa.

- Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, para trazê-los ao valor

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

presente.

Para a estimativa dos parâmetros supracitados, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

Definição de inadimplência

O Banco considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando:

- é provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito ao Banco; ou
- o devedor apresenta obrigações de crédito significativas perante o Banco vencidas há mais de 90 dias, como regra geral.

Os saques a descoberto são considerados vencidos caso o cliente viole um limite recomendado ou lhe tenha sido concedido um limite inferior ao montante atual em aberto.

Ao avaliar se um devedor está inadimplente, o Banco considera indicadores:

- qualitativos – por exemplo, violações às cláusulas restritivas (*covenants*);
- quantitativos – por exemplo, status de vencido e não pagamento de outra obrigação do mesmo emissor perante o Banco; e
- baseados em dados coletados internamente e obtidos de fontes externas.

Provisão para perdas

As tabelas a seguir apresentam as reconciliações dos saldos inicial e final da provisão para perdas por categoria de instrumento financeiro. Os termos perdas de crédito esperadas em 12 meses, perdas de crédito esperadas durante a vida útil e perdas por redução ao valor recuperável são explicados na nota de práticas contábeis. Os valores comparativos referentes a 31 de dezembro de 2017, representam uma conta de provisão para perdas de crédito e refletem a base de mensuração de acordo com o IAS 39.

R\$ milhões	Total
Saldo da provisão - Empréstimos e recebíveis (IAS 39) em 31/12/2017	18.261.638
Saldo da provisão para Avais e Fianças (IAS 39) em 31/12/2017	312.373
Saldo IAS 39 em 31/12/2017	18.574.011
Efeito da adoção inicial IFRS 9 (Nota 1.c1.iii)	2.823.564
Saldo IFRS 9 em 01/01/2018	21.397.575

Em 1 de janeiro de 2018, o saldo de Provisão para perdas em IFRS 9 segregado em estágios era representado: Estágio 1 – 20%, Estágio 2 – 15% e Estágio 3 – 65%. A segregação em estágios referentes a 30 de junho de 2019, encontra-se na nota 3.b.2.

Ativos e Passivos financeiros

A. Classificação de ativos e passivos financeiros na adoção inicial do IFRS 9

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o IAS 39 e as novas categorias de mensuração de acordo com o IFRS 9.

Efeitos da adoção do IFRS 9 nas carteiras de Ativos e Passivos Financeiros (em R\$ Mil)		Classificação original de acordo com o IAS 39	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 01/01/2018	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
Ativos Financeiros	IAS 39	Empréstimos e recebíveis	355.246.574	354.317.416	-	354.317.416	Mensurados ao Custo Amortizado
				492.429	5.197	497.626	Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado
				436.729	(7.179)	429.550	Mensurados a Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
		Disponíveis para venda	85.823.384	4.762.234	3.791	4.766.025	Mensurados ao Custo Amortizado
79.954.513	-			79.954.513	Mensurados a Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

			1.106.637	15.997	1.122.634	Mensurados ao Valor Justo no Resultado
	Investimentos Mantidos até o vencimento	10.214.454	10.214.454	-	10.214.454	Mensurados ao Custo amortizado
	Para negociação	86.271.097	86.271.097	-	86.271.097	Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação
	Outros ativos financeiros a valor justo no resultado	1.692.057	1.692.057	-	1.692.057	Mensurados ao Valor Justo no Resultado
Total (1)		539.247.566	539.247.566	17.806	539.265.372	

1) Não inclui Provisão para Perdas sobre créditos e compromissos contingentes.

Efeitos da adoção do IFRS 9 nas carteiras de Ativos e Passivos Financeiros (em R\$ Mil)		Classificação original de acordo com o IAS 39	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 01/01/2018	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
Passivos Financeiros	IAS 39	Para Negociação	49.322.546	-	-	49.322.546	Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação
		Ao Custo amortizado	478.880.704	-	-	478.880.704	Mensurados ao Custo Amortizado
Total			528.203.250	-	-	528.203.250	

Provisões para fundos de pensão

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa especializada, ao final de cada exercício, com vigência para o período subsequente e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado nas linhas de Despesas com juros e similares e Provisões (líquidas).

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Detalhes adicionais estão na nota 2.x das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2018.

Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

A nota explicativa 2.r às demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incluem informações sobre as provisões e os ativos e passivos contingentes. Não ocorreram mudanças significativas nas provisões e nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2018 e 30 de junho de 2019, data da preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas.

Ágio

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macroeconômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Detalhes adicionais estão na nota 7.a.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

d) Informações comparativas

Estas demonstrações financeiras intermediárias condensadas incluem o período intercalar comparável a 30 de junho de 2018, para a Demonstrações Consolidadas do Resultado, Demonstrações Consolidadas do Resultado Abrangente, Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa. O balanço patrimonial consolidado é comparativo com 31 de dezembro de 2018.

e) Sazonalidade das transações do Banco

Considerando as atividades em que o Banco e empresas controladas se envolvem, a natureza de suas transações não é cíclica, nem sazonal. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nessas notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas referentes ao período findo em 30 de junho de 2019.

f) Relevância

O Banco, ao determinar as divulgações a serem feitas sobre os diversos itens das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas ou outros assuntos, de acordo com o IAS 34, levou em consideração sua relevância em relação às Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas.

g) Demonstrações Consolidadas do Fluxo de Caixa

Ao preparar as Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudanças nos seus valores e com vencimento original inferiores a noventa dias foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa". O Banco classifica como Caixa e Equivalentes de Caixa os saldos registrados nos itens "Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil" e "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" no Balanço Patrimonial Consolidado, exceto por recursos de uso restritos e operações de longo prazo.

Os juros pagos e recebidos correspondem, basicamente, às atividades operacionais do Banco Santander.

A Administração do Banco Santander apresenta em uma linha destacada os "Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos" e os respectivos impactos no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. Consequentemente, os correspondentes montantes das Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa foram reclassificados para melhor apresentação desta peça contábil. A Administração considerou tais reclassificações como irrelevantes.

h) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas do Banco Santander estão apresentadas em Reais, moeda funcional das entidades e de apresentação destas demonstrações.

Para cada subsidiária, entidade no exterior e investimento em empresa não consolidada, o Banco Santander definiu a moeda funcional. Os ativos e passivos destas entidades são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão do investimento líquido são registrados na demonstração de resultado abrangente, na linha de "variação cambial de investidas localizadas no exterior".

i) Captações, emissões e outros passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

A emissão de "Notes" deve ser registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

O detalhamento pertinente as emissões desses instrumentos encontram-se descritos na nota 8.b-5.

j) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares reconhecidas na rubrica

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

“Receitas com juros e similares” ou “Despesas com juros e similares”, conforme apropriado e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)”.

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no Patrimônio Líquido Consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

Operações de *hedge*

As entidades consolidadas utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (Derivativos utilizados como *hedge*) e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (Instrumentos financeiros derivativos).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de *hedge* são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo é enquadrado para contabilidade de operações de *hedge* se todas as condições a seguir forem atendidas:

1. O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

a. Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito (*hedge* de valor justo).

b. Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

c. O investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior).

2. Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do *hedge*, ou seja:

a. Na data do acordo, for esperado que o *hedge*, sob condições normais, seja altamente efetivo (efetividade prospectiva).

b. Há prova suficiente de que o *hedge* foi efetivo durante toda a existência do item ou posição coberta (efetividade retrospectiva).

3. Deve haver documentação apropriada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do próprio Banco.

As variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de *hedge* são reconhecidas da seguinte forma:

a. Em *hedge* de valor justo, os ganhos ou perdas, tanto sobre os instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado.

b. Em *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes - *Hedges* de fluxo de caixa” até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado, exceto se as transações previstas resultarem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado.

c. A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre os instrumentos de *hedge* relativos a *hedge* de fluxo de caixa e *hedges* de um investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se um derivativo designado como instrumento de *hedge* deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente em função de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo mensurado a valor justo no resultado.

Quando a contabilização de operações de *hedge* pelo valor justo é descontinuada (revogada, expirada, vendida ou não atender mais os critérios de *hedge* contábil), os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de descontinuidade do *hedge*. Os ajustes devem ser integralmente amortizados até o vencimento.

Quando operações de *hedge* de fluxo de caixa são descontinuadas, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de *hedge* reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes” (desde o período em que o *hedge* se tornou eficaz) permanece reconhecido no patrimônio até que a transação prevista ocorra, quando então esse ganho ou perda é reconhecido no resultado, a menos que não se espere mais que a transação ocorra, hipótese em que qualquer ganho ou perda acumulada é reconhecido imediatamente no resultado.

Para a contabilização e divulgação das estruturas de *hedge accounting* em 30 de junho de 2019, o Banco utilizou a faculdade do IFRS 9, de manter as práticas determinadas pelo IAS 39.

k) Juros sobre Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN N°4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma específica que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço, o que não trouxe alteração na forma contabilização dos valores em relação aos períodos anteriores. Além disso, passaram a ser registrados em conta específica no Patrimônio Líquido, a parcela da remuneração de capital proposta mas não

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

obrigatória e a que for obrigatória e não tenha sido distribuída na data do balanço.

I) Evento Subsequente

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras;
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

2. Base para consolidação

Abaixo estão destacadas as entidades controladas, diretas e indiretas, e fundos de investimento incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas do Banco Santander. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas são fornecidas na nota explicativa 5.

Participações controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

	Atividade	Participação % Consolidada
Banco Bandepe S.A. (1)	Banco	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	99,99%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	100,00%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros) (2)(16)	Recuperação de Créditos Inadimplidos	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Outras atividades	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.)	Instituição de Pagamento	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	100,00%
Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito S.A. (EFC)	Financeira	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A. (15)	Holding	100,00%
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação social da Produban Serviços de Informática S.A.) (7)	Tecnologia	100,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (atual denominação social da BHJV Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda.) (14)	Banco	50,00%
Rojo Entretenimento S.A. (8)	Outras Atividades	94,60%
BEN Benefícios e Serviços S.A (9)	Outras Atividades	100,00%
Esfera Fidelidade S.A. (6)	Outras Atividades	100,00%

Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (2)

Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.) (12)	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	70,00%
---	---	--------

Controlada da Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)

Return Gestão de Recursos S.A. (atual denominação social da Gestora de Investimentos Ipanema S.A.) (13)	Gestora de Recursos	100,00%
---	---------------------	---------

Controladas da Getnet S.A.

Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras atividades	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda. (Integry Tecnologia)	Outras atividades	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras atividades	100,00%

Controlada da Sancap

Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	100,00%

Controlada da Aymoré CFI

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super Pagamentos)	Instituição de Pagamento	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado)	Banco	60,00%
Banco PSA Finance Brasil S.A.	Banco	50,00%
Controlada do Olé Consignado		
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras atividades	100,00%
Olé Tecnologia Ltda.	Outras atividades	100,00%
Controlada da Santander Leasing		
Pi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (atual denominação social da Si Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) (3)(4)	Leasing	100,00%

Fundos de Investimentos Consolidados

	Atividade	Participação % Consolidada
Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado	Fundo de Investimento	(a)
Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	(a)
Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	(a)
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado	Fundo de Investimento	(a)
Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	(a)
Santander Paraty QIF PLC (11)	Fundo de Investimento	(a)
Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (16)	Fundo de Investimento	(a)
Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (10)	Fundo de Investimento Imobiliário	(a)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI)	Fundo de Investimento	(a)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema V - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL V)	Fundo de Investimento	(a)
Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos (5)	Fundo de Investimento	(a)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Atacado - Não Padronizado (FIDC NRA) (17)	Fundo de Investimento	(a)

(a) Entidade sobre a qual o Banco está exposto ou tem direito a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Banco Santander e suas controladas detêm 100% das cotas destes Fundos de Investimento.

(1) Em AGE de 07 de dezembro de 2018, o Banco Bandepe S.A. teve seu capital social aumentado no montante de R\$2.000.000, passando de R\$2.787.689 para R\$4.787.689, dividido 3.589.334 (três milhões, quinhentas e oitenta e nove mil, trezentas e trinta e quatro) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O acionista Banco Santander subscreveu a totalidade das novas ações emitidas e integralizou as ações correspondentes a 50% do aumento de capital, sendo que as ações subscritas e pendentes de integralização serão realizadas nos termos e prazo previstos na legislação.

(2) Em AGE de 23 de março de 2018, a sociedade Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros teve seu nome alterado para Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A., e seu capital social aumentado em R\$150.000 passando o capital social para o valor de R\$270.000, dividido em 265.419.392 (duzentas e sessenta e cinco milhões, quatrocentas e dezenove mil, trezentas e noventa e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Banco Santander.

(3) Em AGE realizada em 3 de maio de 2018, os acionistas da Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A. aprovaram sua transformação em uma companhia distribuidora de títulos e valores mobiliários, e alteração de sua denominação social para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de transformação foi aprovado pelo Bacen em 21 de novembro de 2018.

(4) Em AGE realizada em 17 de dezembro de 2018, foi aprovada a alteração da denominação social da SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Em 22 de janeiro de 2019, o Bacen aprovou a alteração de denominação social da companhia.

(5) Este fundo passou a ser consolidado em novembro de 2018.

(6) Em 14 de agosto de 2018, foi constituída a Esfera Fidelidade S.A. com a totalidade da participação detida pelo Banco Santander. A sociedade iniciou suas operações em novembro de 2018.

(7) Em AGE realizada no dia 19 de março de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Santander Brasil Tecnologia S.A. no valor de R\$4.000, mediante a capitalização da reserva para equalização de dividendos, sem modificação do número de ações, passando o capital social do valor de R\$91.048 para R\$95.048, representado por 45.371.225 (quarenta e cinco milhões, trezentas e setenta e uma mil, duzentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(8) Investimento transferido da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda (Nota 4) em junho de 2018.

(9) BEN Benefícios e Serviços S.A. foi constituída em 11 de junho de 2018.

(10) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia determinados imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário e consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

(11) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

(12) Em AGE de 12 de julho de 2018, a sociedade Ipanema Empreendimentos e Participações S.A. teve seu nome alterado para Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A..

(13) Em AGE de 12 de julho de 2018, a sociedade Gestora de Investimentos Ipanema S.A. teve seu nome alterado para Return Gestão de Recursos S.A..

(14) A Sociedade pré-operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., foi constituída em 11 de abril de 2018 e transformada no Banco Hyundai Capital Brasil S.A. em 13 de dezembro de 2018. A Aymoré CFI, subsidiária integral do Banco Santander, detém o controle operacional efetivo da sociedade (Nota 5). Na AGE realizada em 19 de fevereiro de 2019, foi aprovado aumento de capital social no valor de R\$200.000, mediante a emissão de 200.000.000 (duzentos milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$100.000 para R\$300.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelos acionistas Aymoré Financiamentos CFI no montante de R\$100.000 e Hyundai Capital Services Inc. no montante de R\$100.000. Em 31 de março de 2019, a sociedade passou a ser consolidada em IFRS.

(15) Em AGE de 18 de abril de 2019, o acionista detentor das ações representativas da totalidade do capital social da Santander Holding Imobiliária S.A. aprovou o aumento de capital social de R\$ 24.500 para R\$ 110.500. Em AGE de 30 de maio de 2019, a Santander Holding Imobiliária S.A. teve seu capital social aumentado de R\$ 110.500 para R\$ 229.662 representando por 283.781.116 (duzentos e oitenta e três milhões, setecentos e oitenta e um mil, cento e dezesseis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente detidas pelo Banco Santander.

(16) Em AGE de 25 de junho de 2019, o Banco Santander, acionista detentor da totalidade das ações representativas do capital social da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A., aprovou o aumento de capital social no valor de R\$ 375.000.000 mediante a emissão de 335.240.479 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,1186 por ação ordinária, de modo que o capital social passou de R\$ 370.000.100 para R\$ 745.000.100.

(17) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2019 e suas cotas são detidas pela Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.

a) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos. A conclusão da operação está sujeita à implementação de condições precedentes usuais a esse tipo de transação, inclusive a prévia autorização pelo Bacen.

b) Opção de venda de participação no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado à Aymoré CFI. A conclusão da operação está sujeita à implementação dos procedimentos previstos no Contrato de Investimento.

c) Aquisição de Participação Residual na Getnet S.A.

Em 19 de dezembro de 2018, o Banco Santander e os acionistas Minoritários da Getnet S.A. celebraram aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A., no qual o Banco Santander se compromete a adquirir a totalidade das ações dos Minoritários, correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., pelo valor de R\$1.431.000. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 18 de fevereiro de 2019 e concluída em 25 de fevereiro de 2019, de modo que o Banco Santander passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Getnet S.A.

d) Constituição da Esfera Fidelidade S.A.

Em 14 de agosto de 2018, foi constituída a Esfera Fidelidade, com participação totalmente detida pelo Banco Santander. A Esfera Fidelidade atuará no desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes. Em 26 de novembro de 2018, a Esfera Fidelidade teve seu capital aumentado em R\$10.000, passando o capital social para o valor de R\$ 10.001 (dez milhões e um mil), dividido em 10.001.000 (dez milhões e um mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Banco Santander. A sociedade iniciou suas operações em novembro de 2018.

e) Investimento na Loop Gestão de Pátios S.A.

Em 26 de junho de 2018, a Webmotors S.A., companhia com 70% de participação detida indiretamente pelo Banco Santander, firmou acordo de investimento com a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. e Celta LA Participações S.A., a fim de adquirir participação societária correspondente a 51% do capital social da Loop Gestão de Pátios S.A., mediante aumento de capital e emissão de novas ações da Loop a serem totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors. A Loop atua no segmento de comercialização e leilão físico e virtual de veículos automotores. Em 25 de setembro de 2018, a operação foi concluída com a efetivação do aumento de capital social no valor de R\$23.900 mediante a emissão de ações representativas de 51% de participação societária na Loop, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors.

f) Constituição da BEN Benefícios e Serviços S.A.

Em 11 de junho de 2018, foi constituída a BEN Benefícios, com participação totalmente detida pelo Banco Santander, que atuará no fornecimento e administração de vales-refeição, vales-alimentação, vales-transporte, vales-cultura e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Em AGE de 1 de agosto de 2018, a BEN Benefícios teve seu capital aumentado em R\$45.000, passando o capital social para o valor de R\$45.001, dividido em 45.001.000 (quarenta e cinco milhões e uma mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Banco Santander.

Em AGE de 27 de março de 2019, o Banco Santander aprovou o aumento de capital social no montante de R\$44.999, totalizando R\$90.000 de capital social dividido em 90.000.000 (noventa milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente detidas pelo Banco Santander.

A BEN Benefícios iniciou as suas atividades no primeiro trimestre de 2019.

g) Aquisição da Isban Brasil S.A. e Produban Serviços de Informática S.A.

Em 19 e 28 de fevereiro de 2018, o Banco Santander adquiriu, respectivamente, a totalidade das ações do capital social da Isban Brasil, detidas pela Ingeniería de Software Bancário, S.L., e da Produban Serviços de Informática, detidas pela Produban Servicios Informáticos Generales, S.L., pelos valores de R\$61.078 e R\$42.731, respectivamente. As partes envolvidas nas transações possuíam o Banco Santander, S.A. (Banco Santander Espanha) como controlador indireto comum, sendo as operações realizadas em condições de mercado. Em 19 de fevereiro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Isban Brasil no valor de R\$33.000, mediante a emissão de 11.783.900 (onze milhões, setecentos e oitenta e três mil e novecentos) ações nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Banco Santander. Em 28 de fevereiro de 2018, a Produban Serviços de Informática incorporou a Isban Brasil, e na mesma data, a Produban Serviços de Informática teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A. Ato contínuo, em 28 de fevereiro de 2018, a Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (atualmente denominada Santander Global Technology, S.L.) aprovou a incorporação da parcela cindida da Produban Serviços de Informática pela Produban Brasil Tecnologia e Serviços de Informática Ltda. (atualmente denominada Santander Global Technology Brasil Ltda.).

h) Constituição da Santander Auto S.A.

Em 20 de dezembro de 2017, Banco Santander e HDI Seguros S.A. (HDI Seguros), celebraram acordos para a formação de parceria para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis, de forma 100% digital, por meio da criação de nova companhia seguradora - a Santander Auto, a ser detida 50% pela Sancap, sociedade controlada pelo Banco Santander, e 50% pela HDI Seguros. A parceria foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 2 de fevereiro de 2018, pelo Bacen em 30 de abril de 2018, e em 15 de maio de 2018, recebeu aprovação prévia da Susep. Em 9 de outubro de 2018, mediante transformação do veículo societário L.G.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., Sancap e HDI Seguros constituíram a Santander Auto S.A., com capital social inicial de R\$15.000. Em 11 de janeiro de 2019, a Susep concedeu para a Santander Auto a autorização para operar seguros de danos em território nacional. O início das operações está previsto para o segundo semestre de 2019.

i) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito, cujo controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada. Na AGE realizada em 5 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R\$285.205, de forma que o capital social passou de R\$65.823 para R\$351.028. A Companhia desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando um significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. A Companhia iniciou suas operações em 2019 de forma parcial (negativação e cadastro positivo) e o Banco estima que esteja integralmente operacional até o final de 2019.

j) Constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

Em 28 de abril de 2016, a Aymoré CFI e Banco Santander celebraram com a Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) os documentos necessários para a constituição do Banco Hyundai e de uma corretora de seguros com o objetivo de oferecer financiamento de automóveis e serviços financeiros e corretagem de seguros para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil.

Em 11 de abril de 2018, as partes constituíram, com participação de 50% da Aymoré CFI e 50% da Hyundai Capital, a sociedade não operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. Em 8 de maio de 2018, a Aymoré CFI e Hyundai Capital deliberaram a transformação da BHJV Assessoria em sociedade anônima não operacional denominada Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e o aumento de capital social de R\$99.995, passando ao valor de R\$100.000, dividido em 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 13 de dezembro de 2018, foi concluída a constituição do Banco Hyundai.

Na AGE de 19 de fevereiro de 2019, os acionistas do Banco Hyundai aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$200.000, passando ao montante total de R\$300.000 dividido em 300.000.000 (trezentos milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, detidas na proporção de 50% pela Aymoré CFI e 50% pela Hyundai Capital, sendo que a Aymoré CFI detém o controle operacional efetivo desta sociedade.

Em 21 de fevereiro de 2019, a autorização outorgada pelo BACEN para funcionamento do Banco Hyundai foi publicada no Diário Oficial da União. O Banco Hyundai iniciou suas operações em abril de 2019.

Em 13 de maio de 2019, o BACEN autorizou o Banco Santander a deter participação indireta em sociedade a ser constituída sob a denominação Hyundai Corretora de Seguros Ltda.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

k) Criação da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 3 de maio de 2018, a Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A., uma subsidiária controlada indiretamente pelo Banco Santander, foi convertida em uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e teve sua denominação social alterada para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de conversão foi aprovado pelo Bacen em 21 de novembro de 2018. Em 17 de dezembro de 2018, a SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. teve sua denominação alterada para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo o processo de mudança de denominação social aprovado pelo Bacen em 22 de janeiro de 2019. A companhia iniciou suas operações em 14 de março de 2019.

3. Ativos financeiros
a) Classificação por natureza e categoria

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com “Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil” e “Derivativos utilizados como *Hedge*”, em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, está demonstrada abaixo:

						30/6/2019
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	30.028.157	-	-	-	-	30.028.157
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (2)	-	-	-	-	115.199.677	115.199.677
Sendo:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	-	-	115.212.854	115.212.854
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(13.177)	(13.177)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-	295.034.613	295.034.613
Sendo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto (1)	-	-	-	-	315.357.383	315.357.383
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(20.322.770)	(20.322.770)
Instrumentos de dívida	3.756.249	38.797.489	-	91.207.030	46.108.243	179.869.011
Sendo:						
Instrumentos de dívida	3.756.249	38.797.489	-	91.207.030	48.644.666	182.405.434
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(2.536.423)	(2.536.423)
Instrumentos de patrimônio	-	1.365.356	290.893	49.342	-	1.705.591
Derivativos	-	20.963.985	-	-	-	20.963.985
Total	33.784.406	61.126.830	290.893	91.256.372	456.342.533	642.801.034

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

						31/12/2018
	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Reservas no Banco Central do Brasil	40.540.054	-	-	-	-	40.540.054
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (2)	-	-	-	-	91.820.690	91.820.690
Sendo:						
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	-	-	-	-	91.834.251	91.834.251
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(13.561)	(13.561)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	619.180	-	301.072.207	301.691.387
Sendo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto (1)	-	-	619.180	-	321.314.010	321.933.190
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(20.241.803)	(20.241.803)
Instrumentos de dívida	3.171.746	50.066.469	-	85.395.691	36.799.509	175.433.415
Sendo:						
Instrumentos de dívida	3.171.746	50.066.469	-	85.395.691	39.513.460	178.147.366
Perda de valor recuperável (impairment) (nota 3-b.2)	-	-	-	-	(2.713.951)	(2.713.951)
Instrumentos de patrimônio	-	766.333	298.297	40.986	-	1.105.616
Derivativos	-	18.019.512	-	-	-	18.019.512
Total	43.711.800	68.852.314	917.477	85.436.677	429.692.406	628.610.674

- (1) Em 30 de junho de 2019, o saldo registrado em "Empréstimos e adiantamentos a clientes" referente às operações da carteira de crédito cedida é de R\$ 84.735 (31/12/2018 - R\$122.271) e R\$84.080 (31/12/2018 - R\$126.906) de "Outros passivos financeiros - Passivos Financeiros Associados a Transferência de Ativos".
- (2) Em 2019 e 2018, os saldos relacionados aos depósitos compulsórios sobre depósitos a prazo e depósitos de poupança foram reclassificados de Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil para a rubrica Empréstimos e outros valores com instituições de crédito para melhor apresentação e, conseqüentemente, os saldos respectivos comparativos também foram reclassificados.

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda de valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Conforme indicado na nota explicativa 2.c.ii às Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado e exceto no caso de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em que as variações no valor justo são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em "Outros resultados abrangentes".

Os débitos ou créditos em "Outros Resultados Abrangentes" provenientes das variações ao valor justo, permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Como parte do processo de mensuração ao valor justo, quando há evidência, de perdas no valor recuperável desses instrumentos, os valores deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes" e são reclassificados para a Demonstração Consolidada do Resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 30 de junho de 2019, o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem poderia ser considerada como decorrentes de perdas de valor recuperável (*impairment*). Conseqüentemente, a totalidade das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Outros Resultados Abrangentes". As variações no saldo de outros resultados abrangentes no período intermediário são reconhecidas na demonstração consolidada de Outros Resultados Abrangentes.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

b.2) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, outros valores com instituições de crédito e adiantamentos a clientes

As variações nas provisões para perdas de valor recuperável dos ativos incluídos em “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Empréstimos, Outros Valores com Instituições de Crédito e Adiantamentos a Clientes” nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 foram as seguintes:

	01/01 a 30/6/2019
Saldo no início do período	22.969.315
Provisão para perdas com ativos financeiros e recuperação de empréstimos baixados para prejuízo	6.889.997
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(6.986.942)
Saldo no final do período (Nota 3.a)	22.872.370
Provisões para compromissos contingentes (Nota 9.a)	542.798
Total da provisão para perdas de valor recuperável, incluindo provisões para compromissos contingentes decorrentes desses ativos	23.415.168
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	413.134
	01/01 a 30/6/2018
Saldo no início do período (em 01/01/2018 após a adoção inicial IFRS 9)	20.723.062
Provisão para perdas com ativos financeiros e recuperação de empréstimos baixados para prejuízo	6.592.817
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(5.991.539)
Saldo no final do período (Nota 3.a)	21.324.340
Provisões para compromissos contingentes (Nota 9.a)	704.021
Total da provisão para perdas de valor recuperável, incluindo provisões para compromissos contingentes decorrentes desses ativos	22.028.361
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	413.815

Considerando os valores reconhecidos em “Perdas por não-recuperação contra o resultado” e as “Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo”, as “Perdas com ativos financeiros - Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado” (anteriormente classificada como Perdas com empréstimos e recebíveis) totalizavam R\$ 6.476.863 e R\$ 6.179.002 nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, respectivamente.

Em 30 de junho de 2019, o saldo da Provisão para perdas em IFRS 9 segregado em estágios era representado: Estágio 1 - 21%, Estágio 2 - 12% e Estágio 3 - 66%. Em 30 de junho de 2018 não havia alterações relevantes na segregação de estágios, se comparado com os percentuais percebidos quando da Adoção Inicial (Nota 1.c.1.iii).

c) Ativos não recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que: (i) ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida); (ii) signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio; (iii) decorrentes da violação de cláusulas ou termos de empréstimos, e (iv) por ocasião do processo de falência.

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como “Empréstimos e adiantamentos a clientes” considerados como não recuperável devido ao risco de crédito nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 são os seguintes:

	01/01 a 30/6/2019
Saldo no início do período	22.425.801
Adições líquidas	6.516.672
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(6.986.942)
Saldo no final do período	21.955.531
	01/01 a 30/6/2018
Saldo no início do período (em 01/01/2018 após a adoção inicial IFRS 9)	19.847.987
Adições líquidas	6.697.637
Baixa dos saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(5.991.539)
Saldo no final do período (IFRS 9)	20.554.085

d) Provisões para compromissos contingentes

O IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizada despesa de provisão que reflita o risco de crédito ao ocorrer a honra dessas garantias e o cliente avalizado não cumprir com suas obrigações contatuais. Abaixo consta a movimentação

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

dessas provisões para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e de 2018.

	01/01 a 30/6/2019
Saldo no início do período	626.267
Reversão de provisão para compromissos contingentes	(83.469)
Saldo no final do período (Nota 3.b.2)	542.798

	01/01 a 30/6/2018
Saldo no início do período (em 01/01/2018 após a adoção inicial IFRS 9)	674.513
Constituição de provisão para compromissos contingentes	29.508
Saldo no final do período (Nota 3.b.2)	704.021

4. Ativos não correntes mantidos para venda

Ativos não correntes mantidos para venda inclui bens ativos não de uso.

5. Participações em coligadas e empreendimentos conjuntos

Controle conjunto

O Banco Santander considera os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas, nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

Influência Significativa

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa (influência significativa é o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida) mas não controla nem detém controle conjunto.

a) Composição

Controle conjunto do Banco Santander	Atividade	País	Participação em %	
			30/6/2019	31/12/2018
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	Brasil	39,89%	39,89%
Norchem Participações e Consultoria S.A. ⁽¹⁾	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização ⁽¹⁾⁽²⁾	Securitização	Brasil	9,72%	9,72%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾	Outras Atividades	Brasil	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito ⁽²⁾	Birô de Crédito	Brasil	20,00%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos ⁽⁶⁾	Outras Atividades	Brasil	25,32%	25,32%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. ⁽⁷⁾	Banco	Brasil	50,00%	50,00%
Santander Auto S.A. ⁽⁸⁾	Outras Atividades	Brasil	50,00%	50,00%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros				
Webmotors S.A. ⁽⁴⁾	Outras Atividades	Brasil	70,00%	70,00%
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN ⁽¹⁾	Outras Atividades	Brasil	19,81%	19,81%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ⁽⁵⁾	Corretora de Seguros	Brasil	50,00%	50,00%
Influência Significativa do Banco Santander				
Norchem Holding e Negócios S.A. ⁽¹⁾	Outras Atividades	Brasil	21,75%	21,75%

(1) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, foi utilizada em 30 de junho de 2019 a posição de 31 de maio de 2019.

(2) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.

(3) Conforme previsto no seu Estatuto Social, a EBP foi constituída com a missão de realizar projetos que contribuíssem para o desenvolvimento econômico e social brasileiro pelo período de 10 anos. Após a conclusão do cronograma estabelecido, a EBP encerra suas atividades neste ano de 2018. A dissolução de pleno direito e a liquidação da EBP foram deliberadas na AGE realizada no dia 29 de janeiro de 2018.

(4) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).

(5) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.

(6) Participação oriunda de recuperação de crédito do Banco Comercial e de Investimentos Sudameris S.A., incorporado em 2009 pelo Banco ABN AMRO Real S.A., que no mesmo ano foi incorporado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., um dos sócios da Companhia. Os sócios estão conduzindo os procedimentos para extinção da companhia, a qual depende da venda de um imóvel. Uma vez vendido, proceder-se-á à liquidação da companhia e cada sócio receberá sua parte do patrimônio social.

(7) A sociedade pré-operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., foi constituída em 11 de abril de 2018 e transformada no Banco Hyundai Capital Brasil S.A. em 13 de dezembro de 2018. A Aymoré CFI, subsidiária integral do Banco Santander, detém o controle operacional efetivo da sociedade (Nota 2). Na AGE realizada em 19 de fevereiro de 2019, foi aprovado aumento de capital social no valor de R\$200.000, mediante a emissão de 200.000.000 (duzentos milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$100.000 para R\$300.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelos acionistas Aymoré Financiamentos CFI no montante de R\$100.000 e Hyundai Capital Services Inc. no montante de R\$100.000. Em 31 de março de 2019, a empresa passou a ser consolidada em IFRS.

(8) Sociedade seguradora constituída em 9 de outubro de 2018, mediante transformação do veículo societário L.G.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., submetida à Susep para obtenção de autorização para funcionamento. Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Sancap e a HDI Seguros S.A. (Nota 2.g).

(*) O Banco não possui garantias concedidas para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

(**) O Banco não possui passivos contingentes com risco de perda possível significativos relacionados aos investimentos para as empresas com controle conjunto e influência significativa.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

	Ativo	Passivo	30/6/2019 Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	12.893.466	11.265.214	81.744
Banco RCI Brasil S.A.	12.362.743	11.177.844	97.439
Norchem Participações e Consultoria S.A.	80.948	39.557	1.180
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	79.991	4.171	767
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	33.884	165	506
Gestora de Inteligência de Crédito	320.637	43.429	(18.280)
Santander Auto S.A.	15.263	48	132
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	2.756.038	1.559.520	49.357
Webmotors S.A.	451.109	31.661	28.419
Tecnologia Bancária S.A. - TecBan	2.302.621	1.527.081	20.480
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	2.308	778	458
Influência Significativa do Banco Santander	125.644	29.281	1.302
Norchem Holding e Negócios S.A.	125.644	29.281	1.302
Total	15.775.148	12.854.015	132.403

	Ativo	Passivo	31/12/2018 Resultado
Controle conjunto do Banco Santander	10.500.055	8.755.688	80.954
Banco RCI Brasil S.A.	9.849.508	8.679.715	115.928
Norchem Participações e Consultoria S.A.	79.633	27.423	2.240
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	80.300	3.893	1.989
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	33.389	176	(9.151)
Gestora de Inteligência de Crédito	338.382	42.894	(32.328)
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	103.703	1.557	2.166
Santander Auto S.A.	15.140	30	110
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	2.463.262	1.573.082	9.703
Webmotors S.A.	221.313	60.905	43.751
Tecnologia Bancária S.A. - TecBan	2.238.156	1.510.794	(34.976)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	3.793	1.383	928
Influência Significativa do Banco Santander	123.959	27.714	2.690
Norchem Holding e Negócios S.A.	123.959	27.714	2.690
Total	13.087.276	10.356.484	93.347

	Investimentos	
	30/6/2019	31/12/2018
Controle conjunto do Banco Santander	567.680	613.366
Banco RCI Brasil S.A.	472.668	458.292
Norchem Participações e Consultoria S.A.	20.695	26.105
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	7.254	7.298
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	3.747	3.690
Gestora de Inteligência de Crédito	55.441	59.098
Campo Grande Empreendimentos	255	255
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	-	51.073
Santander Auto S.A.	7.620	7.555
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	442.527	419.016
Webmotors S.A.	293.614	273.721
Tecnologia Bancária S.A. - TecBan	148.148	144.090
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	765	1.205
Influência Significativa do Banco Santander	20.959	20.933
Norchem Holding e Negócios S.A.	20.959	20.933
Total	1.031.166	1.053.315

	Resultados de equivalência patrimonial			
	01/04 a 30/6/2019	01/04 a 30/6/2018	01/01 a 30/6/2019	01/01 a 30/6/2018
Controle conjunto do Banco Santander	17.945	22.102	35.999	20.219
Banco RCI Brasil S.A.	21.186	23.382	38.868	24.243
Norchem Participações e Consultoria S.A.	254	240	590	628
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	36	292	75	107
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP	27	13	56	(1.069)
Gestora de Inteligência de Crédito	(3.563)	(1.825)	(3.656)	(3.690)
Santander Auto S.A.	5	-	66	-
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros	13.347	7.325	24.180	12.423
Webmotors S.A.	10.754	7.022	19.893	13.895
Tecnologia Bancária S.A. - TecBan	2.400	131	4.058	(1.753)
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.	193	172	229	281
Influência Significativa do Banco Santander	136	158	283	320

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Norchem Holding e Negócios S.A.	136	158	283	320
Total	31.428	29.585	60.462	32.962

b) Variação

As variações no saldo de Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto nos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, foram as seguintes:

	01/01 a 30/6/2019		01/01 a 30/6/2018	
	Controle conjunto	Influência Significativa	Controle conjunto	Influência Significativa
Saldo no início do período	1.032.382	20.933	845.704	20.860
Resultado de equivalência patrimonial	60.179	283	32.642	320
Adição / Baixa	-	-	62.067	-
Mudança no escopo de consolidação (1)	(51.073)	-	-	-
Dividendos propostos/ recebidos	(19.367)	(257)	(20.950)	(512)
Ajuste ao valor de mercado	(10.972)	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	15.812	-
Outros	(942)	-	(2.846)	-
Saldo no final do período	1.010.207	20.959	932.429	20.668
Total dos Investimentos		1.031.166		953.097

(1) O Banco Hyundai passou a ser consolidado em 31 de março de 2019 (Nota 2).

c) Perdas por não recuperação

Não existem perdas por não recuperação em relação a investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos nos períodos findos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

d) Outras informações

Detalhes das principais empresas não controladas pelo Banco Santander:

- **Banco RCI Brasil S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade por ações com sede no Paraná, tem por objetivo principal a prática das operações de investimento, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e investimento, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, com operações voltadas, principalmente, ao financiamento e arrendamento ao consumidor final. É uma instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.
- **Webmotors S.A.:** Sociedade constituída na forma de sociedade de capital fechado com sede em São Paulo e tem por objeto social, a elaboração, implementação e/ou disponibilização de catálogos eletrônicos, espaço, produto, serviços ou meios para a comercialização de produtos e/ou serviços correlacionados com a indústria automobilística, na Internet através do "website" www.webmotors.com.br (de propriedade da Webmotors) ou outros meios relacionados às atividades de comércio eletrônico e demais usos ou aplicações da Internet, bem como a participação no capital de outras sociedades e a administração de negócios e empreendimentos afins. É uma empresa integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e da Carsales.com Investments PTY LTD (*Carsales*), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente. De acordo com o Acordo de Acionistas, as principais decisões que impactam esta sociedade são tomadas em conjunto entre o Banco Santander e demais controladores.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

6. Ativo tangível

a) Movimentação

A movimentação dos ativos tangíveis nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Arrendamento Imobilizado	Obras em curso e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.004.335	913.613	3.669.344	-	1.683	6.588.975
Adoção Inicial IFRS 16 (Nota 1.b)	-	-	-	2.465.750	-	2.465.750
Saldos em 1 de janeiro de 2019	2.004.335	913.613	3.669.344	2.465.750	1.683	9.054.725
Adições	84.960	325.600	545.589	373.137	255	1.329.541
Baixa	(3.982)	(6.291)	(73.191)	(59.269)	-	(142.733)
Depreciações do período	(46.482)	(240.262)	(347.094)	(265.048)	-	(898.886)
Impairment / Reversão no período	86	-	20.670	-	-	20.756
Transferências	5.834	3.068	30.731	-	-	39.633
Saldos em 30 de junho de 2019	2.044.751	995.728	3.846.049	2.514.570	1.938	9.403.036

	Terrenos e Edificações	Sistemas de processamento de dados	Móveis e equipamentos de uso e veículos	Obras em curso e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.016.815	996.519	3.492.790	3.759	6.509.883
Adições	5.890	94.357	485.486	-	585.733
Baixa	(6.111)	(8.025)	(90.578)	-	(104.714)
Depreciações do período	(40.481)	(250.606)	(313.095)	-	(604.182)
Adições por Aquisição de Sociedade (Nota 2.b)	-	390	267	-	657
Transferências	(276)	(110)	(60.950)	(3.759)	(65.095)
Reestruturação Societária (Nota 2)	92.271	17.698	12.957	1.302	124.228
Saldos em 30 de junho de 2018	2.068.108	850.223	3.526.877	1.302	6.446.510

b) Perdas por não recuperação

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, não foram identificados *impairment*.

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 30 de junho de 2019, o Banco possui R\$40,6 milhões em compromissos contratuais para aquisição de ativo tangível (31/12/2018 – R\$3,2 milhões).

7. Ativo intangível

a) Ágio

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação do Banco no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Quando o excesso é negativo (deságio), este é reconhecido imediatamente no resultado. Em conformidade com o IFRS 3 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais (nota 14).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

	30/6/2019	31/12/2018
Composição:		
Banco ABN Amro Real S.A. (Banco Real)	27.217.565	27.217.565
Olé Consignado	62.800	62.800
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super)	13.050	13.050
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.557	1.557
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet)	1.039.304	1.039.304
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (atual denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A.)	24.346	27.630
Santander Brasil Tecnologia S.A.	16.382	16.382
Total	28.375.004	28.378.288

Banco Comercial
31/12/2018
Principais premissas:

Bases para determinação do valor recuperável	
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	5 anos
Taxa de crescimento perpétuo	5,1%
Taxa de desconto (2)	13,6%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa dos desconto antes de impostos é de 19,33%.

O teste de recuperabilidade foi realizado ao longo do segundo semestre de 2018, uma vez que, ao final de cada período reportável ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável, o ágio é testado para fins de *impairment* (teste de recuperabilidade).

No teste de recuperabilidade do ágio, as taxas de desconto e crescimento na perpetuidade são as premissas mais sensíveis para o cálculo do valor presente (valor em uso) dos fluxos de caixa futuros descontados. Com a variação de +0,25% ou -0,25% nessas taxas, o valor dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente continuam superior ao patrimônio líquido do Banco.

b) Outros ativos intangíveis

A movimentação dos outros ativos intangíveis nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, foi a seguinte.

	Desenvolv. de tecnologia da informação - TI	Outros ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.556.870	83.830	1.640.700
Adições	454.226	-	454.226
Baixas	(139.305)	(122)	(139.427)
Transferências	116.005	-	116.005
Amortizações no período	(248.245)	(9.775)	(258.020)
Impairment no período (1)	(1.393)	-	(1.393)
Saldos em 30 de junho de 2019	1.738.158	73.933	1.812.091
Vida útil estimada	5 anos	Até 5 anos	

	Desenvolv. de tecnologia da informação - TI	Outros ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.734.866	102.921	1.837.787
Adições	108.675	81	108.756
Baixas	(436.118)	-	(436.118)
Transferências	565.698	-	565.698
Amortizações no período	(249.345)	(9.602)	(258.947)
Impairment no período (1)	(305.864)	-	(305.864)
Adições por Aquisições de Sociedades Controladas	7	-	7
Reestruturação Societária (nota 2)	72	-	72
Saldos em 30 de junho de 2018	1.417.991	93.400	1.511.391
Vida útil estimada	5 anos	Até 5 anos	

(1) Em 2018, refere-se a perda ao valor recuperável de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

8. Passivos financeiros

a) Classificação por natureza e categoria

A classificação, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em "Derivativos utilizados como Hedge", em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

	30/6/2019			
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	-	90.821.992	90.821.992
Depósitos de clientes	-	-	326.213.309	326.213.309
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	78.216.953	78.216.953
Derivativos	21.877.496	-	-	21.877.496
Posições vendidas	25.766.881	-	-	25.766.881
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	9.672.288	9.672.288
Outros passivos financeiros (1)	-	2.214.397	49.224.185	51.438.582
Total	47.644.377	2.214.397	554.148.727	604.007.501

(1) Inclui o efeito decorrente da adoção do IFRS 16.

	31/12/2018			
	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Total
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito	-	-	99.022.806	99.022.806
Depósitos de clientes	-	-	304.197.800	304.197.800
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	74.626.232	74.626.232
Derivativos	18.243.315	-	-	18.243.315
Dívidas subordinadas	-	-	9.885.608	9.885.608
Posições vendidas	32.695.677	-	-	32.695.677
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	9.779.943	9.779.943
Outros passivos financeiros	-	1.946.056	49.782.780	51.728.836
Total	50.938.992	1.946.056	547.295.169	600.180.217

b) Composição e detalhes

b.1) Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de instituições de crédito

	30/6/2019	31/12/2018
Depósitos à vista (1)	491.200	709.605
Depósitos a prazo (2)	64.441.399	47.227.456
Operações compromissadas (3)	25.889.393	51.085.745
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	6.854.337	44.107.979
Operações Lastreadas com Títulos Privados	19.035.056	6.977.766
Total	90.821.992	99.022.806

(1) Contas não remuneradas.

(2) Inclui as operações com instituições de crédito decorrentes das linhas de financiamento a exportação e importação, repasses do país (BNDES e Finame) e do exterior, e outras linhas de crédito no exterior.

(3) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

b.2) Depósitos de clientes

	30/6/2019	31/12/2018
Depósitos à vista		
Contas correntes (1)	20.877.644	18.853.519
Cadernetas de poupança	46.574.515	46.068.346
Depósitos a prazo	209.675.783	190.982.541
Operações compromissadas	49.085.367	48.293.394
Sendo:		
Operações Lastreadas com Títulos Privados (2)	6.853.853	6.977.766
Operações Lastreadas com Títulos Públicos	42.231.514	41.315.628
Total	326.213.309	304.197.800

(1) Contas não remuneradas.

(2) Referem-se, basicamente, a operações compromissadas com lastro em debêntures de emissão própria.

b.3) Obrigações por títulos e valores mobiliários

	30/6/2019	31/12/2018
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	26.547.057	27.159.982
<i>Eurobonds</i>	6.382.499	4.516.647
Letras financeiras (2)	29.934.234	30.721.206
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA (3)	14.268.509	11.925.018
Letra Imobiliária Garantida - LIG (4)	1.084.654	303.379
Total	78.216.953	74.626.232

Indexadores:

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Letras Financeiras	97% a 105,26% do CDI	-
	100% do IGPM	-
	100% do IPCA	-
	Pré-fixadas: 7,00% a 17,29%	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	73% a 98,5% do CDI	-
	Pré-fixadas: 6,05% a 11,60%	-
	100% a 165% do IPCA	-
	100% da TR	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	60% a 96% do CDI	-
Letra Imobiliária Garantida - LIG	94% a 98% do CDI	-
Eurobonds	15,7%	0,9% a 9%

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de junho de 2019, possuem prazo de vencimento entre 2019 a 2026 (31/12/2018 - com prazo de vencimento entre 2019 a 2026).

(2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2019, possuem prazo de vencimento entre 2019 a 2025. (31/12/2018 - com prazo de vencimento entre 2019 a 2025).

(3) Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada pelo CDI. Em 30 de junho de 2019, possuem prazo de vencimento entre 2019 e 2023 (31/12/2018 - com prazo de vencimento entre 2019 e 2023).

(4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de junho de 2019 possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2022 (31/12/2018 - com prazo de vencimento até 2021).

As variações no saldo de "Obrigações por títulos e valores mobiliários" nos períodos de seis meses findos 30 de junho de 2019 e de 2018 foram as seguintes:

	01/01 a 30/6/2019	01/01 a 30/6/2018
Saldo no início do período	74.626.232	70.247.012
Emissões	29.246.867	35.259.838
Pagamentos	(27.941.187)	(40.764.759)
Juros	2.541.650	2.754.771
Variação cambial e outros	(256.609)	2.632.532
Saldo no final do período	78.216.953	70.129.394

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

A Composição de "Eurobonds e outros títulos" é a seguinte:

	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	30/6/2019 Total	31/12/2018 Total
Eurobonds	2017	2019	USD	LIBOR 3M + 1,00%	192.054	194.243
Eurobonds	2017	2024	USD	6,9% a 10,0%	632.157	639.275
Eurobonds	2018	2019	USD	Zero Coupon a 9%	305.499	855.035
Eurobonds	2018	2019	USD	LIBOR 3M + 0,95	-	19.386
Eurobonds	2018	2019	USD	LIBOR 1M + 1,5%	197.783	197.055
Eurobonds	2018	2020	USD	Até 3,5%	-	34.776
Eurobonds	2018	2024	USD	6,6% a 6,7%	1.197.878	1.211.361
Eurobonds	2018	2025	USD	9,00%	1.197.418	1.287.821
Eurobonds	2019	2019	USD	1,1% a 4,0%	364.882	-
Eurobonds	2019	2020	USD	1,1% a 4,0%	2.139.610	-
Eurobonds	2019	2020	USD	CDI + 6,4%	1.386	-
Eurobonds	2019	2022	USD	CDI + 6,4%	5.897	-
Eurobonds	2019	2023	USD	CDI + 6,4%	9.313	-
Eurobonds	2019	2024	USD+BRL	2,8% a 3,8%	44.419	-
Eurobonds	2019	2024	USD	CDI + 6,4%	17.534	-
Eurobonds	2019	2025	USD	CDI + 6,4%	6.748	-
Eurobonds	2019	2026	USD	CDI + 6,4%	21.538	-
Outros					48.383	77.695
Total					6.382.499	4.516.647

b.4) Dívidas subordinadas

Os detalhes do saldo do item "Dívidas Subordinadas" são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor (em milhões)	Taxa de Juros (a.a.)	30/6/2019	31/12/2018
Nível I (1) (2)	jan-2014	Sem Prazo (Perpétuo)	R\$3.000	7,375%	-	4.906.880
Nível II (1) (2)	jan-2014	jan-2024	R\$3.000	6,000%	-	4.978.728
Total					-	9.885.608

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

(2) Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação da recompra dos Notes emitidos em 29 de janeiro de 2014, esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas (Nota 8.b.5).

As variações no saldo de "Dívidas subordinadas" nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 foram as seguintes:

	01/01 a 30/6/2019	01/01 a 30/6/2018
Saldos no início do período	9.885.608	519.230
Pagamentos	(9.924.747)	(544.566)
Juros	39.139	25.336
Saldo no final do período	-	-

b.5) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o resgate dos Notes que compunham o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de U\$2.5 bilhões. A recompra foi aprovada pelo Bacen em 18 de dezembro de 2018. (Nota 25.e).

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Em conjunto com a aprovação do resgate dos notes anteriores, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor de US\$2.5 bilhões, para integralização no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para non-US Persons, com base no Regulation S no âmbito do Securities Act, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data. Esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas.

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor em milhões	Taxa de juros (a.a.)(2)	30/6/2019	31/12/2018
Nível I (1)	jan-14	sem prazo (perpétuo)	R\$3.000	7,375%	-	4.893.668
Nível II (1)	jan-14	jan-24	R\$3.000	6,000%	-	4.886.275
Nível I (3)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	7,250%	4.839.658	-
Nível II (3)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,125%	4.832.630	-
Total					9.672.288	9.779.943

(1) Notes recompradas em 2019; conforme autorização do Bacen em 17 de dezembro de 2018, a partir da data da autorização os mesmos deverão ser excluídos do Nível I e Nível II do PR.

(2) As emissões de janeiro de 2014 foram efetuadas pelo Banco Santander no Brasil, incidindo assim Imposto de Renda na Fonte assumido pelo emissor, dessa forma a taxa efetiva de juros dessas emissões, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente. As emissões efetuadas de novembro de 2018, foram efetuadas através da Agência de Cayman e conseqüentemente não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.

(3) Juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

As variações no saldo de "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" nos períodos de seis meses findos 30 de junho de 2019 e de 2018 foram as seguintes:

	01/01 a 30/6/2019	01/01 a 30/6/2018
Saldos no início do período	9.779.943	8.436.901
Juros Nível I (1)	172.682	138.660
Juros Nível II (1)	145.886	113.716
Variação Cambial	(97.331)	1.461.871
Pagamento de juros - Nível I	(178.278)	(179.944)
Pagamento de juros - Nível II	(150.614)	(138.715)
Saldo no final do período	9.672.288	9.832.489

(1) A remuneração de juros referente ao Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II foi registrada em contrapartida do resultado do período como "Despesas com Juros e Similares".

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

9. Provisões

a) Composição

	30/6/2019	31/12/2018
Provisões para fundos de pensões e obrigações similares (1)	4.816.901	3.357.654
Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões	11.244.851	11.338.244
Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores	102.759	605.638
Processos judiciais e administrativos	9.682.593	9.507.240
Sendo:		
Cíveis	3.332.542	3.377.338
Trabalhistas	3.678.646	3.819.107
Fiscais e Previdenciárias	2.671.405	2.310.795
Provisões para compromissos contingentes (Nota 3.b.2)	542.798	626.267
Provisões diversas	916.701	599.099
Total	16.061.752	14.695.898

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2018, ocorreu o aumento da contribuição de custeio estabelecida para determinado plano de benefício pós emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição no custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas implicaram em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários. Nas Demonstrações Consolidadas do Resultado, esse montante, foi registrado na rubrica Provisões (Líquidas).

b) Provisões e passivos contingentes cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras condensadas.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos.

b.1) Processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária

Os principais processos relacionados a obrigações legais tributárias, registrados na linha de "Passivos Fiscais - Correntes", integralmente registradas como obrigação, estão descritos a seguir:

- **PIS e COFINS** - R\$3.695.990 (31/12/2018 - R\$3.632.467): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei Nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

- **Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes** – R\$737.345 (31/12/2018 - R\$729.919): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Prohuban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação foi sentenciada improcedente e, atualmente, aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal (TRF 3). Em 30 de junho de 2019 totalizaram R\$1.477,3 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

• **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** – R\$277.593 (31/12/2018 - R\$273.233): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

• **Imposto sobre Serviços (ISS)** - Instituições Financeiras - R\$212.574 (31/12/2018 - R\$228.403): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. (Nota 9.b.4 – Risco de Perda Possível)

b.2) Processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados aos benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

b.3) Processos judiciais e administrativos de natureza cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

• **Ações de Caráter Indenizatório** - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

• **Planos Econômicos** - referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF.

Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo), a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor conforme o saldo na caderneta na data do plano.

O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

b.4) Passivos Contingentes cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias classificadas como risco de perda possível

Referem-se a processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$23.234 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos instaurados pelas autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2019, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$5.216 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de junho de 2019, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$3.166 milhões.

Compensação Não Homologada – O Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2019, o valor era de R\$2.709 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real – A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia de Julgamento da RFB decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, que aguarda julgamento. Em 30 de junho de 2019, o valor era de R\$1.398 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL – Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2019, o valor era de R\$1.040 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris – As autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 à 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais estão pendentes de decisão. Em 30 de junho de 2019, o valor era de R\$625 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais feitos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2019, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$460 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - A Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo está aguardando julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2019, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$302 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$294 milhões, excluindo os processos abaixo:

• **Gratificação Semestral ou PLR** - Uma ação foi movida em 1998 pela Associação de Funcionários Aposentados do Banespa (AFABESP) solicitando o pagamento de um bônus semestral contemplado no estatuto do Banespa, o qual só seria realizado na hipótese de o Banespa obter lucro e que a distribuição desse lucro fosse aprovada pelo Conselho de Administração. O bônus não foi pago em 1994 e 1995, uma vez que o Banespa não obteve lucro durante esses anos. Pagamentos parciais foram feitos de 1996 a 2000, conforme aprovado pelo Conselho de Administração. A cláusula em questão foi suprimida do estatuto em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho ordenaram que o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, pagasse esse bônus semestral pelo período de 1996 até o presente. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) indeferiu o recurso extraordinário interposto pelo Santander Brasil. Apresentada ação rescisória pelo Santander Brasil para reverter a decisão no processo principal e suspender a execução processual, foi deferida decisão liminar determinando a suspensão da execução da decisão proferida nos autos da ação principal. Em junho de 2019 uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho autorizou que seja iniciada a fase de liquidação do julgado para se apurar os valores envolvidos. Todavia, a decisão judicial anterior que proíbe a prática de qualquer ato processual inclusive relacionado à execução do julgado permanece válida até o julgamento da Ação Rescisória. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos, a Administração classifica o risco de perda como possível. A atual decisão judicial não define um valor específico a ser pago pelos réus.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

• **Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPD-I** – ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPD para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória, foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado “zero” em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$1.454 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

- **Ação indenizatória oriunda do Banco Bandepe** - relacionada a contrato de mútuo em fase de recurso pelo o Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- **Ação indenizatória referente à de serviços de custódia** - prestados pelo Banco Santander (Brasil) S.A. em fase inicial e ainda sem sentença proferida;
- **Ação oriunda de disputa contratual** - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

b.5) Processos judiciais e administrativos de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$101.967, R\$213 e R\$579 (31/12/2018 - R\$598.544, R\$327 e R\$6.767), de responsabilidade dos ex-controladores de bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	30/6/2019			Em milhares de ações 31/12/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no Brasil	80.082	105.709	185.791	82.043	107.699	189.742
De Domiciliados no Exterior	3.738.613	3.574.127	7.312.740	3.736.652	3.572.137	7.308.789
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em tesouraria	(15.226)	(15.226)	(30.452)	(13.317)	(13.317)	(26.634)
Total em circulação	3.803.469	3.664.610	7.468.079	3.805.378	3.666.519	7.471.897

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação pertinente. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais levantados em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

O destaque de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio em 2019 está descrito abaixo:

	30/6/2019			
	Reais por milhares de ações / Units			
	Montante	Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio (1) (3)	1.000.000	127,5853	140,3438	267,9291
Juros sobre o Capital Próprio (2) (3)	1.000.000	127,6399	140,4039	268,0438
Total Acumulado em 30 de junho de 2019	2.000.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 março de 2019, ordinárias - R\$108,4475, preferenciais - R\$119,2922 e Units - R\$227,7397 líquidos de impostos e foram pagos no dia 28 de maio de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 junho de 2019, ordinárias - R\$ 108,4939, preferenciais - R\$ 119,3433 e Units - R\$ 227,8373 líquidos de impostos e serão pagos a partir do 31 de julho de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2019.

	30/6/2018			
	Reais por milhares de ações / Units			
	Montante	Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio (1) (2)	600.000	76,3304	83,9634	160,2938
Dividendos Intercalares (2) (3)	600.000	76,4956	84,1451	160,6407
Total Acumulado em 30 de junho de 2018	1.200.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 março de 2018, ordinárias - R\$64,8808, preferenciais - R\$71,3689 e Units - R\$136,2497 líquidos de impostos e foram pagos no dia 26 de abril de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de junho de 2018 e foram pagos a partir do dia 27 de julho de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Os valores dos juros sobre o capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2018.

c) Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 01 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 1 de novembro de 2017, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia), diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 37.753.760 Units, representativas de 37.753.760 ações ordinárias e 37.753.760 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2018, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2018, o Banco Santander possuía 362.227.661 ações ordinárias e 390.032.076 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 12 meses contados a partir de 6 de novembro de 2018, encerrando-se em 5 de novembro de 2019.

	30/6/2019	31/12/2018
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no início do período	13.317	1.773
Aquisições de Ações	4.975	15.816
Alienações - Remuneração baseado em Ações	(3.066)	(4.272)
Ações em Tesouraria no final do período	15.226	13.317
Subtotal - Ações em Tesouraria	R\$612.398	R\$ 460.550
Custos de Emissão	R\$2.410	R\$ 882
Saldo de Ações em Tesouraria	R\$ 614.808	R\$ 461.432
Custo / Valor de Mercado	Units	Units
Custo mínimo	R\$7,55	R\$7,55
Custo médio ponderado	R\$31,51	R\$28,59
Custo máximo	R\$49,55	R\$43,84
Valor de Mercado	R\$45,46	R\$42,70

No semestre findo em 30 de junho de 2019, foram negociadas ações em tesouraria, que resultaram em um ganho de R\$3.897 (30/6/2018- perda de R\$8.112 registrada diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

11. Impostos sobre a renda

O total dos impostos sobre a renda do período de seis meses é conciliado com o lucro contábil como segue:

	01/01 a 30/6/2019	01/01 a 30/6/2018
Resultado Operacional antes da Tributação	12.356.191	4.750.212
Juros sobre o capital próprio (1)	-	(600.000)
Resultado Operacional antes da tributação	12.356.191	4.150.212
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 15% de Contribuição Social)	(4.942.476)	(1.867.595)
PIS e COFINS (líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social) (2)	(967.934)	(539.023)
Não tributável / não dedutível:		
Equivalência patrimonial	24.185	14.833
Ágio	(64.748)	(50.560)
Variação cambial - filiais no exterior (3)	(237.289)	2.725.675
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	895.573	174.829
Ajustes:		
Constituição de IR/CS sobre diferenças temporárias	25.178	265.893
Efeito de diferencial de Alíquota de CSLL (4) (5)	38.558	99.237
Outros ajustes	34.245	219.689
Impostos sobre renda	(5.194.708)	1.042.978
Sendo:		
Impostos correntes (6)	(4.696.005)	(1.450.019)
Impostos diferidos	(498.703)	2.492.997
Impostos pagos no período	(2.983.355)	(2.360.132)

(1) Valor distribuído aos acionistas como juros atribuíveis ao patrimônio líquido. Para fins contábeis, embora os juros devessem estar refletidos na demonstração do resultado para dedução fiscal, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras e deduzido do patrimônio líquido, pois é considerado como um dividendo. A partir de janeiro 2019, nos termos da Resolução nº 4.706, os valores relativos à remuneração do capital declarados devem ser reconhecidos em contrapartida à conta adequada de patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

(2) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(3) Diferenças permanentes relacionadas ao investimento em subsidiárias no exterior são consideradas como não tributáveis/ dedutíveis (ver detalhes abaixo).

(4) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.

(5) Inclui a majoração de alíquota provisória da CSLL (5%) a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

(6) Inclui, principalmente, o efeito fiscal sobre receitas com atualizações de depósitos judiciais e outras receitas e despesas que não se enquadram como diferenças temporárias.

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além de uma subsidiária chamada Brasil EFC, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e de 2018.

	01/01 a 30/6/2019	01/01 a 30/6/2018
Variações cambiais (líquidas)		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	(554.543)	6.566.088
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros		
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge	967.148	(12.462.906)
Impostos sobre a renda		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - PIS/COFINS	(44.950)	476.406
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge - IR/CS	(367.655)	5.420.412

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

12. Detalhamento de contas de resultado

a) Despesas com pessoal

	01/04 a 30/6/2019	01/04 a 30/6/2018	01/01 a 30/6/2019	01/01 a 30/6/2018
Remuneração direta	1.480.684	1.446.403	2.969.225	2.888.034
Encargos	304.905	356.695	602.527	709.817
Benefícios	367.250	342.284	726.588	694.575
Planos de pensão de benefício definido	2.523	2.467	5.045	4.877
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	22.411	24.917	76.506	76.335
Remuneração baseada em ações	3.271	(5.790)	3.737	(7.291)
Treinamento	15.661	13.679	27.657	22.901
Outras despesas de pessoal	89.104	80.314	178.704	156.496
Total	2.285.809	2.260.969	4.589.989	4.545.744

b) Outras despesas administrativas

	01/04 a 30/6/2019	01/04 a 30/6/2018	01/01 a 30/6/2019	01/01 a 30/6/2018
Imóveis, instalações e materiais	176.488	325.393	360.851	645.677
Tecnologia e sistemas	479.054	328.804	1.121.660	706.923
Publicidade	161.954	137.996	283.094	241.913
Comunicações	117.832	156.794	229.590	306.276
Ajudas de custo e despesas de viagem	40.124	28.895	73.122	54.991
Tributos exceto imposto sobre a renda	24.677	26.015	47.715	48.072
Serviços de vigilância e transporte de valores	159.730	155.627	324.281	315.143
Prêmios de seguros	7.961	7.022	16.483	13.704
Serviços técnicos especializados	515.059	496.421	1.005.541	937.099
Outras despesas administrativas	176.124	205.769	168.734	379.074
Total	1.859.003	1.868.736	3.631.071	3.648.872

13. Remuneração com base em ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

a) Programas Local e Global

Abaixo estão os programas de remuneração de longo prazo e suas características.

Programa	Plano	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação
Local	Plano de Incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High (1)	Dinheiro	Abr/2017 a Dez/19	Em Março/20 e Março/21
Global	Longo Prazo Global – ILP CRDIV - Outorga 2014 (2) (3)	Ações do Grupo Santander	2014 a 2017	Em Jul/2016, Jul/2017 e Jul/2018
Global	Longo Prazo Global – ILP CRDIV - Outorga 2015 (2) (3)	Ações do Grupo Santander	2015 a 2018	Em 2019/2020

(1) Objetiva o crescimento e lucratividade do negócio de Private e o reconhecimento da contribuição do Participante.

(2) Sujeito à consecução do indicador de performance RTA do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais.

(3) Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha. Em Abril de 2019 foi alterado o tipo de liquidação dos programas Global outorgas 2014 e 2015, para dinheiro.

a.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos Vigentes

i. Private Ultra High

Cada participante tem um *target* em Reais, caso os indicadores sejam atingidos, o *target* será aplicado sobre o valor de referência, a primeira, paga em março de 2020 e a segunda em março de 2021.

Fase 1 (Valor de Referência)

Fase 2 (Cálculo do Incentivo em Dinheiro)

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

BAI (Indicador de Lucro antes do Imposto do Segmento <i>Private Ultra High</i>) de 2017	BAI 50%
	MOL - 25% (Indicador de Margem Ordinária Líquida do Segmento <i>Private Ultra High</i>)
	AUM - 25% (Indicador <i>Assets Under Management</i> (Ativos sobre Gestão) do Segmento <i>Private Ultra High</i>)

ii. Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: primeiro momento para apuração da elegibilidade (2015-2016) e um segundo momento para apuração do número devido de ações (2016, 2017 e 2018).

Fase 1	Fase 2
RTA versus Concorrentes	RTA versus Concorrentes
ROTE (Retorno sobre Capital Tangível) do Banco versus Orçamento	ROTE Banco versus Orçamento
	Satisfação dos Funcionários
	Satisfação dos Clientes
	Vinculação de Empresas versus Orçamento

Finalizado o período de aferição dos indicadores, o atingimento da Fase 1 foi de 91,5% e da Fase 2 foi de 73,09%, resultando no atingimento final do plano de 66,88%.

Cada executivo teve um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R\$ 45,49, que serão entregues em 2019 (SAN). Devido à ampliação de capital do Grupo (2017), a quantidade de ações *target* foi incrementada em aproximadamente 1,5%.

O pagamento correspondente às ações SAN foi realizado em dinheiro em Março/2019 aos participantes do "Grupo Estendido" (sem *lock-up*) e para os participantes do Coletivo Identificado será realizado em Março/2020, após o *lock-up* de 1 ano.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Exercício	Data do Final do Exercício
2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015	1.775.049	2016	Executivos	jan-2015	dez-18
Ações entregues - Mar/2019 (sem Lockup) (1)	(138.815)	2016	Executivos	jan-2015	dez-18
Ações canceladas (Outorga 2015)	(580.320)	2016	Executivos	jan-2015	dez-18
Saldos em 30 de junho de 2019	1.055.914				

a.2) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Plano	01/01 a 30/6/2019	01/01 a 30/6/2018
Plano de Incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High	-	(5.870)
Longo Prazo Global – ILP CRDIV - Outorga 2014 e 2015	-	(2.742)

b) Remuneração Variável Referenciada em Ações

A aprovação da proposta do plano de incentivo vigente até 2018 (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, ocorreu em 25 de outubro de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária do dia 21 de dezembro de 2016.

Nesta proposta, foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros, em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não Identificado. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a 30/6/2019	01/01 a 30/6/2018
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	(6.765)	10.450

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Coletivo Não Identificado	Funcionários de nível gerencial e funcionários que são beneficiados pelo Plano de Diferimento	100% em dinheiro indexado a 100% do CDI	(8.984)	18.925
---------------------------	---	---	---------	--------

Para o exercício de 2019, considerando o papel de liderança e impacto na construção do Banco que queremos ser, a forma de pagamento da remuneração variável do Coletivo Não Identificado e determinados funcionários foi alterada, passando a incluir ações na parcela diferida.

14. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

Com base nessas diretrizes, o Banco identificou os seguintes segmentos operacionais reportáveis:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e de Luxemburgo e de sua subsidiária na Espanha, com clientes brasileiros e, portanto, não apresenta segmentação geográfica.

As Demonstrações do Resultado e outros dados significativos são os seguintes:

	Banco de Atacado		01/04 a 30/6/2019
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	10.651.487	656.668	11.308.155
Receitas de instrumentos de patrimônio	1.221	4.405	5.626
Resultado de equivalência patrimonial	31.428	-	31.428
Receitas líquidas de tarifas e comissões	3.353.439	469.011	3.822.450
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	558.793	194.763	753.556
Outras receitas (despesas) operacionais	(352.484)	(6.981)	(359.465)
TOTAL DE RECEITAS	14.243.884	1.317.866	15.561.750
Despesas com pessoal	(2.104.196)	(181.613)	(2.285.809)
Outras despesas administrativas	(1.729.384)	(129.619)	(1.859.003)
Depreciação e amortização	(560.664)	(23.415)	(584.079)
Provisões (líquidas)	(823.011)	(3.003)	(826.014)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(3.355.702)	(15.417)	(3.371.119)
Perdas com outros ativos (líquidas)	1.648	(13.982)	(12.334)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	(105.679)	-	(105.679)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	5.566.896	950.817	6.517.713
Hedge Cambial (1)	(583.898)	-	(583.898)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	4.982.998	950.817	5.933.815

	Banco de Atacado		01/04 a 30/6/2018
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	9.686.644	634.523	10.321.167
Receitas de instrumentos de patrimônio	5.742	2.476	8.218
Resultado de equivalência patrimonial	29.585	-	29.585
Receitas líquidas de tarifas e comissões	3.106.247	411.474	3.517.721
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(6.145.110)	415.473	(5.729.637)

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Outras receitas (despesas) operacionais	(193.844)	(23.806)	(217.650)
TOTAL DE RECEITAS	6.489.264	1.440.140	7.929.404
Despesas com pessoal	(2.071.570)	(189.399)	(2.260.969)
Outras despesas administrativas	(1.786.269)	(82.467)	(1.868.736)
Depreciação e amortização	(407.154)	(23.986)	(431.140)
Provisões (líquidas)	104.749	(98.901)	5.848
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(3.115.636)	(42.736)	(3.158.372)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(337.435)	(13.883)	(351.318)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	19.893	-	19.893
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	(1.104.158)	988.768	(115.390)
Hedge Cambial (1)	5.730.030	-	5.730.030
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	4.625.872	988.768	5.614.640

	Banco de Atacado		01/01 a 30/6/2019
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	20.635.230	1.140.377	21.775.607
Receitas de instrumentos de patrimônio	2.068	5.629	7.697
Resultado de equivalência patrimonial	60.462	-	60.462
Receitas líquidas de tarifas e comissões	6.731.744	855.410	7.587.154
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	210.280	585.185	795.465
Outras receitas (despesas) operacionais	(594.852)	(14.937)	(609.789)
TOTAL DE RECEITAS	27.044.932	2.571.664	29.616.596
Despesas com pessoal	(4.220.903)	(369.086)	(4.589.989)
Outras despesas administrativas	(3.377.832)	(253.239)	(3.631.071)
Depreciação e amortização	(1.111.354)	(45.552)	(1.156.906)
Provisões (líquidas)	(1.265.385)	(6.606)	(1.271.991)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(6.517.496)	40.633	(6.476.863)
Perdas com outros ativos (líquidas)	17.592	(28.374)	(10.782)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	(122.803)	-	(122.803)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	10.446.751	1.909.440	12.356.191
Hedge Cambial (1)	(412.605)	-	(412.605)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	10.034.146	1.909.440	11.943.586

	Banco de Atacado		01/01 a 30/6/2018
Demonstração (Condensada) do Resultado	Banco Comercial	Global	Total
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	19.013.191	1.127.436	20.140.627
Receitas de instrumentos de patrimônio	13.574	8.156	21.730
Resultado de equivalência patrimonial	32.962	-	32.962
Receitas líquidas de tarifas e comissões	6.160.932	812.038	6.972.970
Ganhos/(perdas) sobre ativos e passivos financeiros e Variações cambiais (1)	(6.409.573)	749.414	(5.660.159)
Outras receitas (despesas) operacionais	(346.467)	(43.058)	(389.525)
TOTAL DE RECEITAS	18.464.619	2.653.986	21.118.605
Despesas com pessoal	(4.153.284)	(392.460)	(4.545.744)
Outras despesas administrativas	(3.495.214)	(153.658)	(3.648.872)
Depreciação e amortização	(811.259)	(51.870)	(863.129)
Provisões (líquidas)	(712.751)	(22.193)	(734.944)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(6.053.504)	(125.675)	(6.179.179)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(384.605)	(28.913)	(413.518)
Outros ganhos/ (perdas) financeiros	16.993	-	16.993
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO (1)	2.870.995	1.879.217	4.750.212
Hedge Cambial (1)	5.896.818	-	5.896.818
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (1)	8.767.813	1.879.217	10.647.030

(1) Inclui, no Banco Comercial, o hedge econômico do investimento em dólar (uma estratégia para mitigar os efeitos fiscais e de variação da taxa de câmbio de investimentos offshore sobre o lucro líquido), cujo resultado está registrado em "Ganhos (perdas) sobre ativos e passivos financeiros" integralmente compensado na linha de Impostos.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

	Banco de Atacado		30/6/2019
Outros:	Banco Comercial	Global	Total
Total do ativo	662.930.502	74.672.099	737.602.601
Empréstimos e adiantamentos a clientes	234.101.716	60.932.897	295.034.613
Depósitos de clientes	236.291.870	89.921.439	326.213.309

	Banco de Atacado		31/12/2018
Outros:	Banco Comercial	Global	Total
Total do ativo	646.128.672	77.736.335	723.865.007
Empréstimos e adiantamentos a clientes	237.411.240	64.280.147	301.691.387
Depósitos de clientes	227.689.079	76.508.721	304.197.800

15. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativo.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As transações realizadas pelo Banco com as suas partes relacionadas em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, bem como nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, foram as seguintes:

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 27 de março de 2019 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2019, no montante de até R\$400.000 milhões, abrangendo a remuneração fixa, variável e demais benefícios. A proposta foi deliberada na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2019.

a.1) Benefícios de longo prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de curto prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa no período findo em 30 de junho de 2019 e 2018, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a 30/6/2019	01/01 a 30/6/2018
Remuneração Fixa	44.843	43.765
Remuneração variável - Em espécie	21.400	21.067
Remuneração variável - Em ações	20.775	18.101
Outras (1)	19.408	43.458
Total Benefícios de Curto Prazo	106.426	126.391
Remuneração variável - Em espécie	17.902	16.252
Remuneração variável - Em ações	19.378	16.252
Total Benefícios de Longo Prazo	37.280	32.504
Total (2)	143.706	158.895

(1) No primeiro semestre de 2018, a Administração do Banco Santander decidiu provisionar e liquidar antecipadamente determinado benefício, que era praticado por liberalidade do Banco, permanecendo em 2019, os demais benefícios.

(2) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2019, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$17.087 (30/6/2018- R\$ 17.686).

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

a.3) Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios serão descontinuados.

b) Operações de crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução Nº 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei Nº 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e de acordo com a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada na página de Relações com Investidores.

São consideradas partes relacionadas das Instituições Financeiras Santander, de acordo com esse normativo:

- seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	30/6/2019					
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
Banco Santander, S.A. (1)	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	3.156	0,1%	3.159	0,1%	6.315	0,1%
Administradores (*)	4.605	0,1%	4.605	0,1%	9.210	0,1%
Outros	356.488	9,3%	384.289	10,5%	740.777	9,9%
Total	3.803.469	99,6%	3.664.610	99,6%	7.468.079	99,6%
Ações em Tesouraria	15.226	0,4%	15.226	0,4%	30.452	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float (2)	359.644	9,4%	387.448	10,5%	747.092	10,0%

	31/12/2018					
Acionistas	Ações ordinárias (milhares)	Ações ordinárias (%)	Ações preferenciais (milhares)	Ações preferenciais (%)	Total de ações (milhares)	Total de Ações (%)
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
Banco Santander, S.A. (1)	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	2.986	0,1%	2.987	0,1%	5.973	0,1%
Administradores (*)	3.930	0,1%	3.930	0,1%	7.860	0,1%
Outros	359.242	9,4%	387.045	10,5%	746.287	9,9%
Total	3.805.378	99,7%	3.666.519	99,6%	7.471.897	99,6%
Ações em Tesouraria	13.317	0,3%	13.317	0,4%	26.634	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
Free Float (2)	362.228	9,5%	390.032	10,6%	752.260	10,0%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por funcionário, Qatar Holding e outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria detém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

d) Transações com partes relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

A partir de dezembro de 2018, estão demonstrados as transações e saldos com Pessoal Chave da Administração. As principais transações e saldos são conforme segue:

	30/6/2019		
	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Ativo	2.618.005	3.376.041	967.535
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado-			
Derivativos, posição líquida	(931.455)	-	(125.517)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(931.455)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado (2)	-	-	(125.517)
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	3.436.720	-	102.331
Banco Santander, S.A. - Espanha (3)(4)	3.436.720	-	-
Banco Santander Totta, S.A. (2)	-	-	7.037
Bank Zachodni (2)	-	-	274
Santander UK plc	-	-	10.452
Banco Santander, S.A. - México (2)	-	-	84.568
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.635	-	962.271
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	-	-	876.110
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	62.066
Banco Santander, S.A. - Espanha (1)	1.635	-	-
Isban Mexico, S.A. de C.V.	-	-	122
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	23
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	169
Cibrasec	-	-	27
Pessoal Chave da Administração (7)	-	-	23.754
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (1)	42.043	3.374.554	2.283
Banco Santander, S.A. - Espanha	42.043	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	3.374.554	-
Santander Brasil Tecnologia	-	-	2.091
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	192
Outros ativos	69.062	1.487	26.167
Banco Santander, S.A. - Espanha	69.062	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	1.487	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	-	-	26.167
Passivo	(10.485.101)	(107.180)	(2.827.944)
Depósitos de instituições de crédito	(41.994)	(106.285)	(1.409.582)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(41.994)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado (2)	-	-	(1.350.355)
Banco Santander Río S.A. (2)	-	-	(59.227)
Banco RCI Brasil S.A.	-	(106.285)	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(104.945)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(104.945)
Depósitos de clientes	-	(895)	(972.199)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2)	-	-	(59.588)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (1) (5)	-	-	(14.080)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(42.701)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(291.076)

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Webmotors S.A.	-	(895)	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(468.267)
Santander Brasil Asset (2)	-	-	(22.054)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(42.128)
Outros	-	-	(32.305)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(763.693)	-	(1.505)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(118.601)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	(241.864)	-	-
Sterrebeeck B.V. (1)	(403.228)	-	-
Banco Madasant	-	-	(216)
Pessoal Chave da Administração (6)	-	-	(1.289)
Outras obrigações	(7.126)	-	(444.657)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(7.126)	-	-
Santander Brasil Asset (2)	-	-	(14.480)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(4.615)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	-	-	(21.401)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(336.734)
Outros	-	-	(67.427)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(9.672.288)	-	-
Banco Santander, S.A. - Espanha	(9.672.288)	-	-

31/12/2018

	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Ativo	8.169.537	3.112.734	1.381.770
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo no resultado- Derivativos, posição líquida	(72.815)	205.337	266.027
Banco Santander, S.A. - Espanha	(72.815)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado (2)	-	-	266.027
Banco RCI Brasil S.A.	-	205.337	-
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - Disponibilidades e Aplicações em Moeda Estrangeira (Aplicações Overnight)	8.194.590	-	146.988
Banco Santander, S.A. - Espanha (3)	8.194.590	-	-
Banco Santander Totta, S.A. (2)	-	-	7.883
Abbey National Treasury Services Plc (2)	-	-	87.260
Bank Zachodni (2)	-	-	193
Santander UK plc	-	-	46.615
Banco Santander, S.A. - México (2)	-	-	5.037
Empréstimos e adiantamentos a clientes	347	-	966.462
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	-	-	913.875
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	45.851
Banco Santander, S.A. - Espanha (1)	347	-	-
Isban Mexico, S.A. de C.V.	-	-	122
Gesban Servicios Administrativos Globales, S.L.	-	-	23
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	169
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2)	-	-	927
Pessoal Chave da Administração (7)	-	-	5.495
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (1)	15.143	2.905.947	2.293
Banco Santander, S.A. - Espanha	15.143	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	2.905.947	-
Banco Hyundai	-	-	10
Santander Brasil Tecnologia	-	-	2.091
Santander Global Technology, S.L., SOCI	-	-	192
Outros ativos	32.272	1.450	-
Banco Santander, S.A. - Espanha	32.272	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	1.450	-

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Passivo	(23.166.005)	(38.380)	(3.065.551)
Depósitos de instituições de crédito	(107.084)	(36.871)	(1.410.619)
Banco Santander, S.A. – Espanha (4)	(107.084)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado (2)	-	-	(1.151.399)
Banco Santander Río S.A. (2)	-	-	(259.220)
Banco RCI Brasil S.A.	-	(36.871)	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	(96.133)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(96.133)
Depósitos de clientes	-	(1.509)	(1.134.675)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2)	-	-	(58.968)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (1) (5)	-	-	(234.249)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(190.674)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(126.988)
Webmotors S.A.	-	(1.509)	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(427.209)
Santander Brasil Asset (2)	-	-	(18.639)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(37.889)
Outros	-	-	(40.059)
Outros passivos financeiros - Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(3.922.473)	-	380
Banco Santander, S.A. - Espanha	(609.159)	-	-
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	(1.242.259)	-	-
Sterrebeeck B.V. (1)	(2.071.055)	-	-
Banco Madasant	-	-	(1.112)
Pessoal Chave da Administração (6)	-	-	1.492
Outras obrigações	(9.603)	-	(424.504)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(9.603)	-	-
Santander Brasil Asset (2)	-	-	(14.476)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	-	-	(4.291)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	-	-	(16.924)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(381.292)
Outros	-	-	(7.521)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(9.779.943)	-	-
Banco Santander, S.A. - Espanha	(9.779.943)	-	-

(*) Todos os empréstimos e outros valores com partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e em bases sustentáveis, incluindo taxas de juros e garantias e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (nota 1-a), através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora (Banco Santander Espanha).

(3) Em 30 de junho de 2019, inclui disponibilidades no valor de R\$ 261.558 (31/12/2018 - R\$1.515.437).

(4) Em 30 de junho de 2019, incluem aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 01 de julho de 2019, no valor de R\$2.299.619 (31/12/2018 - R\$6.583.716) e juros de até 2,35% a.a. mantidas, pelo Santander Estabelecimento Financeiro de Crédito, Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.

(5) Influência Significativa do Banco Santander Espanha.

(6) Do total de dividendos deliberados em 2019, R\$1.139 destinam-se ao Pessoal-Chave da Administração, restando pagar o montante provisionado.

(7) Em 31 de dezembro de 2018, o saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos. A partir de 2019, essa política foi alterada e o saldo com pessoal-chave da administração das operações contratadas independe da vigência dos mandatos.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

01/01 a
30/6/2019

	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Resultado	(778.441)	109.537	1.288.586
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	63.581	99.206	1.385
Banco Santander, S.A. - Espanha	63.581	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	99.206	-
Cibrasec	-	-	1.078
Pessoal Chave da Administração	-	-	307
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	(13)	(14.203)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(7.629)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(3.082)
Webmotors S.A.	-	(13)	-
Pessoal Chave da Administração	-	-	(3.478)
Outros	-	-	(14)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	-	(752)	(54.299)
Banco RCI Brasil S.A.	-	(752)	-
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2)	-	-	(1.798)
SAM Brasil Participações	-	-	(21)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(37.181)
Santander Securities	-	-	(14.677)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	(622)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	(4.612)	11.096	1.467.322
Banco Santander, S.A. - Espanha	(4.612)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	10.992	-
Banco Santander International	-	-	17.476
Webmotors S.A.	-	104	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	155.527
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	1.288.436
Pessoal Chave da Administração	-	-	170
Outros	-	-	5.713
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(352.659)	-	-
Banco Santander, S.A. - Espanha (2)	(352.659)	-	-
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	(484.751)	-	50.281
Banco Santander, S.A. - Espanha	(484.751)	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	27.021
Santander Securities	-	-	(927)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	22.870
Pessoal Chave da Administração	-	-	55
Outros	-	-	1.262
Despesas administrativas e amortização	-	-	(161.899)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(13)
Aqanima Brasil Ltda.	-	-	(15.121)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(143.706)
Outros	-	-	(3.059)

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

			01/01 a 30/6/2018
	Controladora (1)	Empresas controladas em conjunto	Outras partes relacionadas (2)
Resultado	(155.805)	63.830	846.879
Receitas com juros e similares - Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	48.655	60.841	891
Banco Santander, S.A. - Espanha	48.655	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	60.841	-
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	143
Cibrasec	-	-	748
Despesas com juros e similares - Depósitos de clientes	-	(71)	(3.878)
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(90)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda	-	-	(2.867)
Santander Cultural	-	-	(24)
Gestora de Inteligência de Crédito	-	-	(663)
Webmotors S.A.	-	(71)	-
Santander Brasil Tecnologia	-	-	(215)
Outros	-	-	(20)
Despesas com juros e similares - Depósitos de instituições de crédito	(4.271)	(2.954)	(71.581)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(4.271)	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	(2.954)	-
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2)	-	-	(11.797)
SAM Brasil Participações	-	-	(25)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(56.994)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A	-	-	(2.229)
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	-	-	(536)
Receitas (despesas) de tarifas e comissões	6.400	6.014	1.296.144
Banco Santander, S.A. - Espanha	6.400	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	-	5.911	-
Banco Santander International	-	-	10.106
Webmotors S.A.	-	103	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	-	-	148.454
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	1.127.848
Outros	-	-	9.736
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(212.297)	-	-
Banco Santander, S.A. - Espanha (2)	(212.297)	-	-
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros e variações cambiais líquidas	39.264	-	(51.626)
Banco Santander, S.A. - Espanha	39.264	-	-
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Credito Privado	-	-	(57.005)
Abbey National Treasury Services Plc	-	-	(15.046)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2)	-	-	(179)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	-	20.385
Outros	-	-	219
Despesas administrativas e amortização	(33.556)	-	(313.516)
Banco Santander, S.A. - Espanha	(33.556)	-	-
ISBAN Brasil S.A.	-	-	(14.210)
Santander Brasil Tecnologia	-	-	(33.567)
ISBAN Chile S.A.	-	-	(12)
Aquanima Brasil Ltda.	-	-	(14.457)
TECBAN - Tecnologia Bancária Brasil	-	-	(137.482)
Produban Servicios	-	-	(23.633)
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	-	-	(53.960)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A	-	-	(23.476)
Outros	-	-	(12.719)

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Outras despesas administrativas - Despesas com Doações	-	-	(9.555)
Santander Cultural	-	-	(1.500)
Fundação Santander	-	-	(270)
Fundação Sudameris	-	-	(7.785)

(1) O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através das subsidiárias Grupo Empresarial Santander, S.L. e Sterrebeeck B.V.

(2) Referem-se as subsidiárias da Controladora Banco Santander Espanha.

16. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivativos de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos e Passivos Financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.

Derivativos

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apreamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

A nova política do Banco Santander sobre classificação de instrumentos na hierarquia de valor justo vigente a partir de setembro/2018, introduziu procedimentos mais granulares acerca dos processos de classificação de instrumentos. Foram incluídas definições relativas a instrumentos, fatores de risco e prazos bem como sobre o grau de observabilidade de preços nos mercados, bem como sobre sua relevância no modelo de mensuração de seu valor justo. A aplicação das novas definições a partir de setembro de 2018 resultou nas reclassificações de certos instrumentos financeiros, conforme demonstrado na seção "Movimentação de Valor Justo de Nível 3".

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

	Nível 1 (1)	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	483.242	30.883.880	2.417.284	33.784.406
Instrumentos de dívida	483.242	855.723	2.417.284	3.756.249
Reservas no Banco Central do Brasil	-	30.028.157	-	30.028.157
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	38.903.774	21.566.704	656.352	61.126.830
Instrumentos de dívida	37.538.418	1.075.499	183.572	38.797.489
Instrumentos de patrimônio	1.365.356	-	-	1.365.356
Derivativos	-	20.491.205	472.780	20.963.985
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	142.123	-	148.770	290.893
Instrumentos de patrimônio	142.123	-	148.770	290.893
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	88.486.386	1.935.968	834.018	91.256.372
Instrumentos de dívida	88.478.023	1.935.968	793.039	91.207.030
Instrumentos de patrimônio	8.363	-	40.979	49.342
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	279.646	-	279.646
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	25.579.434	21.660.987	403.956	47.644.377
Derivativos	-	21.473.540	403.956	21.877.496
Posições vendidas	25.579.434	187.447	-	25.766.881
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	1.694.955	519.442	2.214.397
Outros Passivos Financeiros	-	1.694.955	519.442	2.214.397
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	251.664	-	251.664

31/12/2018

	Nível 1(1)	Nível 2(1)	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	2.660.859	40.540.054	510.887	43.711.800
Instrumentos de dívida	2.660.859	-	510.887	3.171.746
Reservas no Banco Central do Brasil	-	40.540.054	-	40.540.054
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	49.855.112	17.626.932	1.370.270	68.852.314
Instrumentos de dívida	49.094.924	432.910	538.635	50.066.469
Instrumentos de patrimônio	757.843	8.490	-	766.333
Derivativos	2.345	17.185.532	831.635	18.019.512
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	142.732	619.798	154.947	917.477
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	619.180	-	619.180
Instrumentos de patrimônio	142.732	618	154.947	298.297
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	83.283.924	1.442.797	709.956	85.436.677
Instrumentos de dívida	83.253.117	1.442.797	699.777	85.395.691
Instrumentos de patrimônio	30.807	-	10.179	40.986
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	343.934	-	343.934
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	32.697.510	17.600.024	641.458	50.938.992
Derivativos	1.833	17.600.024	641.458	18.243.315
Posições vendidas	32.695.677	-	-	32.695.677
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	1.946.056	1.946.056
Outros Passivos Financeiros	-	-	1.946.056	1.946.056
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	223.520	-	223.520

(1) Não houve transferência entre níveis 1 e 2.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

As tabelas a seguir demonstram as movimentações ocorridas durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e de 2018 para o nível 3:

	Valor Justo em 31/12/2018	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Transferências para Nível 3	Adições/ Baixas	Valor Justo em 30/6/2019
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	510.887	2.370	1.904.027	-	2.417.284
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	1.370.270	73.767	(878.421)	90.736	656.352
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	154.947	(6.177)	-	-	148.770
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	709.956	88.835	25.435	9.792	834.018
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	1.946.056	-	-	(1.426.614)	519.442
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	641.458	86.854	(492.534)	168.178	403.956

	Valor Justo em 31/12/2017	Adições/ Baixas	Impacto IFRS 9	Valor Justo em 30/6/2018
Outros ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	33.368	(4.009)	(29.359)	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	203.225	203.225
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	140.143	-	(123.668)	16.475

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	30/6/2019 Nível 3
Disponibilidades	15.828.098	15.828.098	-	15.828.098	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado					
Empréstimos e Outros Valores com Instituições de Crédito	115.199.677	115.148.281	-	54.614.871	60.533.410
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	295.034.613	296.993.335	-	-	296.993.335
Instrumentos de Dívida	46.108.243	46.949.403	84	9.579.453	37.369.866
Total	472.170.631	474.919.117	84	80.022.422	394.896.611

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

					31/12/2018
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades	19.502.656	19.543.974	-	19.543.974	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado					
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	91.820.690	91.820.886	-	91.820.886	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	301.691.387	303.495.240	-	-	303.495.240
Instrumentos de Dívida	36.799.509	38.927.356	9.766.162	29.161.194	-
Total	449.814.242	453.787.456	9.766.162	140.526.054	303.495.240

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

					30/6/2019
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de crédito	90.821.992	90.817.461	-	27.844.126	62.973.335
Depósitos de Clientes	326.213.309	326.322.759	-	-	326.322.759
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	78.216.953	78.410.088	-	-	78.410.088
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	9.672.288	9.672.288	-	-	9.672.288
Outros Passivos Financeiros	49.224.185	49.224.185	-	98.207	49.125.978
Total	554.148.727	554.446.781	-	27.942.333	526.504.448

					31/12/2018
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado:					
Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de crédito	99.022.806	99.020.059	-	99.020.059	-
Depósitos de Clientes	304.197.800	304.271.215	-	304.271.215	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	74.626.232	74.783.289	-	4.599.204	70.184.085
Dívidas Subordinadas	9.885.608	9.853.157	-	9.853.157	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	9.779.943	9.782.373	-	9.782.373	-
Outros Passivos Financeiros	49.782.780	49.782.780	-	-	49.782.780
Total	547.295.169	547.492.873	-	427.526.008	119.966.865

Aplicações no Mercado Aberto - Banco Central do Brasil - O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima do seu valor justo dado curto prazo dos vencimentos e da recente data de início.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Empréstimos e outros valores com instituições de crédito e com clientes – O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, os novos empréstimos spread sobre a taxa de juros livre de risco são incorporados para a curva de juros livre de risco, a fim de calcular o valor justo da carteira de crédito. Em termos de hipóteses de comportamento, é importante sublinhar que a taxa de pré-pagamento é aplicada à carteira de crédito, assim, um fluxo de caixa futuro mais realista seja alcançado.

- Depósitos do Banco Central do Brasil e depósitos de instituições de crédito e de clientes – O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo ao seu valor contábil.

- Obrigações por títulos e valores mobiliários, Dívidas subordinadas e Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital – Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado a obrigações com prazos e vencimentos similares.

As técnicas de avaliação utilizadas para a estimativa de cada nível estão definidas na nota 1.j.

Durante o primeiro semestre de 2019, em linha com a revisão das políticas mencionada anteriormente, foi realizada revisão dos níveis determinados para instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo. A revisão foi feita considerando fatores de risco e prazos, bem como sobre o grau de observabilidade de preços nos mercados.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

17. Outras divulgações
a) Instrumentos Financeiros Derivativos
a.1) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais
Resumo da Carteira de Derivativos de Negociação e Utilizados como "Hedge"

	30/6/2019	31/12/2018
Ativo		
Swap - Diferencial a Receber (1)	17.355.748	14.640.289
Prêmios de Opções a Exercer	772.046	716.936
Contratos a Termo e Outros	3.115.940	3.006.221
Total	21.243.734	18.363.446
Passivo		
Swap - Diferencial a Pagar (1)	18.817.638	15.952.283
Prêmios de Opções Lançadas	771.637	563.787
Contratos a Termo e Outros	2.539.257	1.950.765
Total	22.128.532	18.466.835

(1) Inclui *swaption* (swap + opção) e derivativos embutidos.

Resumo por Categoria

Negociação	30/6/2019		31/12/2018	
	Valor Referencial (1)	Valor de Mercado	Valor Referencial (1)	Valor de Mercado
Swap	798.460.868	(1.462.415)	353.512.700	(1.310.696)
Ativo	399.031.758	234.131.893	177.278.584	46.470.202
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	43.170.390	22.022.645	36.133.958	24.250.553
Taxa de Juros Pré - Reais	67.585.921	-	47.968.999	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	2.276.551	-	2.581.215	-
Moeda Estrangeira	285.998.895	212.109.248	90.541.012	22.219.649
Outros	-	-	53.400	-
Passivo	399.429.111	(235.594.308)	176.234.116	(47.780.898)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	27.774.091	-	11.749.613	-
Taxa de Juros Pré - Reais	102.210.228	(22.367.813)	88.272.719	(24.937.888)
Indexados em Índices de Preços e Juros	214.329.593	(212.035.529)	24.308.601	(21.775.017)
Moeda Estrangeira	53.828.667	-	50.693.087	-
Outros	1.286.530	(1.190.966)	1.210.096	(1.067.993)
Opções	654.397.908	409	335.073.080	153.149
Compromissos de Compra	308.958.648	772.046	149.076.796	716.936
Opções de Compra Dólar	9.026.895	109.355	14.518.058	239.079
Opções de Venda Dólar	4.028.767	36.056	8.893.620	90.736
Opções de Compra Outras	6.404.200	133.698	3.118.344	131.297
Mercado Interfinanceiro	4.074.923	2.690	639.488	4.537
Outras (2)	2.329.277	131.007	2.478.856	126.760
Opções de Venda Outras	289.498.786	492.937	122.546.774	255.824
Mercado Interfinanceiro	288.780.864	472.870	121.782.816	217.726
Outras (2)	717.923	20.068	763.958	38.098
Compromissos de Venda	345.439.259	(771.637)	185.996.284	(563.787)
Opções de Compra Dólar	3.758.281	(28.823)	7.615.856	(101.034)
Opções de Venda Dólar	8.940.257	(179.968)	12.160.912	(169.431)
Opções de Compra Outras	60.745.338	(103.154)	31.679.919	(66.002)
Mercado Interfinanceiro	58.273.758	(23.694)	29.609.298	(13.195)
Outras (2)	2.471.580	(79.460)	2.070.621	(52.807)
Opções de Venda Outras	271.995.383	(459.692)	134.539.597	(227.320)
Mercado Interfinanceiro	271.143.014	(438.819)	133.703.672	(179.841)
Outras (2)	852.369	(20.873)	835.925	(47.479)
Contratos de Futuros	463.019.907	-	368.563.519	-
Posição Comprada	143.362.887	-	120.717.115	-
Cupom Cambial (DDI)	53.557.624	-	54.451.190	-

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Taxa de Juros (DI1 e DIA)	67.373.882	-	32.690.685	-
Moeda Estrangeira	21.926.057	-	32.456.813	-
Índice (3)	494.640	-	1.118.427	-
Posição Vendida	319.657.020	-	247.846.404	-
Cupom Cambial (DDI)	191.585.000	-	159.559.291	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	93.955.377	-	76.682.938	-
Moeda Estrangeira	32.834.665	-	11.401.281	-
Índice (3)	908.679	-	202.894	-
Treasury Bonds/Notes	373.299	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	181.903.846	576.683	90.910.841	1.055.456
Compromissos de Compra	114.618.389	1.372.425	38.666.269	1.303.561
Moedas	112.172.447	1.279.925	38.095.625	1.250.706
Outros	2.445.942	92.500	570.644	52.855
Compromissos de Venda	67.285.457	(795.742)	52.244.572	(248.105)
Moedas	55.569.503	(738.824)	51.958.529	(252.160)
Outros	11.715.954	(56.918)	286.043	4.055

(1) Valor nominal dos contratos atualizados

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices B3 S.A. (atual denominação social da BM&FBovespa) e S&P.

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Valor Referencial	30/6/2019			
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total
Swap	32.971.219	59.701.948	306.358.591	399.031.758
Opções	12.363.532	617.373	641.417.002	654.397.908
Contratos de Futuros	-	-	463.019.907	463.019.907
Contratos a Termo e Outros	39.322.997	84.768.134	57.812.715	181.903.846

Valor Referencial	31/12/2018			
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total
Swap	34.296.821	32.669.900	110.311.863	177.278.584
Opções	14.636.017	1.086.323	319.350.740	335.073.080
Contratos de Futuros	-	-	368.563.519	368.563.519
Contratos a Termo e Outros	39.024.978	48.641.894	3.243.969	90.910.841

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) e outras bolsas de valores e mercadorias.

a.3) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

Valor Referencial	30/6/2019			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Swap	50.891.150	250.628.879	97.511.729	399.031.758
Opções	171.189.606	473.957.316	9.250.985	654.397.908
Contratos de Futuros	119.784.419	191.694.019	151.541.469	463.019.907
Contratos a Termo e Outros	109.985.327	47.392.107	24.526.412	181.903.846

Valor Referencial	31/12/2018			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Swap	12.347.864	70.975.477	93.955.243	177.278.584
Opções	63.376.042	220.982.952	50.714.086	335.073.080
Contratos de Futuros	186.895.803	95.970.916	85.696.800	368.563.519
Contratos a Termo e Outros	40.186.310	31.255.384	19.469.147	90.910.841

a.4) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Valor Referencial	30/6/2019
-------------------	-----------

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

	Bolsas (1)	Balcão (2)	Total
Swap	239.672.788	159.358.970	399.031.758
Opções	634.384.385	20.013.523	654.397.908
Contratos de Futuros	463.019.907	-	463.019.907
Contratos a Termo e Outros	47.446.904	134.456.942	181.903.846

Valor Referencial			31/12/2018
	Bolsas (1)	Balcão (2)	Total
Swap	39.880.578	137.398.006	177.278.584
Opções	307.644.530	27.428.550	335.073.080
Contratos de Futuros	368.563.519	-	368.563.519
Contratos a Termo e Outros	323.413	90.587.428	90.910.841

(1) Inclui valores negociados na B3 S.A., e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

a.5) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e *total return swaps*, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	30/6/2019	
	Valor Nominal Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Valor Nominal Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	2.315.920	574.830
Total	2.315.920	574.830

Valor referente ao prêmio pago sobre CDS pela utilização como garantia (transferência de riscos) no valor de R\$525 (31/12/2018 - R\$1.288).

O efeito no Patrimônio de Referência do risco recebido foi de R\$92.637 (31/12/2018 - R\$84.487).

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	30/6/2019			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Potencial Máximo de Pagamentos Futuros - Bruto				
Por Instrumento				
CDS	-	-	2.315.920	2.315.920
Por Classificação de Risco				
Abaixo do Grau de Investimento	-	-	2.315.920	2.315.920
Por Entidade de Referência				
Governo Brasileiro	-	-	2.315.920	2.315.920

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

a.6) "Hedge" Contábil

As relações de *hedge* são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

Hedge de Valor Justo

As estratégias de *hedge* de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do *hedge* de risco de mercado adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado como segue:

Hedge de Operações de Crédito

- Designa swaps indexados à moeda estrangeira e juros versus taxas pós e pré-fixadas como instrumento de proteção, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira de ativos de crédito emitidos em Dólar à taxa fixa no Balanço da Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco designa cada *swap* indexados à moeda estrangeira Euro versus Dólar como *hedge accounting* de valor justo do empréstimo correspondente.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados à Euro e negociados na agência de Cayman. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da captação, já expresso em dólar, será corrigido por taxa pré ou pós fixada. Os Ativos serão cobertos com *Swap Cross Currency*, a fim de transpassar o risco em Euro para *Libor*.

Hedge de Títulos e Valores Mobiliários

- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes. Para gerenciar este descasamento, contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de Ativos Financeiros mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes. Para gerenciar este descasamento, contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de *hedge accounting*.
- A Santander Leasing possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F) na carteira de títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para gerenciar este descasamento, a Entidade contrata swaps de juros e os designa como instrumento de proteção.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o Banco realiza o teste de efetividade no início (teste prospectivo) da estrutura de *hedge*, e repetido periodicamente (teste prospectivo e retrospectivo) para demonstrar que a relação de *hedge* permanece efetiva.

Em *hedge* de risco de mercado, os resultados, dos instrumentos de *hedge* e dos objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

a) Teste prospectivo: segundo a norma contábil, o teste prospectivo deve ser feito na data de início (*inception*) e trimestralmente para demonstrar que a expectativa de efetividade da relação de *hedge* é alta.

a.1) O teste prospectivo inicial: restringe-se a uma revisão qualitativa dos termos críticos e condições do instrumento e do objeto de *hedge*, para uma conclusão de que mudanças no valor de mercado de ambos os instrumentos são esperadas para se anularem completamente.

a.2) O teste periódico prospectivo: periodicamente, será computada a sensibilidade do valor presente do objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* a uma variação paralela de 10 *Basis Points* na curva de taxa de juros. Para fins de efetividade, a razão das duas sensibilidades deverá estar compreendida no intervalo entre 80% e 125%.

b) Teste retrospectivo: O teste retrospectivo de efetividade será conduzido por meio da comparação da variação do MTM do instrumento de *hedge* desde a data início com a variação do MTM do objeto de *hedge* desde o início.

Em *hedge* de valor justo, os ganhos ou perdas, dos instrumentos de *hedge* e dos objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Estrutura de Hedge	30/6/2019		31/12/2018	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Fair Value Hedge				
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(2.339.398)	-	(1.572.628)	-
Hedge de Operações de Crédito	1.952	-	(57.331)	-
Total	(2.337.446)	-	(1.629.959)	-

Estratégias	Instrumentos de Hedge		Objetos de Hedge	
	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor do ativo
			Notional	Valor do ativo
Contratos de Swap	79.471	3.909.900	57.913	3.902.857
Hedge de Operações de Crédito	5.235	1.702.664	11.144	1.621.793
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	74.236	2.207.236	46.769	2.281.064
Contratos de Futuros	-	48.556.780	2.613.934	53.700.132
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	48.556.780	2.613.934	53.700.132

Estratégias	Instrumentos de Hedge		Objetos de Hedge	
	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor do ativo
			Notional	Valor do ativo
Contratos de Swap	111.801	2.356.605	120.074	2.202.687
Hedge de Operações de Crédito	92.095	1.531.086	89.478	1.371.003
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	19.706	825.519	30.596	831.684
Contratos de Futuros	-	34.513.381	940.705	36.690.226
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	34.513.381	940.705	36.690.226

(*) O Banco possui estratégias de hedge de risco de mercado, cujo os objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

Abertura de Vencimento das Estratégias de Hedge

Estratégias	30/6/2019			Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Contratos de Swap	73.195	595.185	3.241.520	3.909.900
Hedge de Operações de Crédito	-	134.844	1.567.820	1.702.664
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	73.195	460.341	1.673.700	2.207.236
Contratos de Futuros	-	4.511.703	44.045.077	48.556.780
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	4.511.703	44.045.077	48.556.780

Estratégias	31/12/2018			Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Contratos de Swap	66.805	193.375	2.096.425	2.356.605
Hedge de Operações de Crédito	-	44.387	1.486.699	1.531.086
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	66.805	148.988	609.726	825.519
Contratos de Futuros	2.968.539	9.086.746	22.458.095	34.513.381
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.968.539	9.086.746	22.458.095	34.513.381

Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata *swaps* ativos indexados a Dólar fixos e passivos em Reais/Euro fluante e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como objeto as operações de empréstimos indexados em Reais fluante e negociados com terceiros por meio da agência em Cayman além de títulos da dívida externa brasileira, mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- O Banco possui risco de taxa de juros pós-fixada decorrente da carteira de Letras Financeiras do Tesouro (LFT) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que apresentam fluxos de caixa esperados sujeitos às variações do Selic ao longo de sua duração. Para gerenciar estas oscilações, o Banco contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção de *Hedge Fluxo de Caixa*.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de outros ajustes patrimoniais até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. No primeiro semestre de 2019 e 2018, não foram registrados resultado referente à parcela inefetiva.

a) Teste Prospectivo: Segundo a normativa, o teste prospectivo deve ser executado na data de início e trimestralmente para demonstrar que a efetividade do *hedge* é alta, porém os testes são efetuados mensalmente para acompanhamento pró-ativo e mais eficiente, além de melhor manutenção das rotinas relacionadas aos testes.

a.1) Teste Prospectivo Periódico: Risco de Mercado realiza as projeções de três cenários para os testes, sendo: 1º 10bps na curva; 2º 50bps na curva e 3º 100bps na curva. Utilizando as estimativas validadas, são efetuados os testes prospectivos por meio da valorização das duas pernas variáveis da operação a mercado.

a.2) Teste Prospectivo Inicial: a metodologia do teste prospectivo periódico também deverá ser aplicada na data de início de cada nova estratégia.

b) Teste Retrospectivo: Deve ser efetuado mensalmente com dados históricos para demonstrar de forma cumulativa de que o *hedge* foi efetivo, conforme metodologia apresentada anteriormente. Eventuais inefetividades são reconhecidas em resultado.

A parcela Inefetiva é reconhecida por meio do teste prospectivo do *hedge*. A efetividade deve ficar entre 80% e 125%.

Nos *hedges* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros resultados abrangentes – *hedges* de fluxo de caixa” até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida nas demonstrações consolidadas do resultado, exceto, se as transações previstas resultem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo financeiro. A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)” nas demonstrações consolidadas do resultado.

Estrutura de Hedge	30/6/2019		31/12/2018	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Hedge de Operações de Crédito	(66.667)	-	(16.453)	(3.981)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	496.963	-	322.997	-
CDB	-	-	1.225	-
Total	430.296	-	307.769	(3.981)

Estratégias	30/6/2019		31/12/2018	
	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil - ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil - ponta passiva
Contratos de Swap	(748.485)	1.937.454	(91.980)	1.133.065
Hedge de Operações de Crédito	(627.696)	1.005.154	955	31.279
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	(120.789)	932.300	(92.936)	1.101.786
		Notional		Notional
Contratos de Futuros	-	49.164.979	-	44.541.938
Hedge de Operações de Crédito ^{(2) (3)}	-	44.961.780	-	44.000.952
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	4.203.199	-	540.987

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

	30/6/2019	31/12/2018
	Objetos de Hedge	
Estratégias	Valor do ativo	Valor do ativo
Contratos de Swap	1.834.184	1.436.356
Hedge de Operações de Crédito	990.189	211.599
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	843.995	1.224.757
Contratos de Futuros	20.310.138	17.224.115
Hedge de Operações de Crédito ⁽²⁾ ⁽³⁾	16.310.320	16.910.915
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.999.819	313.200

(1) Registrado no patrimônio líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes.

(2) Valor atualizado dos instrumentos em 30 de junho de 2019 é de R\$ 16.708.740 (31/12/2018 - R\$16.738.641).

(3) O valor dos contratos de futuros correspondem em sua posição comprada e vendida conforme abaixo:

	30/6/2019	31/12/2018
	Notional	Notional
Contratos de Futuros	49.164.979	44.541.938
Posição Comprada	18.952.785	-
Cupom Cambial (DDI)	15.104.940	-
Moeda Estrangeira em Dólares	3.847.845	-
Posição Vendida	30.212.194	44.541.938
Cupom Cambial (DDI)	-	12.610.496
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	28.296.094	22.522.735
Moeda Estrangeira em Dólares	1.916.100	9.408.707

Abertura de Vencimento das Estratégias de Hedge

	30/6/2019			
Estratégias	Até	De 3 a	Acima de	Total
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	
Contratos de Swap	175.387	322.549	1.439.517	1.937.454
Hedge de Operações de Crédito	175.387	322.549	507.217	1.005.154
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	932.300	932.300
Contratos de Futuros	24.229.356	9.565.215	15.370.408	49.164.979
Hedge de Operações de Crédito	24.229.356	9.565.215	11.167.208	44.961.780
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	4.203.199	4.203.199

	31/12/2018			
Estratégias	Até	De 3 a	Acima de	Total
	3 Meses	12 Meses	12 Meses	
Contratos de Swap	35.495	109.650	2.081.859	2.227.004
Hedge de Operações de Crédito	-	15.218	1.017.064	1.032.283
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	35.495	94.431	1.064.795	1.194.721
Contratos de Futuros	24.705.354	19.306.092	530.492	44.541.938
Hedge de Operações de Crédito	24.694.860	19.306.092	-	44.000.952
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	10.495	-	530.492	540.987

O efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$338.479 (31/12/2018 - crédito R\$116.441) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$55.348 a crédito, deverão ser realizados nos próximos doze meses.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

a.7) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	30/6/2019	31/12/2018
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.347.563	7.552.926
Letras do Tesouro Nacional - LTN	432.453	3.392.886
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.883.620	873.134
Total	15.663.636	11.818.946

a.8) Posição Vendida

Em 30 de junho de 2019, o saldo de posições vendidas totalizou R\$25.766.881 (31/12/2018 - R\$32.695.677) o qual inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados.

b) Instrumentos financeiros - Análise de sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme exigências dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia dos órgãos reguladores. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira *banking* consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedge*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e *banking*.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros conforme exigências, dos órgãos reguladores e as boas práticas internacionais, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições e o resultado do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2019.

Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(4.381)	(62.076)	(124.152)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(2.644)	(13.676)	(27.352)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(6.754)	(135)	(269)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(5.724)	(2.358)	(4.717)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(9.284)	(232.099)	(464.198)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(1.064)	(4.601)	(9.201)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(4.600)	(47.395)	(94.790)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(2.214)	(55.344)	(110.687)
<i>Commodities</i>	Exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (<i>commodities</i>)	(2)	(58)	(116)
Total (1)		(36.667)	(417.742)	(835.482)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10 bps e -10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

Carteira Banking

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	(40.597)	(620.244)	(1.250.671)
Taxa Referencial e TJLP	Exposições sujeitas à variação de cupons de TR e TJLP	(31.226)	(475.414)	(767.524)
Inflação	Exposições sujeitas à variação das taxas de cupons de índices de preços	(64.912)	(417.220)	(825.183)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à variação da taxa do cupom de dólar	(12.351)	(43.011)	(76.047)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(10.383)	(152.491)	(271.313)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(1.976)	(41.372)	(66.303)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(2.442)	(61.044)	(122.087)
Total (1)		(163.887)	(1.810.796)	(3.379.128)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

(2) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: choque de +10 bps e -10 bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

c) Fundos geridos e administrados não registrados no balanço

O Banco Santander tem fundos sob gestão, em que não possui participação significativa, não atua como "principal" e não detém cotas desses Fundos. Baseado na relação contratual que rege a gestão de tais fundos, os terceiros que detêm a participação acionária são aqueles que estão expostos, ou tem direitos, a retornos variáveis e têm a capacidade de afetar esses retornos mediante o poder decisório. Ademais, o Banco, como gestor dos fundos atua na análise de regime de remuneração, que são proporcionais ao serviço prestado e, portanto, atua como "principal".

Os fundos gerenciados pelo Banco Santander não registrados no balanço são os seguintes:

	30/6/2019	31/12/2018
Fundos sob gestão	1.961.554	1.896.689
Fundos administrados	218.082.770	200.366.261
Total	220.044.324	202.262.950

d) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Banco mantinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R\$27.249.331 e R\$34.040.742, respectivamente.

18. Evento Subsequente

Em 22 de julho de 2019, foi constituída a sociedade empresária limitada Hyundai Corretora de Seguros Ltda. (Hyundai Corretora). A Hyundai Corretora tem capital social no valor de R\$2.000 dividido em 2.000.000 (dois milhões) de quotas, com valor nominal individual de R\$ 1,00, totalmente subscritas e pendentes de integralização, divididas entre seus sócios Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. e Hyundai Capital Services, Inc. na proporção de 50% para cada.

Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO

A demonstração consolidada do valor adicionado a seguir não é exigida pelo IAS 34, mas estão sendo apresentadas como informações complementares, conforme requerido pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e foi derivado das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas do Banco e preparada de acordo com o IAS 34.

	01/01 a 30/6/2019		01/01 a 30/6/2018	
Receitas com juros e similares	36.692.182		35.428.651	
Receitas de tarifas e comissões, líquidas	7.587.154		6.972.970	
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(6.476.863)		(6.179.179)	
Outras Receitas e Despesas	(1.700.124)		(7.231.332)	
Despesas com juros e similares	(14.916.575)		(15.288.024)	
Insumos de Terceiros	(3.542.991)		(3.623.438)	
Material, Energia e Outros	(309.642)		(254.797)	
Serviços de Terceiros	(2.963.567)		(2.507.354)	
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(10.782)		(413.518)	
Outros	(259.000)		(447.769)	
Valor Adicionado Bruto	17.642.783		10.079.648	
Retenções				
Depreciações e Amortizações	(1.156.906)		(863.129)	
Valor Adicionado Líquido Produzido	16.485.877		9.216.519	
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	60.462		32.962	
Valor Adicionado Total a Distribuir	16.546.339		9.249.481	
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	4.182.066	25,3%	4.027.444	43,5%
Remuneração	2.971.660		2.877.531	
Benefícios	809.441		778.999	
FGTS	245.490		214.190	
Outras	155.475		156.724	
Impostos, Taxas e Contribuições	5.151.643	31,1%	(962.033)	-10,4%
Federais	4.520.823		(1.420.325)	
Estaduais	26		210	
Municipais	630.794		458.082	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	51.147	0,3%	390.880	4,2%
Remuneração de Capitais Próprios	7.161.483	43,3%	5.793.190	62,6%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2.000.000		1.200.000	
Reinvestimentos de Lucros	5.045.626		4.502.052	
Lucro atribuível às participações não-controladoras	115.857		91.138	
Total	16.546.339	100,0%	9.249.481	100,0%

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativo ao período findo em 30 de junho de 2019, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS (atual denominação do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)).

1) Conjuntura Econômica

No segundo trimestre, apesar de terem seguido uma trajetória relativamente volátil, os preços dos ativos financeiros brasileiros encerraram o período com cotações mais favoráveis que as observadas ao final do primeiro trimestre do ano. O Santander avalia que tantos fatores domésticos quanto internacionais foram responsáveis por este comportamento volátil com bom desempenho ao final do período. A taxa de câmbio reverteu a desvalorização observada no primeiro trimestre ao ter recuado de R\$3,92/US\$ ao final de março de 2019 para R\$3,84/US\$ no final de junho de 2019 – patamar também inferior ao de R\$3,88/US\$ registrado no final do ano passado. Para o final de 2019, atualmente projetamos que a taxa de câmbio volte para o patamar de R\$3,90/US\$. Este movimento foi seguido pelo indicador de risco soberano, já que o CDS brasileiro para o prazo de 5 anos recuou de 180bps para 150bps entre março de 2019 e junho de 2019, sinalizando maior apetite por parte dos investidores estrangeiros com ativos do país. Já o índice Bovespa subiu do nível aproximado de 95.400 pontos em Mar/19 para patamar superior aos 100.000 pontos, rompendo uma barreira simbólica bastante importante para o mercado brasileiro de ações. Por fim, mas não menos importante, os preços dos instrumentos de renda fixa também registraram alta no período, o que se traduziu em queda da taxa de juros implícita ao longo de todos os prazos da estrutura a termo da taxa de juros – por exemplo, a taxa de juros futura com vencimento em 01 de janeiro de 2020 recuou de aproximadamente 6,5% a.a. em março de 2019 para 6,0% a.a. em junho de 2019. Como dito anteriormente, apesar de todos os ativos financeiros terem registrado melhora de cotações ao final do segundo trimestre do ano, o Banco ressalta que tal desempenho não seguiu uma trajetória sem sobressaltos em alguns momentos, tanto por fatores domésticos, quanto externos.

Do ponto de vista internacional, o Santander entende que houve aumento das tensões derivadas da chamada “Guerra Comercial” entre China e Estados Unidos, que continuaram a pesar sobre a percepção dos agentes econômicos ao redor do globo quanto à magnitude do impacto negativo que tal situação poderá ter sobre o desempenho econômico mundial. Aliás, o surgimento de sinais mais concretos de desaceleração no ritmo de crescimento econômico das economias americana e chinesa suscitou ainda mais cautela, tendo inclusive levado a autoridade monetária americana a alterar substancialmente a sinalização quanto às próximas ações a serem implementadas na condução da política monetária nos EUA. Ao mesmo tempo, houve comentários por parte de autoridades chinesas de que novas medidas de estímulo possam ser adotadas ainda neste ano para sustentar a expansão da economia. Se, no início do ano, havia ainda quem imaginasse que o FOMC (Federal Open Market Committee – órgão pertencente ao Federal Reserve) pudesse elevar a taxa básica de juros nos EUA neste ano, atualmente parece existir convicção de que será necessário reduzi-la em algum momento dentro dos próximos seis meses – visão compartilhada, inclusive, por membros do FOMC. Isto equivale a dizer que, ao invés de antecipar a continuidade de uma taxa de crescimento robusta nos EUA, a autoridade monetária americana passou a temer que haja perda substancial no ritmo de expansão econômica do país. A despeito da ansiedade gerada pela incerteza quanto à robustez da expansão econômica mundial, o fato das outras principais economias globais terem sinalizado postura semelhante ao FOMC, elevou a atratividade de ativos de outros países considerados de maior risco, o que beneficiou os ativos financeiros brasileiros entre março de 2019 e junho de 2019.

Já no ambiente doméstico, o segundo trimestre de 2019 foi marcado pelo progresso no trâmite da agenda de reformas estruturais, especialmente o avanço na análise da emenda constitucional referente à reformulação do sistema previdenciário brasileiro, que contou com aprovação da matéria em 1º turno na Câmara dos Deputados em meados de julho de 2019. O fato é importante, pois que sinalizou a possibilidade de contenção do processo de piora das contas públicas. Isto é, a percepção de que as transformações necessárias para o equilíbrio fiscal estão a caminho de serem implementadas acabou por melhorar os ânimos para aumento de exposição a ativos financeiros brasileiros. Entretanto, o processo também não foi algo linear, com idas e vindas, encontros e desencontros entre congressistas alinhados com o governo e integrantes da administração federal trazendo volatilidade aos preços dos ativos – principalmente para o mercado acionário, para a taxa de câmbio e para o risco soberano.

Para além do ambiente político observado, o Banco constatou uma nova rodada de frustração com o desempenho dos indicadores da atividade econômica, a qual gerou uma onda de revisões e reduções nas projeções de crescimento do PIB para 2019. O Santander revisitou sua projeção para o desempenho da economia brasileira neste ano e, ao invés de trabalhar com uma expectativa de expansão de 2,3% para o PIB de 2019, agora considera ser provável que a economia do país avance 0,8% neste ano. A manutenção de um ritmo mais gradual de crescimento acabou por reforçar a dinâmica favorável dos índices de preços, com as medidas subjacentes de inflação sinalizando amplo conforto para cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional para os próximos anos. Diante deste quadro, o Banco entende que tenha acontecido ampliação do espaço para que o Banco Central do Brasil possa reduzir a taxa básica de juros do atual patamar de 6,50% a.a. para um nível de 5,50% a.a. ainda em 2019, sem prejuízo à sua missão de manter a dinâmica inflacionária compatível com a convergência da inflação corrente para as metas. Desta maneira, o Santander passou a considerar que, após atingir 5,50% a.a. em 2019, a meta da taxa Selic deverá permanecer inalterada até o final de 2020 – anteriormente, a indicação era de que manteria estável em 6,50% a.a. tanto neste ano quanto no próximo.

Estas baixas projeções para as taxas de crescimento, inflação e de juros efetuadas pelo Banco Santander têm como premissa a continuidade da agenda de reformas na economia brasileira, sobretudo no campo fiscal. O Santander reitera a avaliação de que a disposição e o comprometimento do atual governo em buscar a estabilização da dívida pública, bem como de manter uma política econômica sustentável, serão fundamentais para que o país atinja um desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

2) Desempenho
2.1) Resultado

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO (R\$ Milhões)	1S19	1S18	variação anual %	2T19	1T19	variação trimestral %
Receitas com juros e similares	36.692,2	35.428,6	3,6	18.361,0	18.331,2	0,2
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	1.608,4	782,9	105,4	832,0	776,4	7,2
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	29.736,2	28.445,6	4,5	15.051,1	14.685,1	2,5
Outros	5.347,6	6.200,1	-13,7	2.477,9	2.869,7	-13,7
Despesas com juros e similares	(14.916,6)	(15.288,0)	-2,4	(7.052,9)	(7.863,7)	-10,3
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	(158,1)	(187,8)	-15,8	(77,6)	(80,5)	-3,6
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	(14.716,8)	(15.080,4)	-2,4	(6.949,0)	(7.767,8)	-10,5
Outros	(41,7)	(19,8)	110,6	(26,3)	(15,4)	70,8
Receita Líquida com Juros (b)	21.775,6	20.140,6	8,1	11.308,1	10.467,5	8,0
Receitas de instrumentos de patrimônio	7,7	21,7	-64,5	5,6	2,1	166,7
Resultado de equivalência patrimonial	60,5	33,0	83,3	31,5	29,0	8,6
Tarifas e Comissões (líquidas)	7.587,1	6.973,0	8,8	3.822,5	3.764,7	1,5
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) + Variações cambiais (líquidas)	795,5	(5.660,2)	-114,1	753,6	41,9	1.698,6
Outras despesas operacionais (líquidas)	(609,8)	(389,5)	56,6	(359,5)	(250,3)	43,6
Total de Receitas	29.616,6	21.118,6	40,2	15.561,8	14.054,9	10,7
Despesas administrativas e pessoal	(8.221,1)	(8.194,6)	0,3	(4.144,9)	(4.076,2)	1,7
Depreciação e amortização	(1.156,9)	(863,1)	34,0	(584,1)	(572,8)	2,0
Provisões (líquidas)	(1.272,0)	(734,9)	73,1	(826,0)	(446,0)	85,2
Perdas com ativos financeiros e com outros ativos (líquidas)	(6.487,6)	(6.592,7)	-1,6	(3.383,4)	(3.104,2)	9,0
Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda	8,8	(11,5)	-176,5	9,0	(0,2)	-4.600,0
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda não classificados como operações descontinuadas	(131,6)	28,5	-561,8	(114,6)	(17,0)	574,1
Resultado Operacional Antes da Tributação (a)	12.356,2	4.750,3	160,1	6.517,8	5.838,5	11,6
Impostos sobre a renda	(5.194,7)	1.042,9	-598,1	(3.029,8)	(2.164,9)	40,0
Lucro Líquido Consolidado	7.161,5	5.793,2	23,6	3.488,0	3.673,6	-5,1

Para melhor compreensão dos resultados em IFRS, abaixo estão apresentados o Resultado Operacional Antes da Tributação e Imposto sobre a Renda, desconsiderando o efeito do hedge (vide item 1):

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO AJUSTADO (R\$ Milhões)	1S19	1S18	variação anual %	2T19	1T19	variação trimestral %
Resultado Operacional Antes da Tributação	12.356,3	4.750,3	160,1	6.517,8	5.838,5	11,6
IR/CSLL (<i>hedge</i>)	(367,7)	5.420,4	-106,8	(520,5)	152,8	-440,6
PIS/Cofins (<i>hedge</i>)	(45,0)	476,4	-109,4	(63,4)	18,4	-444,6
Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado	11.943,6	10.647,1	12,2	5.933,9	6.009,7	-1,3

IMPOSTO SOBRE A RENDA (R\$ Milhões)	1S19	1S18	variação anual %	2T19	1T19	variação trimestral %
Imposto sobre a Renda	(5.194,7)	1.042,9	-598,1	(3.029,8)	(2.164,9)	40,0
IR/CSLL (<i>hedge</i>)	367,7	(5.420,4)	-106,8	520,5	(152,8)	-440,6
PIS/Cofins (<i>hedge</i>)	45,0	(476,4)	-109,4	63,4	(18,4)	-444,6
Imposto sobre a Renda ajustado	(4.782,0)	(4.854,0)	-1,5	(2.445,9)	(2.336,1)	4,7

a) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além da subsidiária Santander Brasil EFC, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

HEDGE CAMBIAL DAS AGÊNCIAS GRAND CAYMAN, LUXEMBURGO E DA SUBSIDIÁRIA SANTANDER BRASIL EFC (R\$ Milhões)	1S19	1S18	variação anual %	2T19	1T19	variação trimestral %
Varição Cambial	(554,5)	6.566,1	-108,4	(780,0)	225,5	-445,9
Instrumentos Financeiros Derivativos	967,1	(12.462,9)	-107,8	1.363,9	(396,8)	-443,7
IR/CSLL	(367,7)	5.420,4	-106,8	(520,5)	152,8	-440,6
PIS/Cofins	(45,0)	476,4	-109,4	(63,4)	18,4	-444,6

b) Receita Líquida com Juros

Em 30 de junho de 2019, o incremento em comparação ao mesmo período do ano anterior ocorreu, principalmente, em função do aumento do volume médio da carteira e o efeito positivo da maior participação do varejo nos resultados.

c) Outros Eventos
Plano de Benefício Pós Emprego

Em 30 junho de 2018, foi aprovado o aumento de contribuição de custeio estabelecida no Plano de Benefício Pós Emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição do custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas no Benefício Pós Emprego implicam em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários externos.

Avaliação do Valor Recuperável

No primeiro semestre de 2018, o Banco Santander reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no montante de R\$341 milhões, sobre ativos intangíveis na modalidade de aquisição e desenvolvimento de sistemas. A perda foi registrada em função da realização de análises técnicas, as quais demonstraram perspectiva de redução significativa nos benefícios econômicos futuros esperados sobre estes ativos, sem efeitos relevantes em 30 de junho de 2019.

Análise de Resultado por Segmento

O Banco possui dois segmentos, o comercial que incluem pessoas físicas e jurídicas (exceto para clientes corporativos globais, que são tratados no segmento de Banco de Atacado Global) e o segmento de Banco de Atacado Global, que inclui as operações de Banco de Investimento e Mercados, inclusive os departamentos de tesouraria e negócios com ações.

Abaixo, o Banco apresenta o quadro por segmento:

RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)	1S19	% sob lucro antes dos impostos	1S18	% sob lucro antes dos impostos	2T19	% sob lucro antes dos impostos	1T19	variação trimestral %
Banco Comercial (1)	10.446,8	84,5	2.871,0	60,4	5.566,9	85,4	4.879,9	14,1
Banco de Atacado Global	1.909,4	15,5	1.879,2	39,6	950,8	14,6	958,6	-0,8
Resultado Operacional Antes da Tributação	12.356,2	100,0	4.750,2	100,0	6.517,7	100,0	5.838,5	11,6

(1) Em 30 de junho de 2019 e de 2018, inclui, no Banco Comercial, o hedge cambial do investimento em Dólar, sendo que excluindo este efeito, o Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado para este segmento foi de R\$10.034,1 milhões e R\$8.767,8 milhões, respectivamente

Despesas Gerais - As variações em despesas administrativas decorrem, principalmente, pelo aumento das despesas com processamento de dados, associadas a maior transacionalidade e ao crescimento da base de clientes e despesas com serviços técnicos especializados e de terceiros, principalmente pela contratação de serviços de tecnologia.

DESPESAS GERAIS (R\$ Milhões)	1S19	1S18	variação anual %	2T19	1T19	variação trimestral %
Outras Despesas Administrativas	(3.631,1)	(3.648,9)	-0,5	(1.859,0)	(1.772,1)	4,9
Despesas com Pessoal	(4.590,0)	(4.545,7)	1,0	(2.285,8)	(2.304,2)	-0,8
Total de Despesas Gerais	(8.221,1)	(8.194,6)	0,3	(4.144,8)	(4.076,2)	1,7

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ Milhões)	jun-19	dez-18	variação jun/19 vs. dez/18 %
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	15.828,1	19.502,7	-18,8
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	33.784,4	43.711,8	-22,7
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	61.126,8	68.852,3	-11,2
Ativos Financeiros não Destinados a Negociação Mensurados Obrigatoriamente a Valor Justo no Resultado	290,9	917,5	-68,3
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	91.256,4	85.436,7	6,8
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	456.342,5	429.692,4	6,2
Derivativos Utilizados como <i>Hedge</i>	279,6	343,9	-18,7
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	1.277,9	1.380,2	-7,4
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	1.031,2	1.053,3	-2,1
Ativos Fiscais	31.910,7	31.565,8	1,1
Outros Ativos	4.884,0	4.800,5	1,7
Ativo Tangível	9.403,0	6.589,0	42,7
Ativo Intangível	30.187,1	30.019,0	0,6
Total do Ativo	737.602,6	723.865,0	1,9
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação	47.644,4	50.939,0	-6,5
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	2.214,4	1.946,1	13,8
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	554.148,7	547.295,2	1,3
Derivativos Utilizados como <i>Hedge</i>	251,7	223,5	12,6
Provisões	16.061,8	14.695,9	9,3
Passivos Fiscais	11.208,6	8.074,8	38,8
Outras Obrigações	9.492,8	9.095,1	4,4
Total do Passivo	641.022,2	632.269,5	1,4
Total do Patrimônio Líquido	96.580,4	91.595,5	5,4
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	737.602,6	723.865,0	1,9

Captações

O total de captações, composto por Depósitos do Banco Central do Brasil e Depósitos de Instituições de Crédito, Depósitos de Clientes, Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas e Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital, apresentou um aumento de 1,5% no período.

CAPTAÇÕES (R\$ Milhões)	jun-19	dez-18	variação jun/19 vs. dez/18 %
Depósitos do Banco Central do Brasil e Instituições de Crédito	90.822,0	99.022,8	-8,3
Depósitos de Clientes	326.213,3	304.197,8	7,2
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	78.217,0	74.626,2	4,8
Dívidas Subordinadas	-	9.885,6	-100,0
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	9.672,3	9.779,9	-1,1
Total de Captações	504.924,5	497.512,4	1,5

2.3) Carteira de Crédito

ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO (R\$ Milhões)	jun-19	dez-18	variação jun/19 vs. dez/18 %
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	115.212,9	79.620,6	44,7
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(13,2)	(13,6)	-2,9
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, líquido	115.199,7	79.607,0	44,7
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	315.357,4	321.314,0	-1,9
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(20.346,5)	(20.241,8)	0,5
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	295.010,9	301.072,2	-2,0
Instrumentos de dívida, bruto	48.644,7	39.513,5	23,1
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(2.536,4)	(2.714,0)	-6,5
Instrumentos de dívida, líquido	46.108,3	36.799,5	25,3
Total de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	456.318,9	417.478,7	9,3

Perdas com Ativos Financeiros (Líquidos)

As despesas de provisão para perdas por não-recuperação, reduzidas pelas recuperações de empréstimos baixados para prejuízo, foram de R\$6.509,1 milhões e R\$6.179,0 milhões no período findo em 30 de junho de 2019 e de 2018, respectivamente, apresentando um aumento de 5,3%.

2.4) Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o resgate dos Notes que compunham o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de US\$2.5 bilhões. A recompra foi aprovada pelo Bacen em 18 de dezembro de 2018.

Em conjunto com a aprovação do resgate dos notes anteriores, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor de US\$2.5 bilhões, para integralização no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para non-US Persons, com base no Regulation S no âmbito do Securities Act, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data. Esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas.

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		Jun-19		jun-18	
Características Específicas	Nível I (1)	Nível II (1)	Nível I (1)	Nível II (1)	Nível II (1)
Emissão	nov/18	nov/18	jan/14	jan/14	jan/14
Principal	US\$1.250	US\$1.250	R\$3.000	R\$3.000	R\$3.000
Taxa de Juros (2)	7,250%	6,125%	7,375%	6,000%	6,000%
Vencimento	Sem Prazo (Perpétuo)	nov/28	Sem Prazo (Perpétuo)	jan/24	jan/24
Periodicidade de Pagamento	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	trimestralmente, a partir de 29 de abril de 2014	semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014	semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014

(1) Notes recompradas em 2019; conforme autorização do Bacen em 17 de dezembro de 2018, a partir da data da autorização os mesmos deverão ser excluídos do Nível I e Nível II do PR.

(2) As emissões de janeiro de 2014 foram efetuadas pelo Banco Santander no Brasil, incidindo assim Imposto de Renda na Fonte assumido pelo emissor, dessa forma a taxa efetiva de juros dessas emissões, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente. As emissões efetuadas de novembro de 2018, foram efetuadas através da Agência de Cayman e conseqüentemente não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.

As Notes emitidas em 2018, possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

2.5) Patrimônio Líquido

Em 30 de junho de 2019, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou aumento de 5,4%, em comparação com 31 de dezembro de 2018.

A evolução do patrimônio líquido no período é decorrente, principalmente, pela variação negativa de outros resultados abrangentes no montante de R\$130,7 milhões, que inclui como principal evento as variações nos ativos financeiros disponíveis para venda e do Lucro Líquido do período no montante de R\$7.161,5 milhões e pelo destaque de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$2 bilhões.

Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 01 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 1 de novembro de 2017, programa de recompra de *Units* e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 37.753.760 *Units*, representativas de 37.753.760 ações ordinárias e 37.753.760 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de março de 2019, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de março

de 2019, o Banco Santander possuía 362.227.661 ações ordinárias e 390.032.076 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 12 meses contados a partir de 6 de novembro de 2018, encerrando-se em 5 de novembro de 2019.

Abaixo, a movimentação das Ações em Tesouraria:

	jun-19	dez-18
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no início do período	13.317	1.773
Aquisições de Ações	4.975	15.816
Alienações - Remuneração baseado em Ações	(3.066)	(4.272)
Ações em Tesouraria no final do período	15.226	13.317
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$612.398	R\$460.550
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$2.410	R\$882
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$614.808	R\$461.432
Custo/Valor de Mercado	Units	Units
Custo mínimo	R\$7,55	R\$7,55
Custo médio ponderado	R\$31,51	R\$28,59
Custo máximo	R\$49,55	R\$43,84
Valor de mercado	R\$45,46	R\$42,70

No período findo em 30 de junho de 2019 e de 2018, houve destaque de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Intercalares, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R\$ Milhões)	jun-19	jun-18
Juros sobre o Capital Próprio	2.000,0	600,0
Dividendos Intercalares	0,0	600,0
Total	2.000,0	1.200,0

2.6) Índice de Basileia

O Bacen determina que as instituições financeiras a manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR em 2018 foi de 11,0%, composto de 8,625% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,875% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 8,375% e o Capital Principal Mínimo para 6,875%.

Para o ano base 2019, a exigência de PR permanece em 10,5%, incluindo 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital. O PR Nível I atinge 8,5% e o Capital Principal Mínimo 7,0%.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	jun-19	dez-18
Patrimônio de Referência Nível I	67.550,0	61.476,7
Capital Principal	62.709,6	56.581,5
Capital Complementar	4.840,4	4.895,2
Patrimônio de Referência Nível II	4.832,6	4.887,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	72.382,6	66.363,9
Risco de Crédito	371.140,8	358.955,6
Risco de Mercado	29.463,7	39.231,8
Risco Operacional	46.527,0	42.375,6
Total de RWA	447.131,5	440.563,0
Índice de Basileia Nível I	15,1	14,0
Índice de Basileia Capital Principal	14,0	12,8
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	16,2	15,1

2.7) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes ao período findo em 30 de junho de 2019, das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R\$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)	Carteira de Participação Crédito (1)	Participação (%)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	45.670,7	2.098,7	617,7	41.194,4	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	24.448,9	2.466,2	301,1	0,0	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	7.042,7	5.739,4	3,1	1.872,2	99,99%
Banco Bandepe S.A.	6.300,4	4.185,6	146,2	0,0	100,00%
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	3.561,5	3.423,2	3,1	777,4	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	3.187,0	2.765,6	203,5	0,0	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	3.994,2	638,4	41,8	0,0	100,00%

(1) Inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

Os saldos apresentados acima estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Cosif, da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3) Outros Eventos

3.3) Abertura da agência em Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças do Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US\$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

3.4) Reestruturações Societárias

Durante o período findo em 30 de junho de 2019 e de 2018, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos. A conclusão da operação está sujeita à implementação de condições precedentes usuais a esse tipo de transação, inclusive a prévia autorização pelo Bacen.

b) Opção de venda de participação no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado à Aymoré CFI. A conclusão da operação está sujeita à implementação dos procedimentos previstos no Contrato de Investimento.

c) Aquisição de Participação Residual na Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

Em 19 de dezembro de 2018, o Banco Santander e os acionistas Minoritários da Getnet S.A. celebraram aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A., no qual o Banco Santander se comprometeu a adquirir a totalidade das ações dos Minoritários, correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., pelo valor de R\$1.431 milhões. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 18 de fevereiro de 2019 e concluída em 25 de fevereiro de 2019, de modo que o Banco Santander passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Getnet S.A.

d) Constituição da Esfera Fidelidade S.A.

No dia 14 de agosto de 2018, foi constituída a Esfera Fidelidade, com participação totalmente detida pelo Banco Santander. A Esfera Fidelidade atuará no desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes. Em 26 de novembro de 2018, a Esfera Fidelidade teve seu capital aumentado em R\$10.000, passando o capital social para o valor de R\$10.001, dividido em 10.001.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Banco Santander. A sociedade iniciou suas operações em novembro de 2018.

e) Investimento na Loop Gestão de Pátios S.A.

Em 26 de junho de 2018, a Webmotors S.A., companhia com 70% de participação detida indiretamente pelo Banco Santander, firmou acordo de investimento com a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. e Celta LA Participações S.A., a fim de adquirir participação societária correspondente a 51% do capital social da Loop Gestão de Pátios S.A., mediante aumento de capital e emissão de novas ações da Loop a serem totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors. A Loop atua no segmento de comercialização e leilão físico e virtual de veículos automotores. Em 25 de setembro de 2018, a operação foi concluída com a efetivação do aumento de capital social, no valor de R\$24 milhões, mediante com emissão de ações representativas de 51% de participação societária na Loop, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors.

f) Constituição da BEN Benefícios e Serviços S.A.

Em 11 de junho de 2018, foi constituída a BEN Benefícios, com participação totalmente detida pelo Banco Santander, que atuará no fornecimento e administração de vales-refeição, vales-alimentação, vales-transporte, vales-cultura e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos.

Em AGE de 1 de agosto de 2018, a BEN Benefícios teve seu capital aumentado em R\$45.000, passando o capital social para o valor de R\$45.001, dividido em 45.001.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pelo Banco Santander.

Em AGE de 27 de março de 2019, o Banco Santander aprovou o aumento de capital social no montante de R\$44.999, totalizando R\$90.000 de capital social dividido em 90.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente detidas pelo Banco Santander.

A BEN Benefícios iniciou a suas atividades no primeiro trimestre de 2019.

g) Aquisição da Isban Brasil S.A. e Produban Serviços de Informática S.A.

O Banco Santander adquiriu, em 19 e 28 de fevereiro de 2018, respectivamente, a totalidade das ações do capital social da Isban Brasil, detidas pela Ingeniería de Software Bancário, S.L., e da Produban Serviços de Informática, detidas pela Produban Servicios Informáticos Generales, S.L., pelos valores de R\$61.078 e R\$42.731, respectivamente. As partes envolvidas na transação possuíam o Banco Santander, S.A. (Santander Espanha) como controlador indireto comum e foram realizadas em condições de mercado. Em 19 de fevereiro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Isban Brasil no valor de R\$33 milhões, mediante a emissão de 11.783.900 (onze milhões, setecentos e oitenta e três mil e novecentos) ações nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Banco Santander. Em 28 de fevereiro de 2018, a Produban Serviços de Informática incorporou a Isban Brasil, e na mesma data, a Produban Serviços de Informática teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A. Ainda, em 28 de fevereiro de 2018, a Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (atualmente denominada Santander Global Technology, S.L.) aprovou a incorporação da parcela cindida da Produban Servicios de Informática pela Produban Brasil Tecnologia e Servicios de Informática Ltda. (atualmente denominada Santander Global Technology Brasil Ltda.).

h) Constituição da Santander Auto S.A.

Em 20 de dezembro de 2017, Banco Santander e HDI Seguros S.A. (HDI Seguros), celebraram acordos para a formação de parceria para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis, de forma 100% digital, por meio da criação de nova companhia seguradora - a Santander Auto, a ser detida 50% pela Sancap, sociedade controlada pelo Banco Santander, e 50% pela HDI Seguros. A parceria foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 2 de fevereiro de 2018, pelo Bacen em 30 de abril de 2018, e em 15 de maio de 2018, recebeu aprovação prévia da Susep. Em 9 de outubro de 2018, mediante transformação do veículo societário L.G.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., Sancap e HDI Seguros constituíram a Santander Auto S.A., com capital social inicial de R\$15 milhões. Em 9 de janeiro de 2019, a Susep concedeu para a Santander Auto a autorização para operar seguros de danos em território nacional.

i) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito, cujo controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada. Na AGE realizada em 5 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R\$285.205, de forma que o capital social passou de R\$65.823 para R\$351.028. A Companhia desenvolverá banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. A Companhia iniciou suas operações em 2019 de forma parcial (negativação e cadastro positivo) e o Banco estima que esteja integralmente operacional até o final de 2019.

j) Constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

Em 28 de abril de 2016, a Aymoré CFI e Banco Santander celebraram com a Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) os documentos necessários para a constituição do Banco Hyundai e de uma corretora de seguros com o objetivo de oferecer financiamento de automóveis e serviços financeiros e corretagem de seguros para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil.

Em 11 de abril de 2018, as partes constituíram, com participação de 50% da Aymoré CFI e 50% da Hyundai Capital, a sociedade não operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. Em 8 de maio de 2018, a Aymoré CFI e Hyundai Capital deliberaram a transformação da BHJV Assessoria em sociedade anônima não operacional denominada Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e o aumento de capital social de R\$99.995, passando ao valor de R\$100.000, dividido em 100.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 13 de dezembro de 2018, foi concluída a constituição do Banco Hyundai.

Na AGE de 19 de fevereiro de 2019, os acionistas do Banco Hyundai aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$200.000,

passando ao montante total de R\$300.000 dividido em 300.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, detidas na proporção de 50% pela Aymoré CFI e 50% pela Hyundai Capital, sendo que a Aymoré CFI detém o controle operacional efetivo desta sociedade.

Em 21 de fevereiro de 2019, a autorização outorgada pelo Bacen para funcionamento do Banco Hyundai foi publicada no Diário Oficial da União. O Banco Hyundai iniciou suas operações em abril de 2019.

Em 13 de maio de 2019, o Bacen autorizou o Banco Santander a deter participação indireta em sociedade a ser constituída sob a denominação Hyundai Corretora de Seguros Ltda. A Hyundai Corretora foi constituída em 22 de julho de 2019, ficando o início de suas operações sujeito ao registro da sociedade como corretora de seguros junto à SUSEP.

k) Criação da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 3 de maio de 2018, a Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A., uma subsidiária controlada indiretamente pelo Banco Santander, foi convertida em uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e teve sua denominação social alterada para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de conversão foi aprovado pelo Bacen em 21 de novembro de 2018. Em 17 de dezembro de 2018, a SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. teve sua denominação alterada para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo o processo de mudança de denominação social aprovado pelo Bacen em 22 de janeiro de 2019. A companhia iniciou suas operações em 14 de março de 2019.

3.5) Evento Subsequente

Em 22 de julho de 2019, foi constituída a sociedade empresária limitada Hyundai Corretora de Seguros Ltda. (Hyundai Corretora). A Hyundai Corretora tem capital social no valor de R\$2.000 dividido em 2.000.000 (dois milhões) de quotas, com valor nominal individual de R\$1,00, totalmente subscritas e pendentes de integralização, divididas entre seus sócios Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. e Hyundai Capital Services, Inc. na proporção de 50% para cada.

4) Estratégia

O Banco Santander Brasil é o único banco internacional, com escala, no País. O Banco está convicto de que o caminho para crescer de forma rentável, recorrente e sustentável é prestar serviços com excelência para aumentar o nível de satisfação e obter mais clientes e mais vinculados. Sua atuação está pautada em uma relação próxima e duradoura com clientes, fornecedores e acionistas. Com isso, o propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem, sendo um Banco simples, pessoal e justo, com as seguintes prioridades estratégicas:

- Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, digitais, inovadores, com alto valor agregado, por meio de uma plataforma multicanal.
- Gerar resultados de forma sustentável e rentável, com maior diversificação de receitas, considerando equilíbrio entre crédito, captação e serviços. Ao mesmo tempo, manter uma gestão preventiva de riscos e controle rigoroso de despesas.
- Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento.
- Ganhar participação de mercado de forma rentável por meio do portfólio robusto, otimizar o ecossistema e lançar novos negócios, melhorando continuamente a experiência dos nossos clientes.

O modelo de negócios do Banco Santander focado na melhoria do atendimento e fortalecimento da vinculação segue proporcionando recorrência na geração de resultados, com destacado patamar de rentabilidade. Nesse primeiro semestre do ano, o Banco Santander apresentou crescimento consistente da base de clientes, em conjunto com ganhos rentáveis de participação de mercado. Esses fatores, somados à sólida base de capital e liquidez, posiciona o Banco para capturar as oportunidades de mercado. Destaca-se:

Reconhecimento: o melhor Banco no Brasil e o melhor banco na América Latina pela *Euromoney Awards for Excellence* 2019.

Varejo

- Cartões: a participação de mercado atingiu 13,4% (+0,9 p.p. YoY, Fonte Bacen, data-base maio/19) enquanto o faturamento total nesse trimestre expandiu 22% YoY. Foi divulgada uma parceria com uma das principais agências online de viagens no país para emitir cartões com serviços e benefícios para os viajantes. Em relação ao crediário Santander estão sendo realizadas diversas ações para divulgar essa nova opção de parcelamento de compras. Adicionalmente, o aplicativo Santander Way atingiu mais de 6,9 milhões de clientes ativos e continua com boa avaliação no mercado. Além disso, cabe mencionar que o seguro viagem agora pode ser contratado direto no *app* para maior praticidade. O cartão *AAdvantage®* segue com boa aceitação pelos clientes e está com uma campanha que concede milhas extras na aquisição desse produto. Todas essas iniciativas estimulam o faturamento e a vinculação dos clientes.
- Consignado: a participação de mercado em carteira de crédito atingiu 10,5% (+1,2 p.p. YoY, Fonte Bacen, data-base maio/19). Os canais digitais cujo número de contratos realizados aumentou 78% em doze meses, em conjunto com novos convênios e ofertas diferenciadas contribuem para a organização financeira de nossos clientes e são alavancas que apoiam o crescimento.
- Imobiliário: foi realizada uma parceria com o maior grupo de portais imobiliários, oferecendo uma experiência online pioneira para aquisição de imóvel, apoiando o cliente desde a escolha até o pagamento. Além disso, foi lançada uma campanha em conjunto com

uma grande varejista, para uma oferta atrativa na aquisição do financiamento imobiliário, incluindo condições competitivas. Como resultado, a quantidade de propostas simuladas dobrou em relação ao mês anterior.

Agro

Ao longo do trimestre, o Banco Santander participou de diversas feiras do setor, incluindo a maior delas, Agrishow, onde levou ofertas exclusivas. Adicionalmente, segue expandindo as lojas agro vocacionadas que ganhou mais uma unidade na região Sul. Dessa forma, totalizaram 24 lojas vocacionadas no país. A proximidade do cliente é um dos fatores que contribuiu para o aumento da base de clientes e crescimento sustentável da carteira de crédito. Em emissões de LCA, o Banco Santander atingiu 9,2% (+2,7 p.p. YoY, Fonte Bacen, data-base maio/19) de participação de mercado.

Getnet

A oferta da SuperGet, para pessoas físicas e microempreendedores, já tem reflexo no incremento da base com 200 mil novos clientes no segmento. Essa oferta traz mais transparência no relacionamento com o cliente e posiciona o Banco Santander de forma competitiva para aumentar a presença nesse público. No período, foi lançado o *split* de pagamentos, na plataforma digital da Getnet, com objetivo de melhorar a gestão de pagamentos. A participação de mercado atingiu 11,5% (Fonte ABECS – Monitor Bandeiras data-base 1T19 novo critério) enquanto o faturamento total do 1S19 expandiu 11,2% YoY.

PMEs

Foi anunciado um novo modelo de atendimento com uma oferta diferenciada para o pequeno empreendedor, o Santander DUO, que une a conta individual e jurídica em um único gerente e com uma só tarifa, incluindo o benefício Santander Master com 10 dias sem juros. Além disso, como oportunidade de *cross-sell*, na abertura de uma conta MEI (microempreendedor individual) o cliente recebe vantagens na aquisição da Superget. A participação de mercado em carteira de crédito atingiu 8,3% (+0,3 p.p. YoY, Fonte Bacen, data-base maio/19), alavancada pelo crescimento da base de clientes e vinculação.

Fortalecimento dos negócios líderes

Santander Financiamentos: o Banco Santander manteve a liderança no setor, com participação de mercado de 25,3% em PF (+0,3 p.p. YoY, Fonte Bacen, data-base maio/19. Veículos PF). Essa evolução é sustentada por ofertas inovadoras, parcerias e qualidade do atendimento comercial.

Webmotors: a ferramenta *Cockpit* nos dá a oportunidade de estar presente em toda a cadeia de valor, potencializando a oferta da Webmotors, Santander Financiamentos e Banco. Nesse trimestre, o Banco Santander completou a implementação dessa plataforma em 100% da nossa base de clientes. Uma das funcionalidades é o CRM *smart* que já apresenta boa aderência pelos lojistas. Vale mencionar que esse CRM aproxima o cliente final, aumentando as chances de fechar o negócio, e possibilita a gestão do pós-venda.

Santander Corporate & Investment Banking (SCIB)

O Banco Santander é líder em:

Assessoria financeira de financiamento e leilão de concessão e em estruturação de financiamento pela Anbima (Assessoria Financeira – líder desde 2008, ANBIMA 2018).

Assessoria financeira nas Américas e líder Latam em Project Finance (MLA) pela Dealogic (Dealogic, data-base 2018).

No mercado de câmbio, de acordo com o Bacen (acumulado entre janeiro e junho de 2019).

Inovação

Meu Bolso: nova funcionalidade do Santander *On*, disponível no *app* Santander, que auxilia na gestão da vida financeira dos clientes, mostrando os recebimentos e gastos mensais por categoria. Essa é mais uma das iniciativas que reforçam o compromisso com a educação financeira e a transparência com o cliente.

Novos negócios

A Ben, empresa com atuação no setor de benefícios, segue com boa evolução no credenciamento e já alcançou o número de 143 mil estabelecimentos comerciais. Além disso, destaca-se também o volume de cartões ativos, que atingiu mais de 77 mil em junho de 2019.

Já a Pi, nossa plataforma digital de investimentos, continua ampliando seu portfólio de produtos e já possui uma oferta de cerca de 180 produtos de renda fixa. Além disso, nesse trimestre, iniciou-se a distribuição de fundos de investimento.

Vinculação dos clientes

Todas as iniciativas mencionadas colaboram para a melhoria no atendimento e experiência. O reconhecimento dos clientes pode ser evidenciado pelo indicador *NPS* (*Net Promoter Score*), que já atinge elevador patamares 59 pontos nesse trimestre, uma expansão de 8 pontos YoY.

A base de clientes continua com sólida expansão na qual destaca-se a quantidade de clientes ativos que cresce há 49 meses consecutivos.

Sustentabilidade

O Banco Santander assumiu o compromisso de eliminar o consumo de plástico de uso rápido até 2020. Dessa forma, a partir desse trimestre não terão mais plásticos de uso rápido nos prédios administrativos. A partir desse trimestre o Banco iniciou o movimento gradativo de retirada desse material de suas unidades, começando pelos prédios administrativos.

Além disso, o Banco assumiu a meta de consumir energia renovável em 100% de suas operações até o ano de 2025. O compromisso atingirá as unidades de atendimento, em todo o país, até o fim de 2021 e todos os prédios administrativos e centro de processamento de dados até 2025.

Por meio do programa Próspera microcrédito o Banco Santander se posicionou como líder dentre os Bancos privados. Lançou 47 filiais do PROSPERA nesse primeiro semestre, contribuindo com a inclusão financeira no país. Em junho de 2019, a carteira de crédito atingiu R\$ 929 milhões, crescimento de 83% YoY.

No segmento de Universidades, considerada uma importante alavanca de base de clientes, o Banco Santander tem, além da oferta financeira, uma oferta não financeira baseada em formação, emprego e empreendedorismo. No Brasil, já concedeu mais de 15,1 mil bolsas de estudo desde 2015.

Com objetivo de reforçar a educação financeira nas sociedades onde atua, o Banco Santander abriu durante o período de seis semanas, algumas agências aos sábados para oferecer orientação financeira gratuita a população.

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Banco está inserido, tendo o rating de longo prazo em moeda estrangeira limitado ao rating soberano. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas agências Standard & Poor's e Moody's:

Ratings	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Standard & Poor's¹ (perspectiva)	BB- (estável)	B	BB- (estável)	B	brAAA (estável)	brA-1+
Moody's² (perspectiva)	Ba1 (estável)	NP	Ba3 (estável)	NP	Aaa.br	Br-1

(1) Última atualização em 31 de maio de 2018.

(2) Última atualização em 18 de fevereiro de 2019.

6) Governança Corporativa

O Conselho da Administração do Banco Santander se reuniu e deliberou:

Em 22 de julho de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas do Banco Santander referentes, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 30 de junho de 2019.

Em 28 de junho de 2019, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$1 bilhão, para pagamento a partir do dia 31 de julho de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 03 de maio de 2019, eleger os membros do Comitê de Auditoria, para mandato de 1 ano, o qual se estenderá até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2020, os membros do Comitê de Riscos e Compliance, do Comitê de Sustentabilidade, do Comitê de Nomeação e Governança e do Comitê de Remuneração para mandato até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

Em 03 de maio de 2019, conhecer a renúncia do Sr. Marcelo Malanga, Diretor sem designação específica do Banco Santander; e eleger os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander para um novo mandato, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

Em 30 de abril de 2019, aprovar o Relatório Anual de Auditoria Interna referente ao exercício de 2018 em atendimento a Resolução CMN nº4588.

Em 30 de abril de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 31 de março de 2019.

Em 27 de março de 2019, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$1 bilhão, para pagamento a partir do dia 29 de abril de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 27 de março de 2019, conhecer a renúncia do Sr. Fernando Carvalho Botelho de Miranda ao cargo de Diretor sem designação específica, bem como aprovar a eleição dos seguintes membros para compor a Diretoria Executiva, como Diretores sem designação específica: Sr. Daniel Fantoni Assa; Sra. Elita Vechin Pastorelo Ariaz; Sr. Franco Luigi Fasoli; Sr. Jean Paulo Kambourakis e Sr. Roberto Alexandre Borges Fischetti.

Em 20 de março de 2019, aprovar o Formulário 20-F do Banco Santander referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Em 25 de fevereiro de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Em 29 de janeiro de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

7) Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e Declaração de Apetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos e indicação de diretor para gerenciamento de riscos e diretor de capital. O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 35 das Demonstrações Financeiras relativos ao primeiro trimestre de 2019, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2019.

No primeiro semestre de 2019, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para o ano, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento. O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados sobre o resultado dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna desse período, conforme seu plano anual.

8) Pessoas

As pessoas são elemento essencial na Organização. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Banco Santander deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 48.912 funcionários aqui no Brasil.

Para o desenvolvimento dessas pessoas, a Academia Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma online e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades.

O Banco Santander apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

O Banco Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBTQ+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos, que esse ano chega à sua 2ª edição. Nele, o Banco Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que aqui existem, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

O resultado de todas essas ações é o alto índice de engajamento, comprovado por meio de duas pesquisas que foram realizadas anualmente e que trouxe excelentes indicadores. Um deles aponta que pelo menos 91% dos funcionários afirmam desejar permanecer no Banco Santander por um bom tempo. Acredita-se que essa satisfação reflete positivamente nas interações com os Clientes, gerando maior vinculação, crescimento sustentável e investimentos na Sociedade, o que encaminha o Banco Santander a ser o melhor Banco para todos os *stakeholders*.

9) Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de Sustentabilidade do Santander Brasil é baseada em três pilares: (i) Uso eficiente e estratégico do Capital Natural, (ii) Desenvolvimento de Potenciais e (iii) Economia Resiliente e Inclusiva. A visão de futuro do Banco, por meio desses pilares é apoiar a sociedade brasileira na sua transformação para o Brasil do Século XXI, mantendo a excelência e responsabilidade na gestão interna, tendo os valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

O Banco Santander permaneceu, pelo 9º ano consecutivo, na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE) e em 2019, foi reconhecido pelo Guia EXAME de Diversidade como a empresa do ano e a instituição financeira com as melhores práticas de inclusão e diversidade do mercado nacional. Ainda em 2019, recebeu uma classificação de AA (em uma escala de AAA-CCC) na avaliação da MSCI ESG Ratings.

No segundo semestre o Banco Santander desembolsou R\$417,6 milhões em Negócios Socioambientais, com o Próspera Santander Microcrédito originou cerca de R\$947 milhões de produção (82% a mais do que o mesmo período de 2018).

Por meio do Santander Universidades concedeu mais de 660 bolsas de estudos neste primeiro semestre, provenientes do Programa Santander Universitário-Empresas, onde contribui com uma bolsa de R\$700 para auxiliar o aluno no pagamento da mensalidade e/ou custos relacionados, e de programas próprios, realizados diretamente com as Universidades.

O Programa Amigo de Valor, permite que o Banco Santander, bem como os funcionários e clientes, direcione parte do imposto de renda devido diretamente para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2018, esse programa arrecadou fundos totalizando mais de R\$13 milhões, que foram direcionados para 67 projetos no Brasil.

Adicionalmente, durante seis semanas, foram abertas algumas agências aos sábados para oferecer orientação financeira gratuita à população.

O Banco assumiu a meta de consumir energia renovável em 100% de suas operações até o ano de 2025. O compromisso atingirá as unidades de atendimento, em todo o país, até o fim de 2021 e todos os prédios administrativos e centro de processamento de dados até 2025.

Também foi lançado o projeto *Plastic Free* que tem como objetivo inicial reduzir o consumo de plástico de uso rápido (copos e garrafas) nos nossos prédios administrativos e até 2020 impactar todas as agências.

10) Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no período findo em 30 de junho de 2019, não foram prestados pela *PricewaterhouseCoopers* serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a *PricewaterhouseCoopers* dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o período findo em 30 de junho de 2019, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco

Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 22/07/2019).

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2019, elaboradas de acordo com o critério IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2019:

Diretor Presidente

Sergio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior

José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidentes Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Mário Roberto Opice Leão

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretor Executivo

José Roberto Machado Filho

Diretores sem Designação Específica

Alexandre Grossmann Zancani

Amancio Acúrcio Gouveia

André de Carvalho Novaes

Carlos Aguiar Neto

Cassio Schmitt

Claudenice Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Ede Ipson Viani

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Franco Luigi Fasoli

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Gustavo Alejo Viviani

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

José Teixeira de Vasconcelos Neto

Leopoldo Martinez Cruz

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Nilton Sergio Silveira Carvalho

Rafael Bello Noya

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Rodrigo Cury

Sérgio Gonçalves

Thomas Gregor Ilg

Ulisses Gomes Guimarães

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério IFRS (International Financial Reporting Standards) do Banco Santander, a qual inclui o Relatório de Revisão dos Auditores Independentes, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2019, elaboradas de acordo com o critério IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanço patrimonial consolidado, demonstrações consolidadas do resultado, demonstrações consolidadas do resultado abrangente, demonstrações consolidadas do fluxo de caixa, demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram objeto de relatório de revisão sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de junho de 2019:**Diretor Presidente**

Sergio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior

José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidentes Executivos

Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tomao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Mário Roberto Opice Leão
Patrícia Souto Audi
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretor Executivo

José Roberto Machado Filho

Diretores sem Designação Específica

Alexandre Grossmann Zancani
Amancio Acúrcio Gouveia
André de Carvalho Novaes
Carlos Aguiar Neto
Cassio Schmitt
Claudence Lopes Duarte
Daniel Fantoni Assa
Ede Ilson Viani
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Franco Luigi Fasoli
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Leopoldo Martinez Cruz
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Nilton Sergio Silveira Carvalho
Rafael Bello Noya
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Rodrigo Cury
Sérgio Gonçalves
Thomas Gregor Ilg
Ulisses Gomes Guimarães

**Nosso propósito é contribuir para que as
pessoas e os negócios prosperem.
E acreditamos que tudo deve ser feito de um
jeito:**

Simple | Pessoal | Justo